



COTRIJORNAL

ANO 15

IJUÍ, ABRIL/88

Nº 154

SUBSÍDIO

Será o fim mesmo?

Governo anuncia pela segunda vez, em menos de um ano, a extinção do subsídio ao trigo — Página 8

A Sucam está de volta com novo produto

Mas agricultores de Ajuricaba desconfiam do veneno e iniciam mobilização para impedir a aplicação do produto em suas propriedades.

Última página



Silagem é uma solução para inverno e verão

Páginas centrais

Mais uma praga na soja: o tamanduá

Página 18



O tamanduá que castigou a soja

À beira da auto-suficiência da produção brasileira, o governo continua com medidas restritivas ao aumento de área e, para piorar a situação, sela acordo com Argentina para comprar produto.

Páginas 4 e 5



A produção de trigo deste ano pode ultrapassar as 6,8 milhões de toneladas produzidas em 87

TRIGO

O DESAFIO DE PLANTAR

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telax: 0552199
CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA N.º 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

**ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA EXECUTIVA**

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolívar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Walter Frantz
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Oscar Vicente Silva
Superintendente/Dom Pedrito:
Eduardo Augusto Pereira de Menezes
Vice-presidente/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert
Conselho de Administração (Efetivos):
Egon Eickhoff, Jorge Alberto Sperotto, João Santos da Luz, Félix Gotardo, José Atalides Conceição, José Jorge Fleth de Oliveira, Irani dos Santos Amaral, Deniz Espedito Serafini, Oscar Otto Hoerlle, Luiz Carlos Roos, Olívio Moraes, Frederico Antônio Stefanillo, Paulino Stralotto, Milton Vieira de Souza, Leonildo Anor Pötter, Luiz Forcin e Edgar Severo.

Suplentes:

Onorildo Zangirolami, Carlos Leodoni Andrighetto, Arlindo Valk, Enor Camiel, Jorge Cleiton Gonzales, Hélio Antônio Weber, Jair Castro Rinaldi, Jaime Braz Sperotto, Pedro Gulotto, Sérgio Tesser, Cláudio Pradella, José Edmar do Nascimento, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Jorge Verardi Perez, Cândido de Godoy Dias e Florício Barreto.

Conselho Fiscal (Efetivos):

Realdo Cervi, Pedro Afonso Pereira e Jayme Wender.

Suplentes:

Ivo Vicente Basso, Antônio Carlos Xavier Hias e Amário Becker

Diretores contratados:

Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges e Paulo Roberto da Silva.

LOJAS COTRIJUF

Regional Pioneira.....	26
Dom Pedrito.....	3
Mato Grosso do Sul.....	7
Total.....	36

CAPACIDADE DE ARMAZENAGEM

Regional Pioneira.....	584.800 ton.
Rio Grande.....	220.000 ton.
Dom Pedrito.....	91.000 ton.
Mato Grosso do Sul.....	476.150 ton.
Total.....	1.371.950 ton.

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da

AJOCOOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmem Rejane Pereira

REVISOR

Sérgio Corrêa

CORRESPONDENTE

Campo Grande: Rosane Hem
Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Se a seca causou grandes estragos na soja e no milho, por outro lado, ela foi importante para mostrar o quanto a silagem é fundamental para a atividade. Esta constatação foi feita por alguns produtores da Região Pioneira, que desde o ano passado resolveram estruturar a propriedade para obter maiores resultados. Além dos silos, eles também se preocupam com a melhoria do rebanho e alguns até já construíram estrumeiras redondas, para fazer a reciclagem de nutrientes. Com tranquilidade estes produtores também já estão preparados para receber a bonificação de entressafra. Páginas centrais.

As comunidades de Ijuí e Ajuricaba ainda lembram muito bem da briga feia que aconteceu com a Sucam em 1984 por causa da aplicação do BHC, um veneno altamente tóxico, no combate ao barbeiro, o inseto responsável, quando infectado, pela transmissão da Doença-de-Chagas. Pois ela está de volta na região e com um novo produto. Desta vez é o Deltrametrina, que em 1984 já vinha sendo aplicado no combate ao barbeiro em outros Estados. O Deltrametrina é um peritróide de terceira geração e que, de acordo com o pessoal da Sucam, é sete vezes menos tóxico que o BHC. Meio escaldada da briga de 84, a Sucam chegou com outra tática. Antes de desenvolver a campanha, promoveu uma discussão com a comunidade a respeito dos danos do barbeiro, do grau de infestação na região. Ganhou a adesão da comunidade de Ijuí, mas ainda não convenceu a de Ajuricaba. Na área rural, onde podem encontrar-se os maiores focos, os agricul-

tores não querem nem saber de deixar passar veneno nas suas casas. Matéria na última página.

Maus ventos começam a soprar para os lados dos triticultores brasileiros, tocados pelo próprio governo que, ao importar trigo da Argentina e Canadá, começa uma desenfreada campanha de desestímulo à produção interna. Mas nem mesmo as restrições impostas ao aumento da lavoura, a retirada do subsídio — uma medida muito bem-vinda para a economia brasileira — mas com reflexos no consumo do produto, podem impedir o país de continuar perto da auto-suficiência. Os triticultores vão continuar plantando e brigando pelos seus direitos, mesmo sabendo que o produto importado entre pela metade do produzido aqui dentro. E levando-se em conta o que foi produzido na safra passada e as primeiras intenções de plantio, a produção brasileira pode chegar a 6,2 milhões de toneladas produzidas em 87. O déficit da produção brasileira em relação ao consumo, que é de 6,8 milhões de toneladas, é muito pequeno, e dispensa as grandes importações, que nem vão ocorrer até 1993, quando a Argentina pretende colocar no Brasil 12,2 milhões de toneladas. Só o Rio Grande do Sul, que responde pela segunda maior produção de trigo do país — perde apenas para o Paraná —, produziu em 87, 1,7 milhão de toneladas, com uma produtividade que chegou a 1.740 quilos por hectare. Então, perguntam os triticultores, por que comprar trigo de fora? A resposta, só o governo pode dar. Matéria sobre o trigo, restrições aos financiamentos, intenções de plantio e retirada dos subsídios, nas páginas 4, 5, 6, 7 e 8.

DO LEITOR

Ameaça ao trigo nacional

Raul Quevedo

A auto-suficiência na produção tritícola foi sempre uma aspiração acalentada por nossos técnicos e agricultores, principalmente gaúchos, que passaram a apostar no trigo a partir da década de 50. Criticados e até mesmo ridicularizados como "poetas rurais" por determinados grupos que, no passado, como nos dias de hoje, não têm interesse pela independência econômica do país, eles insistiram teimosamente no mister e provaram que era possível.

Hoje, quando alcançamos esse importante estágio de produção e produtividade num alimento dos mais nutritivos e nobres, até por sua relação simbólica com a divindade, constatamos, com pesar, que os eternos inimigos do trigo brasileiro estão mais atuantes e organizados do que nunca. É a conclusão que se tira em face do programa de intercâmbio comercial para a integração argentino-brasileira, assinado por ambos os governos. Segundo o referido intercâmbio, assinado em Buenos Aires a 29 de julho de 1986, assumimos o compromisso de importar da Argentina, a partir do ano que se seguiu (1977), as seguintes toneladas de trigo:

1987.....	1.375.000 tn
1988.....	1.450.000 tn
1989.....	1.550.000 tn
1990.....	1.700.000 tn
1991.....	2.000.000 tn

Um segundo protocolo foi assinado a 31 de agosto de 1987, estendendo o compromisso brasileiro para importar trigo argentino por mais dois anos, à razão de dois milhões de toneladas métricas por ano, totalizando 12 milhões e 75 mil toneladas métricas.

Estranhável que esses compromissos foram assumidos numa época que a triticultura nacional já tomara rumos de desenvolvimento irreversível e a pesquisa demonstrava ter fixado cultivares varietais aptas ao nosso solo e clima.

A ata assinada pelo presidente

José Sarney com seu colega Raul Alfonsín, em Buenos Aires, diz, em sua relação inicial, que ambos os presidentes, "convencidos da necessidade de convocar os seus povos ao esforço de percorrer uma trajetória comum de crescimento e modernização que lhes permita superar os obstáculos de hoje e enfrentar os desafios do século XXI, firmam o protocolo (....) visando o crescimento de nossos países, com estabilidade".

No que se refere à situação do Brasil, não dá para entender como se processará seu desenvolvimento quando se trava ou limita a produção de alimentos. Frear, limitar, conter a expansão de culturas agrícolas é prática usual em países da área do capitalismo, notadamente países de economia forte. Os Estados Unidos e alguns países europeus têm imposto a limitação de culturas quando apresentam excedentes ou quando o grau de importância delas é ultrapassado por outras. Nesses casos, aqueles governos subsidiam o não plantio.

Estamos seguros, no entanto, que jamais passaria pelas cabeças daqueles governantes reduzir culturas com o objetivo exclusivo de importá-las. Até porque, nenhum argumento lhes isentaria da acusação de traidores da pátria.

Essas considerações são procedentes a partir da constatação que se está fazendo a partir do compromisso assumido por nosso governo de "desencalhar" a expansão da lavoura tritícola nacional em benefício, especialmente, da lavoura argentina.

O Brasil produziu na safra passada mais de 6,2 milhões de toneladas de trigo, para um consumo que equivalia a essa tonelagem. Tudo estava a indicar que na próxima safra a colheita ultrapassaria essa quantidade, no mínimo em mais um milhão de toneladas, com perspectivas de redução forte no



Raul Quevedo é jornalista e correspondente do Cotrijornal em Porto Alegre

consumo em vista da recessão econômica e da conseqüente redução do consumo.

É precisamente neste instante, quando a nação já gozava o sabor de uma difícil vitória buscada há mais de 30 anos, que nosso governo resolve tomar essa decisão desastrosa. Trata-se, seguramente, de um ato inconcebível, difícil de ser digerido e assimilado por qualquer pessoa sensata. Trigo é segurança nacional, como diz o presidente da Cotrijuf, Oswaldo Olmiro Meotti, frase que é aceita e corroborada por todos, mas que, ao contrário dos demais, o governo insiste em ignorar. Por Raul Quevedo.

Agradecimento

Registramos mais os seguintes cumprimentos endereçados à diretoria da Cotrijuf, por motivo da reeleição do presidente Oswaldo Meotti e demais membros.

Do secretário de Educação, Bernardo Olavo de Souza. Da Cooperativa de Lás Vale do Uruguai — Valuruguai, assinada por todos os membros de sua diretoria executiva. Da Cooperativa Tritícola Regional Sãoluizense, de São Luiz Gonzaga, assinada por seu presidente, Eugênio Farias Marques Portela e da Cooperativa Tritícola Panambi Ltda., assinada pelo presidente Gerardo Strobel, de Panambi.

Saldo positivo

A Cooperativa de Crédito Rural Pestanense Ltda. encerrou o ano de 1987 com 780 associados operando com talão de cheques e um lucro líquido de Cz\$ 1.067.198,52, como ficou constatado durante a assembléia geral ordinária realizada no final do mês de março. Foi ainda durante a assembléia que os associados decidiram que os prejuízos que vinham sendo acumulados de exercícios anteriores, bem como as reservas de fundos legais seriam descontados do lucro obtido pela Pestanense neste último exercício. A sobra final, depois de feitos os descontos, será capitalizada, de acordo com decisão da assembléia, na conta de cada associado na forma proporcional ao juro que cada um pagou à Cooperativa de Crédito no ano passado.

Durante o exercício de 1987 a Pestanense concedeu 405 empréstimos, alcançando um volume de recursos no valor de Cz\$ 10.029.983,00, atingindo 42,64 por cento do quadro social formado por 950 cooperados. O saldo médio atingido pela Cooperativa no ano passado foi de Cz\$ 1.090.000,00, sendo Cz\$ 790.000,00 referentes ao primeiro semestre e Cz\$ 1.390.000,00 operados no segundo. A evolução do saldo médio de 1987 em relação a 1986 foi de 326,61 por cento.

Durante a assembléia foi eleito e empossado o novo Conselho Fiscal da Pestanense, ficando, como efetivos, os associados Helvin Gustavo Zolinger, Horst Walter Schünemann e Aníto José Feliciano dos Santos. Para a suplência foram eleitos Olávio Emo Hoerle, Mirto Arno Drews e Orlando Sulzbach.

Cercos ao Proagro

As perdas na lavoura de soja da região em razão da estiagem e o número de pedidos de Proagro encaminhados à agência local do Banco do Brasil — hoje estes pedidos já chegam a 1.700 procedentes de Ijuí, Ajuricaba e Augusto Pestana —, têm preocupado o Banco Central a ponto de determinar a vinda, até Ijuí, do inspetor Svend Kongerslev, do Departamento Regional de Porto Alegre. Svend permaneceu em Ijuí até início de maio, mantendo contatos com empresas de assistência técnica e produtores, esclarecendo dúvidas, prestando informações e acompanhando todos os processos já encaminhados. Até o final de abril, 150 processos de Proagro encaminhados já haviam sido deferidos pela agência local do Banco do Brasil.

Segundo Svend, não é o número de pedidos de Proagro que tem preocupado o Banco Central, pois as perdas, constatadas "in loco" pelo inspetor, são realmente bastante expressivas. "O que tem preocupado o Banco Central, esclarece, são rumores sobre desvios e fraudes no Proagro. Não se pode desconhecer os prejuízos que os agricultores tiveram com a soja nesta safra, mas esta situação não justifica que aconteçam fraudes ou desvios. E é justamente esta situação que o Banco Central quer evitar que aconteça", diz ainda o inspetor, justificando o cerco da fiscalização sobre os agricultores que estão encaminhando pedidos de Proagro.

PUNIÇÃO

Toda e qualquer irregularidade será punida, adverte o inspetor do Banco Central. O agricultor que for pego fraudando o Proagro será punido com a perda no direito à indenização e ficará impedido de operar com crédito rural. De acordo com Svend não existe nenhuma razão para que o agricultor desvie Proagro, já que no caso da soja, ele é calculado em cima do preço mínimo estabelecido pelo governo e que hoje é de Cz\$ 1.062,00. Ele vai comercializar a produção pelo preço de mercado — em torno de Cz\$ 1.600,00 —, ficando com uma margem de quase Cz\$ 600,00, por saco. "O agricultor está ficando com uma margem de recursos para sobreviver.

Então, não existem justificativas para que ele jogue fora a sua credibilidade junto ao Banco Central", adverte ressaltando que já existe o aspecto de desvio de recursos da lavoura, o que garante já pode ser perfeitamente detectado. Neste sentido Svend diz que o Banco vai agir rigorosamente e tanto o produtor que for pego com notas frias de compra de adubo e a firma responsável pela emissão da nota, serão severamente punidos.



Svend Kongerslev

RECOMENDAÇÕES

Para evitar qualquer desconfiância e até situações de constrangimento, o inspetor recomenda ao agricultor muito cuidado nas informações prestadas na apresentação do pedido de Proagro. Ele deve apresentar apenas comprovantes de todos os gastos efetivos no plantio da lavoura. Se usou adubo próprio, tem de declarar ao técnico. O mesmo procedimento deve ter em relação a semente própria, seja ela fiscalizada ou não. Se não possuir o resultado de análise da semente, deve comunicar. Ainda: o agricultor deverá emitir notas fiscais de todo o volume de produção comercializada. "Não é intenção do Banco Central eliminar agricultores do crédito rural, mas se realmente for constatado alguma irregularidade, eles serão efetivamente punidos". E faz um alerta: o agricultor que por descuido, ainda não tirou nota de todas as cargas de produto comercializado, que o faça o mais rápido possível, "enquanto ainda está em tempo".

O Banco central tem um prazo de cinco anos para examinar e fiscalizar todos os pedidos de Proagro. Por essa razão, os agricultores devem se sujeitar a guardar todos os comprovantes, mesmo depois de pagas as indenizações, "pois dentro deste prazo, o Banco Central pode voltar a rever cada situação".

Odacir Klein, o novo secretário

O Rio Grande do Sul tem um novo secretário de Agricultura e Abastecimento: Odacir Klein. Ele assumiu o cargo deixado por Jarbas Pires Machado com a convicção de que um secretário de Agricultura não pode ser um simples sub-gerente do governo federal e prometendo trabalhar ao lado do produtor. Condena a produção voltada para o mercado externo e defende a necessidade de abastecer o mercado interno. Assumiu determinado a buscar os recursos necessários para todos os programas que possam levar adiante a agropecuária gaúcha e apoiar as justas reivindicações dos produtores.

Odacir Klein é filho de peque-

nos agricultores de Getúlio Vargas, onde nasceu. É formado em Direito, mas desde cedo dedicou-se a política, tendo sido vereador e prefeito do seu município. Elegeu-se por duas vezes deputado federal e em 1982 concorreu com Pedro Simon para o cargo de vice-governador do Estado. Foi gerente regional da Consespe — Companhia de Seguros do Estado de São Paulo. Em 1985 foi nomeado diretor de recursos humanos do Banco do Brasil mas, por não concordar com a política financeira, deixou o cargo. Até o convite do governador Pedro Simon para ocupar a Secretaria da Agri-



Odacir Klein na posse dia 21 de abril

cultura e Abastecimento, Odacir Klein vinha ocupando a presidência do Banrisul. Jarbas Pires Machado deixou a Secretaria da Agricultura e Abastecimento com muitas queixas do governo federal que está preocupado em negociar a dívida externa levando o país a uma política econômica "que pouca esperanças deixa a agricultura" e muitas críticas à máquina administrativa.

CURTAS

A moratória da dívida externa causou um prejuízo para o país de 2,5 bilhões de dólares. A afirmação é do ministro Mafson da Nóbrega, ao depor no Senado Federal. Com custos financeiros de 5 bilhões, o país deixou de receber, nesse meio tempo, recursos do FMI na ordem de 1,2 bilhões de dólares. Dos 4,5 bilhões que o Brasil deixou de pagar aos bancos credores, embolsou apenas 500 milhões de dólares.

Na reunião do dia 28 de abril, o Conselho Monetário Nacional aprovou algumas medidas creditícias de auxílio aos agricultores atingidos pela seca. Entre elas, a aprovação de um crédito de Cz\$ 60 mil para cada família de pequenos produtores, com um prazo de 18 meses para pagamento e seis de carência, às taxas de custeio agrícola; a prorrogação dos pagamentos dos contratos feitos para os investimentos nas seguintes condições: primeira parcela será paga um ano depois do vencimento da última e ainda a ampliação da área financiada para o plantio de trigo e milho.

O jornalista José Bacchieri Duarte tomou posse quinta-feira, dia 5 de maio, na Secretaria Especial de Comunicação Social, em solenidade realizada no Palácio Piratini. Bacchieri vinha atuando como assessor especial do governo Pedro Simon.

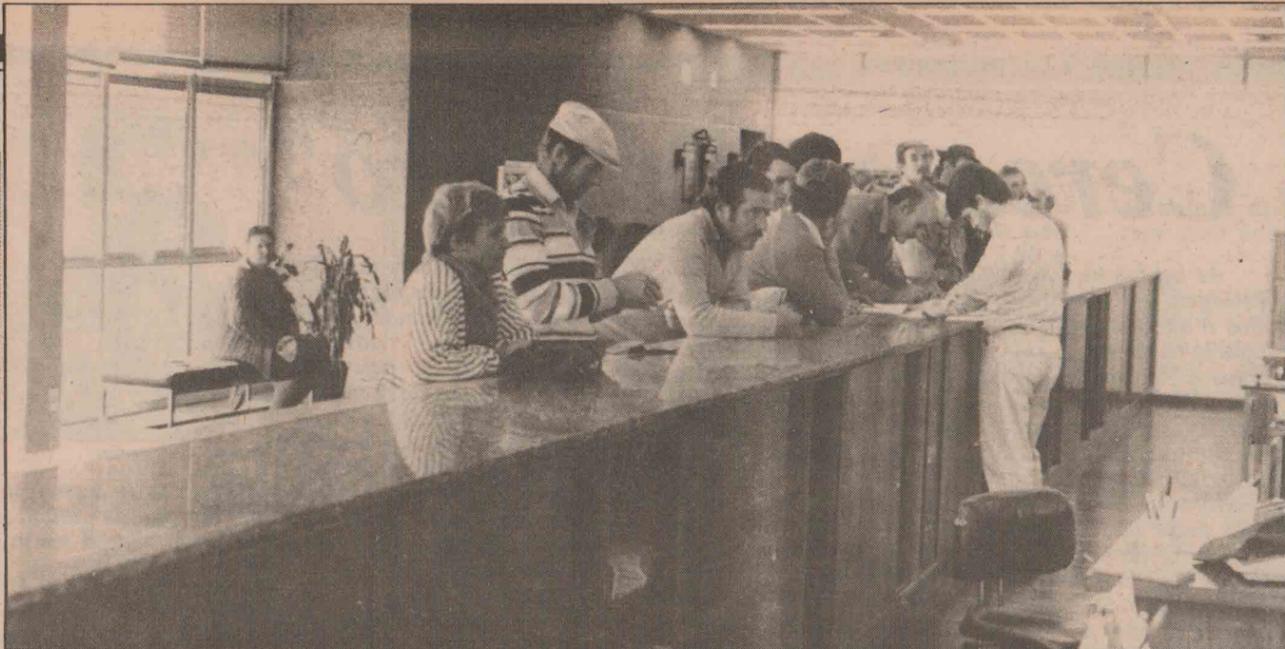
O presidente José Sarney desapropriou mais 4.724 hectares de terras no Estado, que estão à disposição do Mirad gaúcho para a reforma agrária. As fazendas desapropriadas foram as seguintes: Itapuí, em Canoas, com 1.101 hectares; Botão de Ouro, em Jóia, com 1.119 hectares; Santa Helena, com 1.745 hectares e D'Barra com 759 hectares, ambas localizadas no interior do município de Santo Angelo. A fazenda Santa Helena, localizada no distrito de Vila Seca e oferecida ao governo pela proprietária, além de estar envolvida com a justiça, é improdutiva para a agricultura.



Cinco portugueses visitaram a Cotrijul

A visita dos portugueses

Cinco portugueses, Antonio Borges da Costa, advogado; Gustavo Eurico Nogueira Brandão, professor de filosofia; Antonio Carlos Santos Fernandes, engenheiro-técnico; Ricardo Santelmo Vale Andrade Gomes e Manuel Antonio Tavares Correia, médico, estiveram visitando a Cotrijul no início de maio. Os portugueses, que pretendem permanecer quatro semanas em visita ao Rio Grande do Sul, representam o Rotary do Distrito 197, localizado ao norte de Portugal. A viagem a esta região do Estado faz parte de um intercâmbio entre rotarianos e que no ano passado, levou alguns ijuíenses a conhecer Portugal. Na Cotrijul, os portugueses conheceram o sistema de armazenamento e recebimento de produtos, a fábrica de rações, entre outros setores. Eles ainda visitaram a Prefeitura Municipal, a Fonte Ijuí, a Uni-juí, e a Fábrica de Balas, acompanhados pelo agrônomo Peri Osmar Korb, da Emater e pelo rotariano Carlos Pettersen.



Já foram encaminhadas a agência do Banco do Brasil de Ijuí 809 propostas de financiamento para o trigo

Área continua limitada

Aumento no limite do custeio só é válido para aqueles agricultores que comprovadamente tiveram prejuízos com a seca.

Vontade de plantar mais trigo, até que existe. O que falta é incentivo e boa vontade por parte do governo brasileiro que, definitivamente decidiu jogar um balde de água gelada na produção nacional, já que ela pode entrar em confronto com certos acordos feitos com países vizinhos. Depois dos acordos bilaterais — o Brasil se compromete a comprar trigo em troca de produtos manufaturados — feitos com a Argentina, somado a um já existente com o Canadá, os triticultores brasileiros não estão vendo muita coisa no horizonte, além da entrada de um grande volume de produto importado que vai chegar ao mercado brasileiro a 97 dólares a tonelada, custando, portanto, menos da metade do produto produzido aqui.

Para selar as intenções do governo, veio a circular de nº 1.471, do Banco Central e datada de fim de março, determinando que os financiamentos de custeio da safra brasileira não ultrapassem a lavoura custeada no ano passado. A circular diz mais ainda: produtores que tiveram dois Proagros nestes últimos três anos, não terão direito a financiamento da lavoura. Maior desestímulo à produção nacional, impossível.

Mas nem mesmo a circular de nº 1.471, os acordos de importação e um certo atraso na divulgação dos Valores Básicos de Custeio para a lavoura de trigo deste ano, podem salvar o país de uma produção que pode muito bem ultrapassar os 6,1 milhões de toneladas produzidas em 1987. Soma-se a essa provável produção, um estoque de 1,45 milhão de toneladas vindas da Argentina ainda no ano passado e mais um tanto do Canadá e que totalizaria cerca de dois milhões de toneladas de trigo importado. Tanto trigo sendo importado, somado à produção nacional, deixaria o país, até o final do ano, com um estoque de quase oito milhões de toneladas, para um consumo de pouco mais de 6,8 milhões de toneladas. É importação demais para um país que se encaminhava para a tão sonhada auto-suficiência.

Para os triticultores e segmentos econômicos do Estado que levantaram suas vozes contra os contratos de importação, maus ventos vão começar a soprar, daqui para frente, para os lados da produção brasileira. Que o diga a retirada do subsídio ao trigo, uma medida muito bem vinda e de muitos benefícios para a economia do país, mas que em todo o caso, pode promo-

ver uma certa redução no consumo de cereal e seus derivados.

Pelo acordo bilateral assinado entre os dois países, o Brasil deverá receber trigo da Argentina por sete anos. Em 1987 e 1988 recebe 1,45 milhão de toneladas em cada ano; em 1989, 1,55 milhão de toneladas; em 1990 mais 1,75 milhão e em 1991, 1992 e 1993, mais dois milhões de toneladas. No final destes sete anos a Argentina teria vendido ao Brasil 12,2 milhões de toneladas. Pobre da triticultura nacional que, neste tempo, vai ter que conviver com as medidas de restrição de lavoura e de desincentivo à produção.

SEM AUMENTAR A ÁREA

A ordem, diz o coordenador do Serviço do Proagro ao Banco Central e também coordenador do Grupo do Trigo no Estado, Roberto Paulo Sholl da Silva, é não aumentar a área de trigo nesse ano. Assim está escrito na circular de nº 1.471. Mas esse ano, em função dos problemas de estiagem que ocorreram em algumas regiões do Estado, o Banco Central está admitindo que agricultores que tiveram prejuízos com a soja, possam aumentar a área financiada, "desde que obedecidas as normas de rotação de cultura e pousio que o governo vem imprimindo à lavoura de trigo", deixa claro Sholl. "Não é bem assim que o agricultor vai aumentar a sua área. Terá primeiro que comprovar que vem observando as recomendações e de que realmente teve prejuízos com a seca", adverte, ressaltando que os demais agricultores não entram nessa brecha. E tem mais: Sholl diz ainda que esse aumento de área vai ficar a critério do banco. Eles que vão dar a palavra final.

Para aqueles agricultores que não vinham financiando suas lavouras, tanto as de inverno como de verão, as notícias não são muito boas. Eles não têm garantido o direito de financiar as suas lavouras de trigo. Podem até encaminhar o pedido de financiamento, mas a decisão final é do banco a que estão recorrendo. "O banco, explica o coordenador do Grupo do Trigo, vai estudar cada um dos casos e tomar a decisão, sempre considerando que não pode permitir o aumento da área de trigo no município onde atua". Isso significa que o banco vai ter que jogar com a área com direito a financiamento e entrar nas brechas de alguns agricultores que decidirem reduzir suas

lavouras.

Outra decisão do Conselho Monetário Nacional e que ainda deverá ser regulamentada pelo Banco Central nestes próximos dias: o aumento do limite de financiamento vai atingir apenas aqueles agricultores que comprovadamente tiveram prejuízos na soja. Portanto, os agricultores prejudicados e classificados como minis e pequenos, continuam com direito a 100 por cento do VBC. Os médios passam a contar com 90 por cento e os grandes a 80 por cento do valor de custeio.

Os demais triticultores e que estiveram enquadrados como médios e grandes, terão direito a 60 e 50 por cento do valor total de custeio. O VBC para aqueles agricultores classificados como minis e pequenos será de 18,29 OTNs. 12,80 OTNs serão liberadas imediatamente à contratação do custeio; 3,66 em julho e 1,83 OTNs em setembro. Para os enquadrados no nível 2 — grandes e médios com obrigatoriedade de apresentar projeto de assistência técnica — o VBC é de 30,95 OTNs, sempre considerando as limitações de classificação. Em todo o caso, 17,02 OTNs serão liberadas imediatamente; 10,83 em julho e 3,10 OTNs em setembro.

UMA CERTA FLEXIBILIDADE

O Banco do Brasil de Ijuí e com área de atuação em vários municípios da região, havia recebido, até o dia 4 de maio, 809 propostas de financiamento que totalizava, 19.267 hectares. A procura de financiamento, segundo o Supervisor do Setor de Operações Rural da agência local do Banco do Brasil, Rudi Tybusch, tem sido grande, embora ele não acredita que a área a ser financiada deva ultrapassar os 22 mil hectares cultivados no ano passado com recursos oficiais. Mas ele dá uma boa notícia aos agricultores da região: a Superintendência Regional do Banco do Brasil em Porto Alegre autorizou a agência local a dar uma certa flexibilidade na área de trigo plantada na região, "desde que os agricultores interessados em aumentar um pouco a sua lavoura, estejam enquadrados dentro das normas exigidas pelo governo e que estabeleça rotação de culturas e pousio", deixa claro Tybusch. Esse aumento de área autorizado poderá chegar até 30 mil hectares de planta financiada na região, contra os 22 mil do ano passado, "o que não significa que realmente ela chegue".



Roberto Sholl



Rudi Tybusch

De volta aos bancos



Anatalino Antônio dos Santos

O seu Anatalino Antônio dos Santos, proprietário de 22 hectares de terra na localidade de Santa Lúcia, interior do município de Ijuí, vai voltar a plantar trigo financiado neste inverno. Não é que o seu Anatalino tivesse abandonado de vez a cultura de trigo. Acontece que ele vinha plantando em torno de 8 a 10 hectares de trigo por ano, mas com recursos próprios. Mas neste ano, os estragos da seca e o ataque de uma mosquinha está deixando a produção de soja abaixo das estimativas feitas pelo fiscal do banco, e o seu Anatalino sem recursos para custear uma lavoura de altos custos e tantos riscos.

Se conseguir o financiamento, seu Anatalino pretende plantar neste inverno, no máximo cinco hectares de trigo. O restante da área vai cobrir com aveia, cevada e ervilhaca, que não gosta de ver o solo descoberto no inverno. Não vai plantar toda a área com direito a cobertura oficial, porque anda decepcionado com a política agrícola do governo, "que não nos oferece nenhuma segurança. O trigo é uma planta cara e de riscos", diz ele. Para se proteger contra qualquer possível frustração, seu Anatalino vai fazer cobertura de Proagro de 100 por cento em cima da lavoura.

AVEIA PARA ROTAÇÃO

O João Renato Bigolin planta em 50 hectares de terra junto com o pai e mais um irmão. Neste inverno eles vão reduzir a área de trigo de 30 para 20 hectares, pois estão planejando plantar uma área maior de aveia para rotação de cultura. Eles vão incorporar a aveia e depois calcar a terra. "Se fôssemos plantar mais trigo, o tempo ia ficar apertado para calcar", afirma João Renato.

Os Bigolin não vinham plantando trigo e nem soja financiados há três anos. Nesta safra, depois da zebra na lavoura de soja, vão financiar 12 hectares, "isso por conta do João Bigolin pai". Os outros oito hectares, pretendem plantar com recursos próprios, sobra ainda da lavoura de trigo do ano passado. Mas o dinheiro é pouco e o que sobrou da soja, eles usaram para comprar semente e adubo. Para passar o ano, eles contam com a receita do leite e os suínos.



João Bigolin

As primeiras intenções de plantio

Lavoura de trigo na região pode crescer em 16 por cento.

As primeiras intenções de plantio para a lavoura de inverno levantadas pela Diretoria Agrotécnica da Cotrijuf na região, indicam um aumento na área do trigo. Essas intenções, segundo o Sérgio Dallepiane, técnico agrícola responsável pelo levantamento, estão sujeitas a se confirmarem, já que o governo, apesar de continuar mantendo a circular de nº 1.471 que limita a lavoura de trigo, está liberando financiamento para aqueles agricultores que não vinham operando com custeio oficial, mas que tiveram sua safra de soja colhida pela seca. "Essa mudança, liberando um terço da área também para aqueles agricultores que não vinham financiando a lavoura, vai, certamente, confirmar um aumento de área para o caso do trigo", afirma. Ele não acredita que diante de uma descapitalização meio geral e da lição da soja, algum agricultor ainda queira, pelo menos para o caso do trigo, se atirar por conta, numa cultura de riscos.

Mas se realmente as intenções de plantio se confirmarem, é bem possível que neste inverno a área coberta com culturas ocupe 183 mil hectares de um total de 300 mil hectares agricultáveis. O trigo, ainda a cultura de maior expressão, poderá ocupar 65 por cento do total da área coberta, 119 mil hectares. O aumento da área, comparada com os 102.150 hectares cultivados no ano passado, deverá ser de 16,5 por cento ou quem sabe até um pouco mais, dependendo da decisão definitiva do produtor, já que ainda nem toda a lavoura está programada.

A produtividade alcançada pela cultura do trigo no inverno passado foi a melhor dos últimos 10 anos, atingindo uma média, na região de atuação da Cotrijuf, de 1.708 quilos por hectare. Essa alta produtividade é consequência das condições climáticas favoráveis ao bom desempenho da cultura no ano passado, sem propiciar o aparecimento de doenças fúngicas; uso de tecnologia adequada - sementes de qualidade, adubação correta e tratamentos fitossanitários - e, principalmente, pela adoção de cultivares mais resistentes às doenças, como a CEP-14, a CEP-11 e a BR-14, que na safra passada ocuparam uma área maior na região. Já na safra de 86, o rendimento obtido pelo trigo vinha sendo considerado muito bom, embora tenha fechado numa média de 1.340 quilos por hectare. Também neste ano as reclamações dos agricultores são semelhantes. Os custos de produção são elevadíssimos com um preço mínimo que não equilibra a situação, deixando uma margem de ganho muito pequena. Em todo o caso, o agricultor que for plantar trigo neste inverno e estiver enquadrado no nível 1 - produção de até 1.100 quilos por hectare -, terá direito a um VBC no valor de 18,29 OTNs por hectare, sem obrigatoriedade do uso de assistência técnica. O agricultor enquadrado no nível 2 - acima de 1.620 quilos por hectare, terá direito a 30,95 OTNs por hectare, sendo, portanto, obrigado a usar a tecnologia recomendada pela assistência técnica.

A aveia terá, de acordo com as primeiras intenções de plantio, sua área reduzida em até 36 por cento. Dos 2.800 hectares cultivados com aveia grão no ano passado, ela deverá ocupar pouco mais de 1.800 hectares. O melhor ano para aveia grão foi o de 1981, quando foram cultivados em torno de 10 mil hectares com a cultura na região. De lá para cá, a área veio caindo



Colza: a menor área desde que a cultura chegou na região

e essa redução tem como causa a baixa tolerância das variedades cultivadas na região às doenças, principalmente a ferrugem. Os preços operados em anos anteriores, também somaram na hora da decisão do produtor.

A colza também poderá ter neste inverno a menor área desde que chegou na região. No inverno passado foram plantados 2.490 hectares com a cultura, mas neste ano, a área poderá ficar ao redor de 1.000 hectares. Motivos da redução na área: condições climáticas adversas ocorridas no ano passado, principalmente no primeiro período de desenvolvimento da cultura. O frio e a chuva em excesso atrapalharam a germinação da semente. A cevada não vem ganhando incentivo por parte dos agricultores porque não é uma cultura recomendada para rotação com o trigo, pois apresenta os mesmos problemas. A área com a cevada, se

comparada com a do ano passado, sofrerá uma redução na ordem de 45 por cento.

No caso do alho, a situação é totalmente inversa. A área vinha crescendo até 1982, depois começou a perder espaços em consequência dos problemas de comercialização. Em 1987 foram plantados 143 hectares e neste ano, a cultura poderá ocupar 193 hectares. Apesar da comercialização praticada na última safra ter deixado muito a desejar, o produtor está decidido a apostar no alho. É fator positivo para o incremento do alho na região, o programa de apoio a cultura que a Cotrijuf vem levando adiante através do sistema de mútuo que neste ano ganha força.

A lentilha poderá sofrer uma redução na área, em função das exigências de qualidade do produto que a Cooperativa começou a implantar ainda no ano passado, buscando um grão

INTENÇÕES DE PLANTIO DE FORRAGEIRAS DE INVERNO - 1988 - REGIONAL PIONEIRA

CULTURA	ÁREA (ha)
Ervilhaca	3.370
Azevém	20.725
Aveia Preta	34.650
Trevo Yuchi	95
Sincho	102
Cornichão	10
Trevo Branco	5
Fava	20
Centelo	20
Alfafa	340
TOTAL	59.337

uniforme e livre de impurezas, purificação na produção de sementes, entre outros requisitos. O rendimento de 600 quilos por hectare foi considerado bom e a área a ser plantada deverá ficar em torno de 180 hectares. A cevada tem garantido um aumento de área neste inverno, resultado dos bons preços praticados atualmente. A cultura deverá ficar restrita apenas aos produtores de hortigranjeiros.

Mas tirando as indecisões que ainda persistem na área de trigo e as reduções já garantidas para as lavouras de cevada e colza, as forrageiras parece que, neste inverno, vão dar uma grande lição. Isso é sinal garantido de que os produtores de leite comecem a se preocupar com os tratos dos animais e, conseqüentemente tentam evitar o caos do leite-excesso no verão. Também será menos terra descoberta no inverno. Ao todo, incluindo aveia preta, ervilhaca, azevém, trevos, entre outras, as forrageiras poderão ocupar 59 mil hectares de lavoura em toda a área de atuação da Pioneira.

ÁREA E PRODUTIVIDADE DAS CULTURAS DE INVERNO DE 1983 A 1988 - REGIÃO PIONEIRA

CULTURA	1983		1984		1985		1986		1987		1988	
	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção	Área	Produção
Trigo	81.500	989	70.180	566	81.700	1.022	131.300	1.340	102.150	1.708	119.000	-
Aveia	8.930	870	5.410	710	9.980	327	2.380	547	2.800	1.502	1.840	-
Cevada	5.660	1.133	7.090	665	4.140	944	3.805	1.183	1.800	1.370	1.000	-
Linho	2.790	830	7.130	633	2.835	658	2.140	788	700	662	670	-
Colza	1.930	920	2.840	598	1.198	590	1.255	737	2.490	418	1.070	-
Alho	145	2.069	100,5	1.754	84,3	1.915	80	2.450	143	3.338	193	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-
Triticale	-	-	-	-	-	-	-	-	142	1.640	380	-
Lentilha	-	-	-	-	-	-	-	-	180	600	121	-

Rotação é com a colza

A colza é uma alternativa importante para a cobertura do solo no inverno, desempenhando um papel fundamental na melhoria das características químicas, físicas e biológicas do solo. Afora esta questão, ela é uma cultura que pode trazer bons retornos ao produtor, quando cultivada com o propósito comercial. Do grão da colza se extrai óleo comestível.

Mas como a colza pode atuar na melhoria das características físicas do solo? "Ela tem a propriedade de deixar o solo friável - com poucos torrões - facilitando o seu preparo", responde o agrônomo e gerente do CTC, Luiz Volney Viau. Ela proporciona uma boa atividade microbológica do solo, tornando-o mais estruturado. Como o seu sistema radicular é bastante volumoso, ela ainda ajuda na descompactação

do solo, "determinando, portanto, um aumento na capacidade de infiltração da água", explica.

Apesar de não ser uma leguminosa, a colza proporciona incorporação de Nitrogênio através da reciclagem da matéria orgânica. Algumas informações revelam que a colza pode incorporar até 100 quilos de Nitrogênio por hectare. Outro aspecto importante destacado pelo Volney é o de que a colza é uma das melhores plantas para ser intercalada com o trigo, "pois tem a capacidade de controlar o mal-do-pé e a podridão radicular, doenças que têm causado prejuízos aos tricultores. Trabalhos realizados pelo Centro Nacional de Pesquisa do Trigo de Passo Fundo, mostram que os maiores rendimentos alcançados com o trigo foram obtidos em áreas que anteriormente haviam sido cultivadas com tremoço e colza.

REDUZIR INVASORAS

Outra propriedade que se pode destacar em relação a colza é que, em função da capacidade que possui de produzir substâncias alelopáticas, ela se torna uma cultura controladora de invasoras. Segundo o Volney, trabalhos realizados em laboratórios demonstraram que o extrato aquoso da parte aérea de colza inibe a germinação da semente do papuã, leiteiro e picão preto. Ele cita ainda como exemplo desta propriedade um outro trabalho, realizado a nível de campo no Paraná. Este trabalho mostrou que a cobertura morta - palha da colza - inibe de forma significativa o desenvolvimento de muitas invasoras de folha larga. "Todos estes aspectos levantados, assegura o agrônomo, credenciam a colza como uma excelente alternativa para a rotação de culturas".



O uso de tecnologia adequada no trigo tem elevado a produtividade

Uma safra aquém do previsto

Apesar dos diversos problemas enfrentados pelos triticultores no ano passado, com o atraso na liberação das normas para o custeio, e a ocorrência da brusone que frustrou a plantação de muitos agricultores, ainda assim, foi possível o Mato Grosso do Sul produzir uma safra de trigo recorde e a previsão para este ano era então bastante otimista. No país inteiro foram produzidas 6 milhões de toneladas com um rendimento médio de 1.640 quilos por hectare, o que nos colocou ao mesmo nível de países tradicionais na cultura, como a União Soviética, a Austrália e a Argentina.

A estimativa para a safra deste ano vislumbrava nossa auto-suficiência do cereal, que é o segundo grão mais consumido na alimentação humana e básico no dia-a-dia do brasileiro. As previsões otimistas entretanto, foram por água abaixo, resultantes de vários fatores. Entre eles, figura o acordo de importação do trigo com a Argentina, no qual o governo brasileiro, em troca de produtos manufaturados terá que comprar o produto daquele país até o ano de 1992. No ano passado foram importados 1.450.000 toneladas e neste ano o total deverá ficar em 2 milhões de toneladas.

Este acordo, indubitavelmente, contribui para o desestímulo dado ao produtor brasileiro, pois, o governo sabe que se o país produzir tudo o que é capaz, vai sobrar muito trigo. Este contexto se confirma quando analisadas as normas para o financiamento da lavoura de trigo, impostas pelo Conselho Monetário Nacional.

A resolução nº 1.471 do Banco Central foi anunciada no dia 25 de março — já com bastante atraso para os agricultores do Mato Grosso do Sul, uma vez que a época ideal para o plantio não deve ultrapassar o mês de abril — e as restrições são muitas. Quem teve dois Proagros nos últimos três anos não vai ter crédito rural desta vez. A determinação atinge também a área a ser financiada, que não poderá ter aumento e deverá permanecer nos mesmos patamares da safra de 87.

No Mato Grosso do Sul, foram financiados no ano passado em torno de 404 mil hectares de lavoura. Este total deverá ser mantido, mas poderá haver casos de produtores que aumentem sua lavoura e o financiamento, em função de outros que não vão plantar porque foram enquadrados na restrição de Proagro, ou que simplesmente vão

deixar de plantar o cereal nesta safra. E estes casos deverão ser freqüentes, principalmente por causa do preço estipulado pelo governo. Em abril a saca de 60 quilos estava cotada em Cz\$ 1.283,40 e o produtor médio terá que produzir aproximadamente 30 sacas por hectare para pagar o Valor Básico de Custeio (VBC) que ficou estipulado em 30,95 OTNs por hectare.

Com o preço do trigo tão baixo, o agricultor que quiser ter um mínimo de lucro terá que forçosamente administrar muito bem sua lavoura e aumentar a produtividade, caso contrário, terá prejuízos consideráveis. Mas como aumentar a produção da lavoura? Para o gerente agrotécnico da Cotrijuf no MS, Márcio Portocarrero, a única saída para o agricultor é usar toda a tecnologia disponível. Só assim o produtor poderá elevar o rendimento da sua plantação. Márcio observa ainda, que baseando-se na tabela de decomposição do VBC, verifica-se um percentual de 22,99 para aplicação de fungicidas. Este índice é considerado bastante alto e poderá ser remanejado, aplicando-se parte da verba em mais adubação. Isto inclusive beneficiará a próxima safra de soja, pois o solo estará mais fértil.

Redução de área é circunstancial

O superintendente adjunto do Banco do Brasil em Campo Grande, Romeu Egon Schaeffer é reconhecidamente um especialista na questão "trigo" e vê dois entraves para o crescimento da triticultura nacional nesta safra. Em primeiro lugar ele aponta o item oitavo da Resolução 1.471 do Banco Central que limita a área financiada nos mesmos parâmetros do ano passado e o nono item da mesma resolução que proíbe o financiamento ao produtor que obteve dois Proagros nos últimos três anos. Estas medidas deveriam ser revogadas pelo Presidente da República, avalia Romeu Schaeffer, pois vão impedir que o país alcance sua auto-suficiência na produção do trigo. Mas ele também considera que elas são propositais tendo em vista os acordos internacionais que o Brasil mantém com a Argentina e o Canadá para importar o cereal.

O Banco do Brasil financiou na safra de 87 o equivalente a 404.400 mil hectares de lavouras e para este ano está prevista uma redução em torno de 75 mil hectares, aproximadamente 15 por cento com relação ao ano passado em Mato Grosso do Sul. Esta redução entretanto é circunstancial, garante Romeu Schaeffer, convicto de que o MS tem grande futuro no cenário agrícola brasileiro e está apto para ocupar o primeiro lugar como produtor de trigo. Schaeffer, que tem acompanhado a evolução da cultura desde 1983, prova com dados esta confiança. A produtividade nacional ficou em 1.159 quilos por hectare no ano de 83 e MS produziu em média 1.520 quilos por hectare. Ainda considerando-se o ano de 83 para efeitos de comparação, o Estado plantou 5,6 por cento da área total do País e em 87 esta participação já tinha aumentado para 12,76 por cento, 432.287 hectares dos 3.387 milhões de hectares plantados no Brasil. No ano passado o Mato Grosso do Sul foi o único estado brasileiro que teve um incremento na sua área plantada (5,59 por cento) quando o país teve uma redução de 12,13 ocupado com o trigo. Outro dado interessante revela que o MS cresceu 307,7 por cento nos últimos cinco anos, enquanto que o Brasil cresceu apenas 79,2 em área plantada com o cereal.

O superintendente adjunto do Banco do Brasil, tem acompanhado também a evolução dos preços dos grãos nestes últimos cinco anos e se de 83 para a safra do ano seguinte o preço do trigo teve um aumento considerável, o mesmo não aconteceu a partir de 84, quando o valor entrou em declínio até a última safra. Em 83 o produtor nacional recebia pelo trigo PH 78-25,305 OTNs por tonelada, em 84, 32,369 OTNs por tonelada, em 85, 32,292, em 86, 31,390 e na última safra recebeu 22,467 OTNs por tonelada. Para este ano está previsto o preço de 22,473 OTNs por tonelada. Mantido este preço, o produtor terá que colher 28 por cento a mais este ano para receber o mesmo que em 87, e terá que produzir 1.584 quilos por hectare para pagar somente o financiamento do banco.

A expansão da aveia em MS

A busca de culturas para ocupação dos solos agrícolas no período de inverno encontrou na aveia uma opção das mais importantes e essenciais para o desenvolvimento da agricultura no Mato Grosso do Sul, segundo a opinião do engenheiro agrônomo Carlos Pitol, um dos responsáveis pela expansão da cultura de aveia no Estado.

A própria opção do produtor em cobrir suas áreas com aveia, quando impossibilitado de cultivar o trigo, mostra que a aveia, mesmo não tendo o mesmo rendimento econômico do trigo, traz alguma vantagem que resulta em ganhos para o produtor. Pitol considera que com as restrições impostas à cultura do trigo neste ano, muitos agricultores se conscientizaram da importância do cultivo da aveia e da disponibilidade de sementes, fazendo com que a área ocupada com o produto tenha um

crescimento de quase cem por cento. No ano passado foram cultivados 35 mil hectares e a previsão para este ano ultrapassa os 60 mil hectares.

A aveia, prossegue Pitol, é uma cultura muito versátil e os objetivos ao se plantá-la são muitos. O principal é a proteção que ela dá ao solo e o seu melhoramento, o que acarreta conseqüentemente, também um maior rendimento para as culturas de verão. Mas ela pode também ser utilizada para pastoreio, fornecendo forragem verde de ótima qualidade, num período de déficit de pastos.

O engenheiro agrônomo salienta ainda que tem sido lucrativo ao agricultor a produção de sementes, ou de produto para consumo animal, tanto da aveia indústria como da aveia preta que tem encontrado um mercado razoável.

A criatividade do produtor

tem sido importante para tirar vantagens com a cultura. Já é freqüente a construção e manutenção de terraços durante o desenvolvimento da cultura da aveia, assim como também a distribuição de corretivos e fertilizantes sobre a cultura, para incorporação simultânea à da massa verde da aveia, permitindo sem prejuízos ao trabalho de correção e conservação do solo.

Com relação ao plantio direto, a aveia é a cultura que tem provocado as melhores produtividades, mostrando-se como excelente opção para o plantio direto do milho e arroz. Quanto ao arroz sobre a aveia, os resultados até o momento são excelentes, projetando-se como uma das tecnologias mais importantes para viabilidade da cultura do arroz na região, conclui Carlos Pitol.

Regionalização da agricultura

"O governo tem que regionalizar a agricultura, fixando as normas de acordo com as peculiaridades de cada região do país". Esta a posição do associado Roberto de Oliveira Silva Jr., formado em Arquitetura, mas hoje um agricultor que dedica todo seu tempo para cuidar da lavoura que a família possui em Maracaju. Ao criticar a política agrícola do governo, Roberto faz coro com praticamente todo o produtor rural, e também acha que as normas para o plantio do trigo deveriam ser estabelecidas no mínimo em fevereiro, para dar tempo ao agricultor comprar os insumos e fazer o plantio do cereal no período aconselhado. Aliás, Roberto leva ao pé da letra a recomendação para efetuar o plantio do trigo dentro do período que vai de 15 de março a 30 de abril no Mato Grosso do Sul, e garante que plantar fora desta época é jogar dinheiro fora.

Proprietário de uma fazenda de 1.300 hectares, dos quais 500 são dedicados à lavoura, Roberto plantou 250 hectares de trigo, 200 de aveia preta e 50 dedicados a produção de semente de aveia branca.

Apesar de considerar o VBC para o trigo excelente, o associado sabe que tem que aumentar a produtividade da lavoura para pagar o financiamento do banco. Sua receita é usar mais adubo por hectare e também mais semente, na proporção de 170 quilos por hectare. No ano passado a produção foi de 31,6 sacas por hectare, mas nesta safra serão precisos mais de 30 sacas por hectare só para pagar o financiamento bancário. Mas é possível tornar a terra mais produtiva? Roberto garante que sim, basta cuidar dela, ter dedicação e estar atento aos conselhos de pessoal especializado e às inovações introduzidas pela tecnologia. O produtor é um defensor ferrenho da rotação

de culturas como meio de proteger o solo e também acha imprescindível fazer a cobertura do solo no inverno. Sobre o desgaste da terra, ele tem como exemplo a sua própria lavoura que começou a administrar em 85, produzindo 34 sacas de soja por hectare, aumentando para 37 no ano seguinte e passando para 45 sacas no ano passado. Ele lembra que a terra estava totalmente desgastada em função da monocultura da soja que vinha sendo praticada nos anos anteriores, sem a rotação e sem plantio na época do inverno. Hoje, durante a safra de verão além da soja, um terço da lavoura é dedicado ao plantio do milho. Roberto ressalta ainda com ênfase a prática que alguns agricultores adotam que é a queima da palha de trigo após a colheita. Ele acha isto um crime contra a natureza e defende inclusive penalidades legais para quem adota tal atitude, que tira toda a matéria orgânica do solo e acarreta por consequência a erosão.

Roberto é associado da Cotrijuf em Maracaju, há três anos e considera-se satisfeito com o atendimento dado pela cooperativa ao quadro social e acha que as reivindicações dos associados são atendidas na medida do possível. A única crítica que faz é quanto a rotatividade dos funcionários por questões salariais que é muito grande, principalmente do pessoal técnico, o que prejudica o bom andamento do trabalho feito junto ao produtor, finaliza ele.



Roberto Silva

O tempo passou, mas têm coisas na vida que não passam nunca.



Em 30 anos, a Cotrijuf cresceu e mudou a vida de quem acreditou no trabalho, no esforço de cada um para o crescimento de todos. Partindo de um pequeno grupo de agricultores, a Cotrijuf e suas subsidiárias* contam hoje com uma completa estrutura de comercialização de safras, modernas unidades armazenadoras, um terminal graneleiro marítimo** e uma eficiente rede de transportes no RS e MS. A Cotrijuf ainda participa das seguintes Cooperativas: CCGI - Cooperativa Central Gaúcha de Leite; VALURUGUAI - Cooperativa Industrial de Lãs do Vale do Uruguai; CCGH - Cooperativa Central Gaúcha de Hortigranjeiros; CCGC - Cooperativa Central Gaúcha de Carnes e CCGTel - Cooperativa Central Gaúcha de Telefonia Rural. Os associados se beneficiam de orientação agropecuária permanente, além de assistência médica e social. A Cotrijuf mantém lojas, armazéns e supermercados para suprir seus sócios de gêneros alimentícios, vestuário e insumos para lavoura. E, ainda, frigorífico, indústria de óleo, indústria de ração, engenho de arroz. Tudo isto é parte de um patrimônio que é seu, e que continua crescendo. Mas tem uma coisa que não muda nunca: a nossa emoção de ver que cada conquista, cada vitória, é fruto da união e do trabalho, da harmonia e da produtividade de cada um de nós.

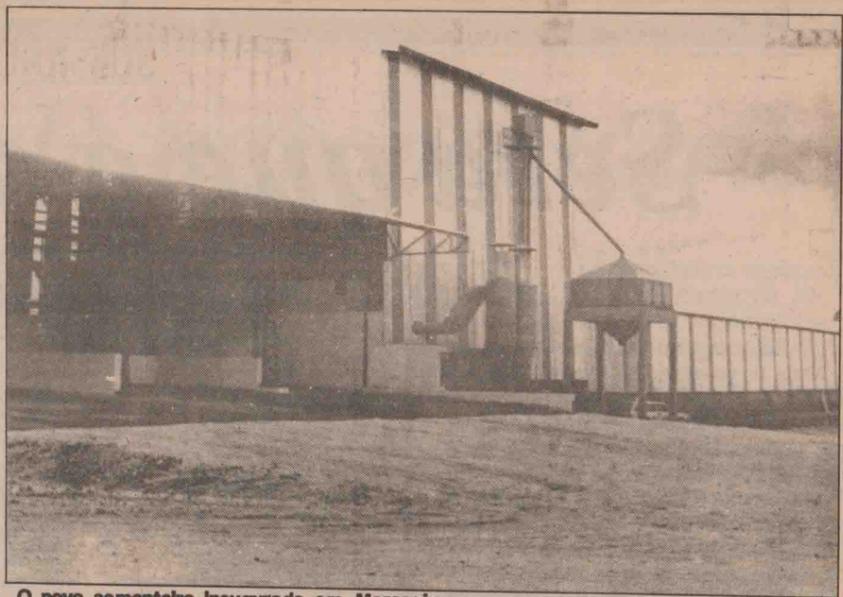
COTRIJUI



30 ANOS

A UNIÃO FAZ A FORÇA QUE NEM O TEMPO DESFAZ.

IFPA - Instituto Riograndense de Febre Afetosa Ltda. COTRIDATA - Processamentos de Dados Ltda. TRANSCOOPER - Serviços de Transportes Ltda. COTRIEXPORT - Cia. de Comércio Internacional Ltda. COTRISEGUROS - Corretora de Seguros Ltda. HOSPITAL BOM PASTOR - Com três unidades hospitalares. Capacidade instalada estática = 1.400.000 toneladas.



O novo sementeiro inaugurado em Maracaju

MS quer produzir sementes

A agricultura no Mato Grosso do Sul tem crescido a passos largos nos últimos anos e junto a esta evolução tem também crescido um problema básico para boas safras: a questão das sementes. Ainda insuficiente na demanda, o estado todo produz atualmente apenas 50 por cento da sua necessidade real de consumo. Hoje, na área de ação da Cotrijuf, a maioria das sementes necessárias é importada dos estados do sul do país, o que obviamente encarece o produto, pois ao seu custo é adicionado o valor do transporte, que como todo mundo sabe, não é nada barato.

Tendo em vista este problema, era cogitado desde 1982/83 pela diretoria regional da Cotrijuf, a construção de uma unidade de beneficiamento de sementes, capaz de atender as reais necessidades dos associados da Cooperativa. O Superintendente Regional, Lotário Beckert, afirma que hoje finalmente parte deste objetivo foi alcançado porque a Cotrijuf inaugurou este mês em Maracaju a sua mais moderna unidade para armazenar e beneficiar sementes, com capacidade para estocar 127 mil sacas de grãos.

A UBS (Unidade de Beneficiamento de Sementes) representa em seus três mil metros quadrados de área o que há de mais moderno em termos de tecnologia, sendo que o armazém é o terceiro no Estado com sistema de frio equável, ou seja, possui controle de temperatura e umidade do ar totalmente automatizados. O domínio das condições climáticas permitirá que as seis mil toneladas que caberão no armazém, sejam guardadas por um período indeterminado, beneficiando sementes de arroz, trigo e principalmente de soja. Este grão aliás, é o que exige mais cuidados, porque há o problema da germinação sempre que as condições não forem as recomendadas.

No novo sementeiro foram investidos mais de 100 milhões de cruzados, mas este valor, informa Lotário Beckert, terá seu retorno garantido em quatro anos, considerando-se os gastos que a Cooperativa teria com o frete para importar sementes de outros estados. Ele ressalta ainda que Maracaju foi a unidade escolhida para sediar o armazém, porque já havia uma infraestrutura montada e também porque está localizada num ponto estratégico, estando capacitada para atender todo o quadro social, cujos associados utilizam-se, tanto na produção como no consumo de diversas variedades de sementes, de acordo com sua posição geográfica.

A INAUGURAÇÃO

Durante a inauguração do sementeiro, o vice-presidente da regional do Mato Grosso do Sul, Nedy Rodrigues Borges, falou da satisfação da Cotrijuf em entregar a obra ao seu quadro social, lembrando que em Maracaju está o berço da Cooperativa no estado (foi no município que a Cotrijuf iniciou suas atividades em dezembro de 1977 quando incorporou a Coopemara - Cooperativa Agrícola de Maracaju). Nedy Borges ressaltou também a importância da nova unidade de beneficiamento na medida que a semente é um dos principais insumos para o produtor, e a meta a ser alcançada segundo ele, é a auto-suficiência na sua produção.

Dezenas de pessoas estiveram presentes à solenidade, entre produtores e autoridades locais e também toda a diretoria administrativa da Cotrijuf. O presidente Oswaldo Meotti, lembrou que a instalação de uma obra como o novo sementeiro não é comum na vida da Cooperativa, devido as suas características peculiares, mas salientou que faz parte da filosofia da Cotrijuf dar toda a assistência necessária ao seu associado. "A resolução dos problemas só é possível com o trabalho integrado entre a cooperativa e seus cooperativados," finalizou Oswaldo Meotti.



Direção da Cotrijuf na inauguração

SUBSÍDIO AO TRIGO

Será que é o fim mesmo?

A extinção do subsídio ao trigo deverá trazer uma economia de 110 milhões de cruzados.

Pela segunda vez em menos de um ano, o governo anuncia o fim do subsídio ao trigo. É uma longa história, contada e recontada muitas vezes e que já dura 16 anos, mas nem mesmo agora, depois desta nova investida do governo, pode se ter a certeza de que ela realmente está chegando ao capítulo final. Nem mesmo a publicação, por parte do governo, de uma nova portaria da Sunab reajustando em 60 por cento o preço do trigo entregue aos moageiros é garantia de que o assunto está encerrado. A lembrança do anúncio da extinção do subsídio, feita pelo próprio governo Sarney no dia 12 de junho do ano passado, ainda é recente e resultou na volta do incentivo três meses mais tarde. Para o assessor econômico da Fecotrigo, Paulo Trevisan, o subsídio ao trigo só cairá em definitivo no momento em que o governo eliminar a diferença de 25 dias que existe entre o reajuste do preço do trigo a nível de produtor e o do entregue à indústria moageira.

Pois foi exatamente por causa desta disparidade que o subsídio anunciado como extinto em junho do ano passado, veio à tona ainda no final do ano. Na época do anúncio da extinção dos incentivos aos moinhos, o preço do trigo para as indústrias aumentou em 513 por cento, passando a tonelada para Cz\$ 6.500,00. Esse valor ficou mais ou menos parelho com o preço pago pelo governo ao produtor. Até o Plano Bresser, o governo repassava o trigo aos moageiros por um preço de Cz\$ 1.060,00 a tonelada. A diferença ele bancava. Mas três meses depois de feito o anúncio da extinção do subsídio, a OTN, responsável pelo reajuste dos preços pagos ao produtor, subiu em 36,70 por cento, deixando em aberto um espaço para que o subsídio retornasse.

Mas o anúncio da medida, apesar de ter gerado algumas polêmicas, já que provocou um imediato aumento de cerca de 30 por cento no preço do pão e 47 por cento no da farinha de trigo, está sendo muito bem aceito pelos produtores, entidades e lideranças do setor. Afinal de contas, é apenas uma minoria — são ao todo 180 moinhos credenciados para comprar o trigo do Banco do Brasil — que vem sendo privilegiada com a manutenção do subsídio. Só a economia que a retirada do subsídio vai trazer ao país fica na casa dos Cz\$ 110 bilhões, o que já pode representar um volume considerável, mesmo se sabendo que foram gastos durante estes 16 anos nove bilhões de dólares com o incentivo dado aos moageiros.

POR QUE ELE VOLTOU?

Para o professor do Departamento de Economia da Unijuf, Moacir Hetzel, o subsídio ao trigo na verdade nunca chegou a ser retirado, apesar do anúncio feito em junho do ano passado. Segundo o professor, o governo tentou eliminar o subsídio, mas não mexeu em questões importantes que se referem às despesas intermediárias de compra, transportes, seguros, estocagem, contratação de importação e distribuição desse trigo, "arcando, de qualquer forma, com estes encargos. Se estas despesas não foram consideradas por ocasião da extinção do subsídio, ele continuou existindo".



Para Moacir Hetzel, a extinção do subsídio é uma exigência dos credores e não tem nada a ver com atos de bondade do governo no sentido de atender as reivindicações dos produtores e pequenos moageiros.

O próprio preço do trigo, nesse meio tempo, não sofreu reajustes na mesma proporção em que aumentaram o trigo importado e o trigo nacional. Assegura que esses preços só poderiam correr parelhos, se o preço pago pelos moageiros fosse reajustado diariamente, já que as importações são pagas em dólares. O reajuste do preço do trigo do mercado internacional ocorre na mesma proporção que a desvalorização do cruzado em relação ao dólar, enquanto que o reajuste do produto nacional é feito mensalmente pelo preço mínimo. "Se o governo está mesmo interessado em extinguir de vez o subsídio, ele terá que repassar aos moageiros estes reajustes, observa Moacir, deixando claro que se esse mecanismo não for definido, o subsídio pode retornar daqui algum tempo.

Mas ele alerta para um ponto que deve ser visto como positivo em toda a questão, que é a extinção da conta trigo do orçamento da União. Em 1987 não foi mexida nessa conta, "significando que a todo o ano o governo poderia destinar recursos para a conta ainda existente. Agora, observa, essa conta não existe mais e se o governo quiser gastar dinheiro a fundo perdido com o trigo, terá de buscar recursos no mercado financeiro, com custos muito mais elevados". A extinção desta conta, portanto, dificulta a volta do subsídio, "o que já é um bom sinal, na medida que todo esse incentivo era pago por toda uma sociedade e que vinha beneficiando apenas uma elite, a dos moageiros.

POR QUE A RETIRADA?

Esta decisão do governo, segundo Moacir, tem a ver com a necessidade de voltar a negociar a sua dívida externa e uma das exigências feitas pelos credores e o Fundo Monetário Internacional é de que o déficit público brasileiro seja reduzido em no mínimo,

3,8 por cento. Ou seja, de 6,8 por cento do produto interno bruto — o PIB —, o governo vai ter que baixar para apenas 3 por cento. Ainda são exigências dos credores para reduzir o déficit público — saldo negativo no orçamento da União resultante das despesas com a dívida interna — demissão em massa de funcionários públicos e privatização de estatais deficitárias. "Essa situação, esclarece, vem desmitificar a idéia de bondade por parte do governo em relação às reivindicações que venham sendo feitas pelos produtores e pequenos moinhos".

REFLEXOS

Os reflexos desta decisão do governo, segundo o professor, serão imediatos e começam com um aumento no custo de vida em função dos aumentos nos preços da farinha e derivados. Deverá refletir sobre a inflação de maio em 0,9 por cento e na de junho em 0,3 por cento. Acredita que possa acontecer uma redução no consumo do trigo em percentuais que podem ficar em torno de 10 a 20 por cento e num aumento no consumo de produtos substitutivos, como do milho, mandioca, entre outros. Moacir, no entanto, não acredita que possa ocorrer mudanças substanciais na produção do cereal ainda neste ano, já que a política agrícola para esta safra está praticamente definida. "Por enquanto, resume, não exis-

te nenhuma intenção do governo em rediscutir a política estabelecida para esta safra, até porque já estamos em cima do plantio".

Mas ele não descarta a hipótese de alterações para os próximos anos e cita como exemplo a intenção do governo, já a partir de 1989, de praticar uma liberação gradual do mercado interno e externo. Essa liberação significa que o governo vai deixar de interferir no processo de comercialização, tanto a nível interno como de importação. "Se realmente ele praticar essa liberação em relação ao mercado externo, a produção nacional de trigo corre sérios riscos de se inviabilizar, adverte, lembrando que o produto nacional está custando em torno de 180 dólares a tonelada, enquanto que o importado chega a 100 dólares a tonelada. "Esse produto importado, mesmo tendo custos de transportes, ainda chega aqui mais barato", ressalta.

RECOMENDAÇÃO

A retirada do subsídio e a perspectiva de liberação da comercialização do trigo já a partir de 1989 vão trazer algumas conseqüências, segundo Moacir e que poderão determinar uma discussão bem mais acentuada em relação a política nacional voltada para o cereal. "Acredito numa acomodação de interesses relacionados com a produção nacional do trigo", diz. De um lado vão estar os moageiros querendo garantir matéria-prima barata — agora já nem tão barata — e do outro os produtores e pequenos moageiros defendendo a produção nacional, que significa impor barreiras às importações. Assegura que a reação do consumidor é momentânea e em virtude do aumento nos preços da farinha e derivados. "Ele precisa entender que de agora em diante, não vai mais arcar com tributos que davam sustentação a existência do subsídio".

OS MOINHOS COLONIAIS

Eles voltam ou não? Para o Moacir essa é uma questão fechada e sem volta. Segundo ele a decisão tomada em relação a extinção do subsídio não garante o retorno dos moinhos coloniais, até porque ainda está pendente a questão da disparidade de reajustes a nível de preços pagos ao produtor, pelo produto importado e pelos moageiros. "O retorno dos moinhos coloniais implica em que, no mínimo, os pequenos moageiros tenham condições de comprar o produto pelo mesmo preço que os grandes compram". E mesmo que os preços fossem iguais, ele levanta a questão da falta de estrutura destes moinhos coloniais. "Não podemos nos esquecer que de 1967 para cá, se instalaram grandes moinhos com altas tecnologias e grande poder de competitividade", finaliza.

EVOLUÇÃO NO PREÇO DO TRIGO x OTN

Mês	Preço da tonelada Cz\$	Aumento	OTN Cz\$	Aumento
Junho	6.500,00	513,02%	310,53	23,44%
Outubro	7.108,59	9,36%	424,51	36,70%
Outubro	7.820,00	10%	424,51	36,70%
Novembro	7.820,00	—	464,48	9,17%
Dezembro	9.775,00	25%	522,99	12,83%
Janeiro	11.340,00	16%	596,94	14,14%
Fevereiro	13.041,00	15%	695,50	16,51%
Março	14.800,00	13,48%	820,42	17,97%
Abril	23.680,00	60%	951,77	16,01%

A independência pela agropecuária

É uma verdade incontestável que os países enriquecem graças à agropecuária, e permanecem ricos por consequência dela. Os exemplos são muitos e são universais, mas para que se faça uma idéia exata dessa realidade bastará que se considere os Estados Unidos da América. Aquele país protege a economia primária, livrando-a de percalços que na verdade não seriam nocivos apenas aos agricultores, mas que teriam reflexos desastrosos perante toda a comunidade econômica nacional. Desde o ano de 1933 os americanos se preocupam em estabilizar, apoiar e proteger a renda agrícola e os preços, mediante o financiamento da estocagem, transporte a preços subsidiados e compra de excedentes a preços garantidos. Lá, há uma política agrícola permanente.

O presidente da Cotrijui, economista Oswaldo Olmiro Meotti, lamenta que no Brasil, um país com tantas condições reais para desenvolver e consolidar uma economia em larga escala baseada a partir do campo, se enfrente tantos empecilhos para produzir. Diz que o sistema americano de proteção e garantia aos agricultores é dividido em três segmentos principais, que são:

Bancos de crédito rural cobrindo todos os estados produtores agrícolas. Eles distribuem financiamentos através das cooperativas de crédito. O sistema é coordenado pelo "Farm Credit System", que garante 50 por cento do total das necessidades de crédito dos agricultores. Fontes governamentais alocam, em ordem direta, 18 por cento dos créditos através da "Farmers Home Administration". Os restantes 32 por cento têm origem em fontes privadas, sendo 25 por cento a cargo dos bancos comerciais e 7 por cento via companhias de seguro.

SALVANDO O PAÍS DO CAOS SOCIAL

Oswaldo Meotti chamou a atenção para o fato de que o "Farm Credit System" foi instituído em meados da segunda década deste século, após severa crise que afetou a agricultura americana, e, por consequência da crise da agricultura, afetou os demais segmentos da economia do grande país.

A constatação da necessidade de criação e fortalecimento de mecanismos de amparo solidário à agricultura voltou a se fazer sentir nos primeiros anos da década de 30, devido ao caos social que se seguiu à grande crise de 1929, com o "crash" da Bolsa de

Tivessem os americanos uma agricultura sólida em 1929, não teria havido o pavoroso "crash". A afirmação é do presidente da Cotrijui, Oswaldo Meotti.



Valores de Nova Iorque. É preciso guardar na memória — adverte Meotti — que durante muito tempo os Estados Unidos viveram a ilusão de Midas, o rei da mitologia. E os americanos nem sequer possuíam ouro, mas apenas papel pintado, que lançavam às toneladas através das bolsas de valores. Sem o indispensável respaldo do agro, que é quem cria as riquezas e garante a soberania das nações, a chamada prosperidade americana ruíu como um castelo de cartas.

Só então, constatado que não se come dinheiro, eles partiram para adotar uma política realista, protegendo os valores reais e renováveis oriundos do solo. Assim, salvaram o país do caos.

OS FEDERAL LAND BANKS

Na sequência do "Farm Credit System" eles criaram os federal land banks, cuja missão era fornecer apoio financeiro a longo prazo com a finalidade da implantação de investimentos fixos no setor. Esses investimentos — que denominaram "real state" — destinavam-se, preferencialmente, à aquisição de terras e respectiva construção de benfeitorias — casas, armazéns, estábulos, etc.

Ainda na década de 20 foram fundados os "intermediate credit banks", para suprimento de crédito de curto e médio prazo. Estes organismos serviram de espinha dorsal dos futuros "federal land banks", e do hoje todo poderoso "Central Bank for Cooperatives", que funciona como uma espécie de cúpula financeira, com funções de suprir possíveis dificuldades de caixa dos federal lands.

O "Central Bank for Cooperatives"

controla uma rede de 36 bancos regionalizados, que dão cobertura financeira e atendimentos técnico e comercial às cooperativas. Os recursos financeiros para suporte dos empréstimos são captados no mercado de capitais, mediante o lançamento de títulos próprios, que são chamados "Commercial Papers". Cada lançamento de novos papéis é autorizado pela "Farm Administration", com o aval da Secretaria do Tesouro, que é o equivalente ao nosso Ministério da Fazenda.

PRODUÇÃO E COMÉRCIO COM SEGURANÇA

Na realidade, o produtor norte-americano tem todas as garantias, quer para produzir, quer para comercializar o que produz. E, claro, não só os Estados Unidos, mas todos os países do chamado Primeiro Mundo, asseguram condições e facilidades para que seus agricultores e criadores tenham um resarcimento justo em paga do trabalho que desempenham na criação de riquezas. Na área geográfica do Mercado Comum Europeu, todos sabem e conhecem as facilidades e estímulos proporcionados pelos respectivos governos para que haja o máximo de ofertas na agropecuária. O que muitos pretendem ver como milagre, pequenos países produzindo o máximo em reduzidos espaços, nada mais é do que a introdução da técnica aliada aos estímulos governamentais.

SEM ALIMENTOS NÃO HÁ INDEPENDÊNCIA

Ouso dizer — enfatizou Oswaldo Meotti, que o mundo financeiro norte-americano não sucumbiu ao estouro da Bolsa, no ano passado, graças

à sua excelente infra-estrutura agropecuária. Veja bem. Na década de 20, os EUA já possuía uma poderosa indústria. Mas a agricultura era frágil, ainda destituída de técnica, e os agricultores, isolados em suas fazendas, não tinham poder de reivindicação.

Apesar da sociedade nacional da época viver modestamente, muito longe da pompa consumista de hoje, a economia industrial não resistiu os efeitos do "crash" financeiro. Hoje, ou melhor, no ano passado, foi diferente. O que ruíu, despencou no vácuo, foi aquele mundo de fantasia que é caracterizado pelos papéis de bolsa, um dinheiro de "faz de conta", que só tem valor intrínseco quando respaldado por riquezas geradas na agropecuária. Para o governo americano foi fácil estancar a sangria da bolsa. Bastou aplicar-lhe um torniquete de dois trilhões de dólares — soma verdadeiramente fantástica, e o país seguiu andando, mal se apercebendo do que poderia ter sido uma tragédia social. Porém, o colega de Reagan, que governava em 1929, não teve a menor chance de administrar expediente tão simples e imediato. É o caso de se perguntar: no Brasil, o fenômeno teria sido resolvido com a mesma facilidade? Claro que não. Nossa economia agrária é frágil, econômica e politicamente. É só atentar para o que aconteceu com a vigência do Plano Cruzado, em 1986, quando foi suficiente um pequeno incremento no poder aquisitivo popular para que ocorresse uma desarticulação total no abastecimento, com a necessidade de se importar alimentos. Isso prova o quanto nossa agricultura e pecuária são débeis, em produção e produtividade.

Estamos atrasados, no mínimo, dez anos, nesses setores da economia. E eles são vitais para a independência de qualquer país. Mas, infelizmente, nossos governantes não parecem estar muito preocupados com isso. Basta ver o que acontece com o trigo. Foi suficiente alcançarmos o patamar da auto-suficiência para que o governo federal "negociasse" essa posição com os industriais paulistas, assinando os acordos bilaterais com a Argentina. Tudo isso é muito preocupante, e mais do que preocupar, é fator de desestímulo à produção primária. Nossa esperança é que o governo venha ainda redirecionar o conceito de administração, sob pena de vermos o país cada vez mais pobre e submetido aos desígnios das grandes potências produtoras de alimentos, finalizou.

COTRIJUI: HÁ 30 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijui para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



COTRIJUI

Uma proposta política

Com uma proposta única de conservação do solo, a área técnica da Cotrijuí, Regional Pioneira espera uma maior agilização na captação dos recursos necessários para desenvolver os projetos.

Projetos conservacionistas como a microbacia do Arroio Três Negrinhos, microbacia da Linha 6 Oeste, em Ijuí, ou mesmo o recente projeto do Arroio Mondaçaia, em Ajuricaba e demais trabalhos desenvolvidos na área de atuação da Cotrijuí, Regional Pioneira, poderão contar, a partir de agora, com um grande impulso principalmente em relação a busca de recursos que viabiliza o seu andamento com maior rapidez. Esta determinação surgiu no dia 21 de abril, quando os departamentos técnicos das unidades da Cotrijuí estiveram reunidos no CTC, para formular uma proposta única de conservação do solo.

Para reforçar a discussão da proposta, a reunião teve a participação de dois pesquisadores, Geraldino Perusso e Henrique dos Santos, do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo, da Embrapa de Passo Fundo, que apresentaram vários trabalhos sobre fertilidade e rotação de culturas. Estas duas práticas são fundamentais para qualquer trabalho, diz o supervisor da área de solos da Cooperativa Airton de Jesus, explicando ainda que a proposta única de solos significa uma decisão política na área. "Todos os trabalhos técnicos

serão continuados, mas contando com uma maior agilização em relação aos recursos necessários".

PROPOSTA

Unificando todo o trabalho técnico desenvolvido nas unidades da Cotrijuí, a proposta de solos destaca a fertilidade e a rotação de culturas, mas abre a sua orientação pela análise do solo, que é um instrumento básico para o levantamento das necessidades de corretivos em relação a acidez do solo e fertilizantes. Feita a análise, de acordo com o procedimento correto de coleta, a proposta aborda o manejo de solo, aparece a descompactação, e a subsolagem como duas práticas fundamentais para quebrar as camadas compactadas devido a destruição da matéria orgânica, da queima dos resíduos naturais e do uso constante de implementos de disco.

A opção mais correta para corrigir estes problemas de compactação é o produtor reformular todo o seu sistema de produção, usando principalmente da rotação de cultura e incluindo os adubos verdes como a aveia, ervilhaca, o tremoço, a colza e o sincho no inverno, que além de atravessarem as

camadas mais compactadas através das suas raízes longas e fortes, incorporam o nitrogênio de forma gratuita. A economia é grande, chegando algumas destas leguminosas a incorporar até 80 quilos de nitrogênio por hectare. Mas, a proposta aponta ainda para o manejo de restebas, que será determinante para um bom resultado com o plantio direto.

Ideal para o controle da erosão, o sistema do plantio direto faz uma movimentação no solo bem menor do que o convencional e mantém os restos vegetais que agem como adubos, além de segurar a água na lavoura. A sua instalação, no entanto, exige antes de tudo, que o solo esteja bem preparado, principalmente com todas as correções de acidez realizadas. Mais do que isso, é preciso também que o produtor conheça e domine todas as fases do sistema, que inicia pelo manejo da resteva e de ervas daninhas, passa pela fertilização do solo e acaba no maquinário adequado.

VANTAGENS ECONÔMICAS

Seguindo todas estas fases, detalhadamente, o produtor que estiver fazendo um acompanhamento minucioso

da sua propriedade poderá observar as reduções das perdas em sementes, adubos e inseticidas, provocados pela erosão. Poderá ainda ter maiores rendimentos com a retenção da água, mesmo nos anos secos, e ter ampliados o tempo de plantio, pois após uma chuva no sistema de plantio direto, o período de semeadura pode ser feito por um período de até 12 dias, já no sistema convencional, este mesmo tempo se reduz à metade. Um outro ponto bastante positivo do sistema de plantio direto é a redução de combustível, que em relação ao convencional chega a quase um terço, principalmente nas culturas de soja, do trigo e do milho. Todos estes benefícios poderão ser melhor aproveitados, caso o produtor se empenhe em manter um planejamento da sua propriedade, onde tenha sempre ao seu lado informações como a sua área total, área cultivada, ano agrícola, resultado da análise do solo, informações sobre o preparo do solo e plantio, como data de semeadura e quantidade de insumos e agrotóxicos utilizados, rendimento da colheita e práticas conservacionistas adequadas, além das suas observações próprias.

Em Bicaco, a retomada dos trabalhos

As primeiras propostas de um trabalho de conservação do solo, de microbacias, em Coronel Bicaco, surgiram por volta de 1985, quando a partir da unidade da Cotrijuí, Regional Pioneira, cerca de 59 propriedades foram chamadas a participar em conjunto com a Prefeitura Municipal e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Apesar dos incentivos do departamento técnico da Cooperativa e de algumas visitas em regiões onde o trabalho já está mais avançado, o projeto que iniciaria pela Esquina Evangélica não teve continuidade, devido a falta de empenho da maioria dos produtores envolvidos.

No final do ano passado, no entanto, a discussão sobre conservação do solo voltou a ser retomada pela Cotrijuí, atendendo principalmente a solicitação de produtores de outras localidades, como São Pio X e Vista Alegre, no município de Redentora. Caracterizadas como uma das regiões que mais enfrentam problemas de conservação do solo, estas duas localidades, através dos seus núcleos, passaram a realizar reuniões mais frequentes sobre o assunto e chamaram inclusive a Prefeitura de Redentora para incentivar o trabalho de solos.

Em janeiro deste ano, depois de uma reunião entre a Cotrijuí e a Prefeitura, onde esta última colocou as máquinas à disposição dos produtores, os debates passaram a ser encarados como uma proposta mais definida. Ficou estabelecido como meta para este ano, que dos 11 mil hectares do município de Redentora, 10 por cento da área mecanizada realizaria um trabalho de terraceamento, em nível, e de fechamento de estradas internas das lavouras.

"Já ocorreram diversas reuniões, palestras e viagens", fala o Jandir Luís Pedroni, técnico respon-



Ademiro Fava

sável pelo trabalho de conservação de solos da unidade de Coronel Bicaco, acentuando que "o trabalho atualmente está sendo assumido em forma de equipe, principalmente na localidade de São Pio X, onde muitas propriedades são divididas por enormes vossorocas e onde várias estradas desnecessárias impedem um trabalho mais completo de conservação do solo.

Mas, ao trabalho mecânico mais imediato, juntam-se as outras práticas fundamentais para a conservação do solo. "Não adianta ficarmos em trabalhos isolados", diz o Pedroni, explicando que "sem cobertura verde, rotação de culturas, subsolagem, correção e manejo adequado do solo, e mais tarde o plantio direto, a terra não terá condições de se recuperar e apresentar maiores níveis de produtividade.

ANTIGA PROPOSTA

Quem já se deu conta da importância de todas estas práticas é o produtor Ademiro Fava, proprietário de 73 hectares na localidade de São Pio X, que desde 1970 vem se preocupando com a conservação do solo. Muito dado a reuniões, o produtor, que hoje é segundo tesoureiro da Associação de Desenvolvimento Comunitário de Redentora, já



Cláudio Roewer

colheu muitas experiências nestes anos todos, desde os tempos em que ele ouvia as orientações da extinta Ascar. "Sou que nem pulga em costura", costuma dizer o produtor que começou a construir terraços há mais de oito anos. Naquela época, diz ele, "ainda fazia por conta, sem nenhuma orientação técnica". Mas, de dois anos para cá, seu Ademiro Fava passou a construir o base larga e a realizar trabalhos de subsolagem e descompactação do solo e plantio direto.

Mas, o interesse do seu Ademiro Fava pela conservação do solo não se restringiu somente a sua propriedade. Atento às necessidades de todo o município, mas principalmente da sua região, o produtor não fez por menos. No ano passado, ele próprio elaborou um projeto de solos e apresentou a câmara de vereadores de Redentora, em novembro. No documento, o produtor incluiu não somente as práticas conservacionistas de manejo adequado do solo — descompactação, subsolagem, rotação de culturas, adubação verde e plantio direto — como também a implantação de açudes, criação de abelhas e reflorestamento.

Além de apresentar o seu projeto ao legislativo municipal, seu Ademiro Fava foi buscar apoio na

Secretaria da Agricultura de Redentora, através de recursos para a compra do maquinário utilizado na construção dos terraços. Quanto aos vizinhos, seu Fava também tem o seu apoio, mas sabe que o trabalho só vai deslanchar caso saia uma solução conjunta.

Enquanto o projeto continua engavetado e os produtores se preocupando com a colheita, o seu Ademiro Fava vai fazendo o que pode na sua propriedade, como o fechamento de algumas estradas internas e construção de novos terraços. A sua proposta, no entanto, continua de pé, diz o produtor, salientando que, "não me interessa por política, mas sim em defender o que resta deste planeta para as gerações futuras".

Já um outro produtor do município de Redentora, Cláudio Roewer, proprietário de 320 hectares na localidade de Vista Alegre, acha interessante o projeto do seu Ademiro Fava, porém, não acredita que ele possa ser posto em prática devido a falta de recursos por parte da Prefeitura e do próprio Banco do Brasil. "A única ajuda seria em relação ao combustível", analisa Roewer, reconhecendo as vantagens do trabalho.

Na sua propriedade, por exemplo, 30 hectares já estão terraceados, o que lhe possibilitou obter, durante a última colheita de soja, uma redução no custo da hora/máquina de 36 por cento. Além disso, o produtor, que nesta última safra plantou 100 hectares de soja através do plantio direto, já está desenvolvendo um trabalho de estradas que deverá abranger o fechamento de quatro estradas internas desnecessárias. "A minha intenção é aumentar a produtividade, conservando a água na lavoura e, principalmente, reduzindo o custo operacional", diz Roewer, sintetizando o trabalho na sua propriedade.

Ajuricaba já tem seu projeto

Do trabalho pioneiro de algumas propriedades, surge o primeiro projeto de conservação do solo, reunindo várias propriedades. É o projeto da microbacia do Arroio Mondaçaia.

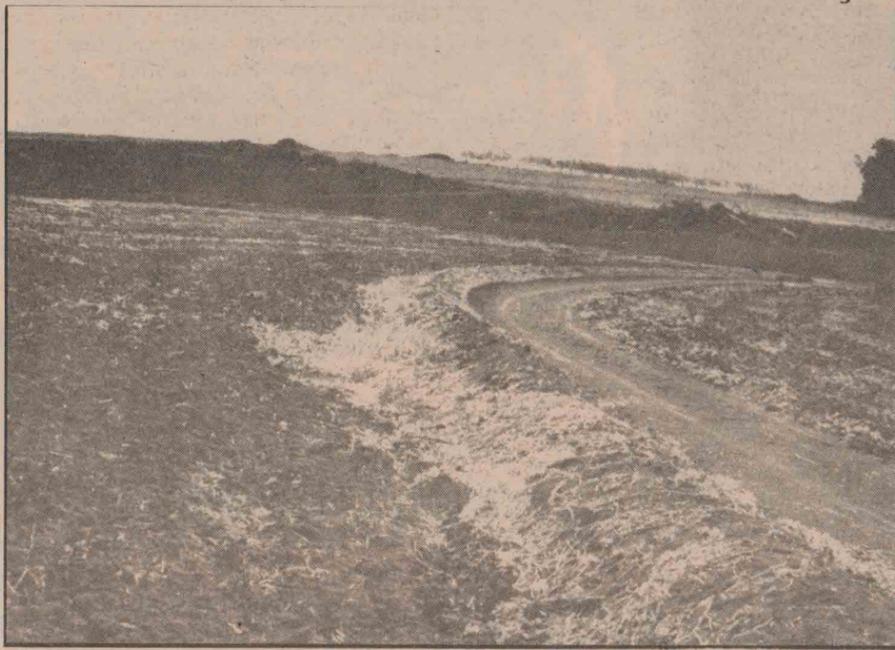
Uma das regiões onde o trabalho de conservação do solo tem deslançado é o município de Ajuricaba, o qual, a exemplo de Ijuí, já conta com um projeto de microbacia conservacionista, envolvendo 78 propriedades da Linha 23, 24 e 25, e abrangendo 1.110 hectares banhados pelo Arroio Mondaçaia, um afluente do rio Ijuí. As origens deste projeto, que poderá se estender para outras áreas de Ajuricaba, não estão ligadas a necessidades recentes, mas sim a um trabalho pioneiro de mais de quatro anos, desenvolvido em três propriedades da Linha 24.

Segundo o agrônomo da Unidade de Ajuricaba, Eloy Pettenon, as propriedades de Ereni Lufs Bandeira, Antenor Torquetti e de Juarez Milton Bandeira, foram responsáveis pela construção dos primeiros terraços e também pelas primeiras experiências com o plantio direto, que trouxeram uma produtividade superior às demais áreas do município.

PROJETO

A partir destes resultados, outros produtores também começaram a se interessar pelas práticas conservacionistas. Após a realização de várias reuniões, palestras e observações de trabalhos em Ijuí e no Paraná, o projeto começou a ser esboçado formalmente. Todas as entidades ligadas ao assunto foram chamadas e logo em janeiro foi formada a Comissão Municipal de Solos, liderada pela Cotrijuf, produtores, Prefeitura Municipal e Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Mas a escolha do local para se-



Base larga em 220 hectares é uma das metas para este ano

diar o projeto, não aconteceu de forma tão simples, pois outras localidades, como Barro Preto e Linha 17 Colato, também solicitavam a construção de uma microbacia na sua região. Como pesou o tempo de trabalho desenvolvido, o projeto inicial saiu para as propriedades da Linha 23, 24 e 25, mas já com a determinação de ser lançado para o resto do município, ou seja, tão logo seja concluída esta microbacia, a Comissão deverá encaminhar este mesmo trabalho para outras loca-

lidades.

METAS INICIAIS

Orçado para quatro anos, o projeto da microbacia do Arroio Mondaçaia vai incentivar e orientar todas as práticas fundamentais para o manejo adequado do solo, tendo como meta o terraceamento de pelo menos 220 hectares ainda este ano, juntamente com um trabalho de estradas que abrangem três a quatro quilômetros dos 30 estimados até o final do projeto. Além disso, o projeto deve incentivar a ativi-

dade de suinocultura e pecuária leiteira, "para se obter o máximo em produtos utilizados como adubação orgânica", explica o Pettenon, citando ainda a implantação de abastecedores de água comunitários e um maior número de depósitos de lixo tóxico.

O projeto prevê também a abertura de novos açudes e o melhoramento dos já existentes, a construção de esterqueiras e a implantação de uma área de reflorestamento. "Na medida em que se adote todas estas práticas, continua Pettenon, pretende-se fazer um acompanhamento da qualidade da água para determinar os índices de contaminação e observar a recuperação da qualidade da mesma".

CUSTOS

Prevendo um custo de 51 por cento por parte de recursos federais, o projeto tem estipulado para o produtor, um custo de 34 por cento (principalmente em relação ao combustível), nove por cento para o município e seis por cento para o Estado. Mas, enquanto o projeto anda por Brasília para receber o parecer do Ministério da Agricultura, alguns trabalhos mecânicos vão sendo realizados, como é o caso do nivelamento de estradas e a marcação de terraços. Afinal, como afirma o agrônomo da Cotrijuf, é preciso responder ao interesse do produtor, que pode até mesmo ser medido pela grande procura de culturas como a aveia preta, a ervilhaca e o sincho, utilizados para a cobertura do solo no inverno e que trazem ótimos resultados para a fertilidade e melhoramento do solo.

Primeiros terraços

Pioneiros ou não, todos os produtores estão entusiasmados com a microbacia.

Uma das propriedades pioneiras no trabalho de conservação do solo em Ajuricaba, é a do seu Ereni Bandeira, que ao perceber que a terra estava indo embora, tratou de construir uns terraços de base larga nos seus 12 hectares na Linha 24. "Tinha cada vossoroca que não dava mais passagem para nada", lembra o produtor, observando, pouco tempo depois, que apenas os terraços não resolveriam os problemas do solo.

Conversando seguidamente com o pessoal da área técnica da Cotrijuf, o seu Ereni Bandeira foi conhecendo outras práticas necessárias. Mesmo assim, conta ele, "não deu para fazer cobertura verde no primeiro ano. Somente no segundo ano de implantação do base larga comecei a diminuir a área de trigo para plantar aveia". Junto com esta decisão, o seu Ereni também passou a fazer subsolagem, descompactação e até aumentou a área em rotação de culturas. "Se a gente não maneja bem o solo, pouco adianta fechar vossorocas, porque a água nunca vai ficar dentro da lavoura", diz o produtor que já colhe médias superiores a da região com o plantio direto. Para este inverno, seu Ereni já tem planejado o plantio de cinco hectares de aveia, dois de ervilhaca, seis de trigo e uma boa parte de cevada que ele utiliza como ração caseira.

Entusiasmado com a microbacia, o produtor acha ainda que ela pode trazer mais produtividade como tam-

bém recuperar alguns aspectos ambientais que se perderam nestes últimos anos. "Há uns 15 anos atrás, recorda, o arroio tinha vários poços com muitas variedades de peixes. Hoje não tem mais nada, lamenta Ereni, esperando que o trabalho possa devolver parte desta fauna.

TRABALHO PARA O FUTURO

"Um trabalho para o futuro, que já estava na hora de acontecer". Assim o seu Lufs Brigo e seu filho Delvaci resumem sua expectativa em relação a microbacia do Arroio Mondaçaia. "A gente ouvia falar nisto há um bom tempo, mas não existiam recursos para realizar o trabalho". Hoje já tem, diz o seu Lufs, que trabalha em 53 hectares em conjunto com o filho na Linha 23. Por isso, continua o produtor, não falta apoio para este projeto que ainda tem sua validade pela integração que traz entre as propriedades através da união dos terraços.

Já o seu filho Delvaci mede bem esta necessidade de conservar o solo em equipe. "Do jeito que estava a erosão não dava para suportar. Todo o calcário estava indo embora. As vossorocas até não eram grandes, mas se deixasse, certamente ficariam". Foi pensando no desperdício da terra e também nos resultados que outras regiões, como os municípios de Campo Mourão e Mamborê, no Paraná conseguem alcançar, que o Delvaci passou a construir os seus terraços de base larga e se preocupar com um manejo

adequado do solo. Neste próximo inverno, por exemplo, onde não tiver azevém, os Brigo

pretendem plantar aveia preta, e o trigo certamente ganhará menos espaço, até porque segundo o seu Lufs, que

plantou por conta no ano passado, "tá muito difícil plantar trigo sem financiamento".



Ereni Bandeira



Lufs e Delvaci Brigo

SÃO VALENTIM

Agricultores impedem levantamento

As 53 famílias de agricultores de São Valentim interior de Ijuí, que hoje brigam na justiça contra a Empresa Hidroelétrica Panambi S.A. na tentativa de evitar que as suas terras e moradias sejam invadidas pelas águas, caso a construção de uma barragem no leito do rio Caxambu seja mesmo levado a efeito, viveram momentos de muita expectativa e tensão nesta quinta-feira passada. E, nem mesmo a presença de três oficiais da justiça, designados pelo pretor da 2ª Vara Cível de Ijuí, José Antônio Dalvo César e de mais cinco policiais militares, garantiu que a Hidropan pudesse dar início ao seu trabalho e levantamento na área.

Não foi preciso muito barulho para que toda a comunidade se reunisse, em questões de poucos mais de 20 minutos, na casa do Antônio Bonfada, próxima a cascata do rio Caxambu. "Nenhum agricultor estava armado, mas na discussão mostramos as nossas razões, e não permitimos que os técnicos da Hidropan iniciassem seus trabalhos", esclarece o agricultor Gaetano Gabbi, 58 anos, oito filhos e proprietário de 25 hectares de terra, o primeiro a desconfiar do movimento de carros e o responsável pela mobilização imediata do pessoal. Em pouco mais de uma hora de reunião, os técnicos bateram em retirada. À terra, o pretor fez um apelo ao bom senso dos agricultores, mas eles não mudaram de idéia.

"Nós não aceitamos a medição da área antes da audiência que temos com o juiz no dia 25 de maio", afirma Gabbi. Nessa audiência os agricultores pretendem colocar ao juiz as suas razões e expor a situação das famílias de São Valentim. "A minha terra é pouca, mas dá pra viver muito bem. Ninguém está pensando em vender suas propriedades", disse ainda o agricultor que garante não ter mais idade para começar tudo de novo.

O clima na comunidade, segundo o assessor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, Mirko Frantz, é de total intranquilidade, "pois nada impede que a justiça compareça, novamente acompanhado de policiais militares, na comunidade, para que a Hidropan possa dar início ao levantamento topográfico da área. A comunidade continua mobilizada e aguardando a audiência do dia 25.

LEITE

Através da silagem, do uso da estrumeira e da melhoria do rebanho, o produtor pode conseguir os melhores resultados da produção e, ao mesmo tempo, integrar duas atividades que irão proporcionar a reciclagem de proteínas dentro da propriedade.



Neil Cassel Galli, uma das primeiras produtoras que construiu a estrumeira redonda

De onde saem os melhores resultados

Depois de muitos alertas e orientações feitas pelo Departamento Técnico da Região Pioneira da Cotrijuf, a reserva de alimentos usada tanto no verão como no inverno, começa a ser vista como um investimento fundamental para qualquer produtor de leite, que pretenda ter na pecuária leiteira, uma atividade rentável, capaz até de equilibrar os prejuízos momentâneos de outras atividades. Esta avaliação pode ser constatada de início pela construção de mais de 40 silos do tipo trincadeira, no inverno passado, além dos que estão sendo construídos este ano.

A necessidade destes investimentos de pouco custo e grande retorno para a atividade, começou a ser percebida por vários produtores desde o ano passado, quando a Cooperativa resolveu lançar um programa de demonstração de silagem com aveia e azevém, principalmente. Naquela época, foram adquiridas seis máquinas ensiladeiras, distribuídas aos produtores interessados em fazer silagem, através de uma taxa de aluguel. Este ano, no entanto, o interesse pela reserva do trato cresceu tanto, fazendo com que a Cotrijuf lançasse um outro tipo de financiamento. Desta vez, os produtores estão se reunindo em grupo de no máximo oito pessoas, e através de um pagamento feito em produto, adquirem a máquina para uso próprio. Para pagar a ensiladeira, cada produtor participante do grupo, desconta em quatro meses, para a Cotrijuf, 14 litros de leite por dia.

O VALOR DA RESERVA

"Uma ou outra reserva o produtor de leite tem que fazer", destaca o coordenador da pecuária leiteira da Cotrijuf, João Carlos Schifer, ao chamar a atenção para a importância do plantio de forrageiras de inverno, como a aveia, principalmente na nossa região, onde, muitas vezes, a falta de um sistema adequado de rotação de culturas junto a ausência de financiamento para o cultivo de trigo, ocasiona o aparecimento de áreas de terras ociosas. Com apenas um hectare de aveia, explica o João Carlos, pode se obter até 24 mil quilos de silagem, o que significa que, se o produtor plantar três hectares

da cultura, ele terá pasto suficiente para alimentar um rebanho de seis animais, durante um ano.

Para aumentar a área de cultivo de forrageiras, que também são essenciais como adubação verde, a Cooperativa, como já fez outras vezes, manteve este ano o financiamento de pastagens anuais e perenes de inverno, o qual foi lançado em abril e se estende até o final de maio. Mas, o financiamento não fica só na semente. Pensando também na necessidade de silagem, o programa inclui ainda, pelo mesmo valor pago em leite à Cooperativa, a aquisição da lona plástica que reveste o silo e o adubo a ser utilizado na área de pastagens.

A propriedade pode ganhar ainda mais com o plantio de forrageiras como a aveia, o azevém, a ervilhaca, o sincho, e os trevos, caso o produtor se empenhe em melhorar tanto a estrutura da atividade como o próprio rebanho. No primeiro caso, o produtor, após a construção do silo, que requer poucos investimentos além da abertura da cova e da lona, pode pensar na estrumeira colocada junto ao estábulo e ligada a esta através de uma canaleta, a estrumeira vai armazenar todo o esterco produzido pelos animais, servindo em seguida como adubação orgânica das pastagens, que irão receber por isso, uma quantidade maior de elementos como o nitrogênio, extremamente necessário à fertilização do solo.

A grande vantagem da estrumeira redonda, segundo o técnico Sadi Pereira, está no fato de que ela por ter esta forma consegue reter maiores quantidades do nitrogênio encontrada no esterco líquido (ainda não seco), do que a de forma quadrada. A segunda vantagem, ressalta o técnico, "está na integração de várias atividades, proporcionando a reciclagem de nutrientes do solo dentro da propriedade, como já acontece com o suíno, o peixe e as aves".

MELHORAMENTO

Mas como todo o produtor de leite sabe, não adianta investir em semente ruim. Portanto, a preocupação em manter um rebanho com animais

produtivos — produção mínima de 20 litros por dia — é fundamental para estabilidade da pecuária leiteira. Além disso, o melhoramento do rebanho exige antes de tudo um planejamento racional de reprodução, que pode ser feito através da inseminação artificial, de onde o produtor terá a segurança de contar com animais de melhor qualidade produtiva e que estejam cobertos na época mais difícil da atividade, ou seja, de abril a agosto, época de formação da cota que irá determinar a aplicação do leite excedente.

Todos estes investimentos básicos para a organização da produção leiteira, como uma atividade estável e de bons rendimentos, pode trazer um outro benefício para o produtor, a possibilidade de ele participar da bonificação paga pela Cooperativa no final de agosto em preço único e que é conhecida como cota-prêmio. No ano passado, calcula o Alaor Dalroz, do setor de leite da Cotrijuf, apenas 1,5 por cento dos quatro mil produtores de leite e da Regional Pioneira recebeu este prêmio, no ano passado, o que demonstrou a pouca preparação da atividade. Vale dizer também que a produção mínima exigida para que o produtor ingressasse na bonificação era mais alta. Era preciso atingir pelo menos, 50 litros por dia no período de entressafra, que vai de abril até agosto.

Este ano, no entanto, o número exigido pela Cooperativa baixou para 20 litros de leite, mas devendo o produtor preencher os seguintes requisitos: a produção anterior à entressafra deve ter sido entregue à Cooperativa; não ter registrado nenhum caso de fraude no período de entressafra e também estar enquadrado nos padrões mínimos de recebimento. Atendidas estas exigências, o produtor que obtiver de 80 a 89 por cento no inverno, da sua produção na safra (outubro a janeiro), terá cinco por cento do valor do leite consumido, como bonificação pela quantidade entregue no período de abril a julho; se atingir de 90 a 99 por cento, terá oito por cento e se passar dos 100 por cento, terá, então, 10 por cento.

Silagem: solução para todas as épocas

A reserva de alimentação para os animais mostra que é uma das melhores soluções para enfrentar a seca, ganhar bonificação e se livrar do excesso, garantindo, desta forma, uma atividade de grande peso para o equilíbrio da receita.

Se a seca provocou sérios danos a toda Região Pioneira da Cotrijuf, destruindo 60 por cento da soja e 90 por cento da lavoura de milho, por outro lado, serviu para comprovar uma das mais antigas e recomendadas pelo departamento técnico da Cooperativa: a importância da silagem para obter uma produção de leite uniforme, baseada principalmente em forrageiras como a aveia e o azevém no inverno, e do milho, no verão. Os benefícios destes investimentos que já foram constatados por alguns produtores em outras regiões começam a dar resultados também na região da Cotrijuf, onde muitos produtores que construíram silos no ano passado, não chegaram a se assustar com a falta de pasto de verão provocado pela seca. Com tranquilidade, eles abriram os silos antes do tempo previsto e nem contabilizaram prejuízos na produção.

BUSCANDO ESTRUTURA

Uma destas propriedades que conseguiram se sair bem durante a estiagem foi a de dona Neli Cassel Galli, no distrito de Salto, em Ijuí, onde o leite pode se tornar uma atividade prioritária para a família. Pensando nisto há um bom tempo, esta atividade ainda não é a primeira da propriedade, porque, como afirma a própria produtora que há 18 anos lida com a pecuária leiteira, "ainda estamos lutando para nos estruturar".

Proprietários de 37 hectares, onde

Desde que foi apresentado na Assembléia Legislativa do Estado, no ano passado, o projeto de seguro agrícola, de autoria do deputado petista Adão Pretto, tem sido uma exigência constante dos pequenos e mini produtores rurais, que há muito tempo mantêm esta reivindicação. De lá para cá o projeto já foi aprovado pela Assembléia Legislativa em novembro último, recebeu o apoio de mais de 30 mil assinaturas dos agricultores, mas foi rejeitado pelo governador Pedro Simon em dezembro, sob o argumento de que o Poder Legislativo não pode criar matéria financeira.

No dia cinco de abril, o veto do governador entrou em votação na Assembléia, e acabou sendo mantido, pois para ser derrubado, o projeto precisaria receber dois terços de votos favoráveis — 37 votos — mas levou apenas 2, enquanto 12 foram a favor do veto. Um dia antes da votação, no entanto, o governador já tinha assinado um decreto criando a Comissão para estudo do Seguro Agrícola no Estado, que está instalada na Secretaria da



Valdi Monchmidt é um dos produtores que não contabilizaram nenhum prejuízo com a seca

a maioria da terra é de banhado, os Cassel Galli, tão logo sentiram o peso dos juros altos e dos preços dos insumos, resolveram estruturar uma atividade, que até pouco era apenas "um quebra galho da propriedade". O primeiro passo desta decisão, recorda dona Neli, aconteceu quando o seu marido, José Garibaldi Cassel Galli, após visitar algumas propriedades do município de Tapera, voltou entusiasmado com os resultados da silagem. O casal não teve dúvida e mal chegou o inverno, os Cassel já tinham construído o seu silo onde foram armazenados 30 toneladas de aveia, que foram consumidas pelos seus 10 animais antes mesmo do tempo previsto.

"É um silo simples, sem revestimento, apenas forrado", explica dona Neli. A única despesa que tivemos foi com o combustível, diz, mostrando que alguma estrutura montada para atividade leiteira implica em grandes gastos. "Não tem nenhuma sofisticação, tudo é feito

com muita simplicidade", acentua a produtora, afirmando que "se alguém acha caro este tipo de investimento é pura ilusão".

SEGURANÇA

Com o silo forrado de aveia, os produtores nem chegaram a se preocupar com a seca que dizimou as pastagens de verão. Tão logo entrou setembro, eles passaram a alimentar os animais com a silagem. Em fevereiro, para equilibrar o trato do rebanho, utilizaram como ração das vacas, o que sobrou dos dois hectares e meio de milho atingido em cheio pela estiagem.

Este investimento, no entanto, não foi o único realizado na propriedade da dona Neli, até porque como ela própria acredita, "o leite só é viável se a gente estruturar a atividade". Pensando desta forma, os Cassel Galli foram um dos primeiros produtores a construir uma estrumeira redonda, instalada junto ao estábulo, onde o esterco dos animais

fica armazenado para ser utilizado depois como adubação orgânica das forrageiras. Para colocar este estrume na lavoura, os produtores vão usar um maquinário especial, o distribuidor de esterco alugado pela Cotrijuf.

Mas, os investimentos não param por aí. Neste inverno eles querem aumentar a silagem, e por isso já estão plantando dois hectares a mais de aveia, contra os quatro do ano passado. Quanto ao rebanho, dona Neli já tem acertado a compra de três vacas holandesas, para melhorar o rebanho, que hoje atinge uma produção de 40 litros por dia.

SOLUÇÃO

Um outro produtor que passou ao largo dos efeitos danosos da seca sobre o leite foi o seu Valdi Monchmidt, proprietário de 35 hectares na Linha 26, de Ajuricaba. Como os Cassel Galli de Ijuí, seu Valdi que é um produtor tradicional, também resolveu melhorar a es-

trutura da atividade no ano passado, logo depois que visitou a bacia leiteira de Tapera. "A silagem, explica seu Valdi, não é a única solução, mas todo o produtor que quiser ter retorno, tem que fazer reserva de trato". Para pôr em prática este princípio básico da atividade, o produtor construiu dois silos, cada um com capacidade de 35 toneladas, onde ele guardou aveia e a palha do milho picada, que foi destruído pela seca.

A construção de dois silos foi só o começo. Para garantir uma média superior àquela produzida pelas demais propriedades do município, o produtor investiu ainda num tostador de soja, do qual ele retira uma boa parte da ração consumida pelos seus 10 animais. Com esta aparelhagem, seu Valdi chegou a uma produção média de 130 litros de leite por dia, embora o seu rebanho, em quantidade, esteja abaixo da média geral do município — 15 animais —, os quais atingem apenas 50 litros diários. "Uma média excelente, conforme o técnico Elvio Lufs Bandeira, da unidade de Ajuricaba, principalmente nesta época de entressafra, quando a produção geral sofre uma queda de 60 por cento.

A superação da média geral de produção vai trazer ainda outros benefícios para o seu Valdi, como a sua inclusão na bonificação concedida pela Cotrijuf, a chamada cota-prêmio. "Por isso vale a pena investir em trato, diz o produtor que já plantou três hectares de aveia branca para fazer silagem, além dos outros dois de azevém e ervilhaca para pasto direto, cultivadas em consorciação. "A ervilhaca e o azevém têm que ser consorciados, alerta seu Valdi, explicando que o rendimento é o dobro ou mais ainda".

EQUILÍBRIO DA RECEITA

Certo de que o leite irá equilibrar a receita da propriedade este ano, como já aconteceu outros anos, seu Valdi não deixa de fazer planos de investimentos, principalmente em relação a melhoria do rebanho. "Se os juros deixarem, vou dar um jeito de comprar umas vacas novas, diz o produtor, enquanto assegura a sua intenção de planejar o nascimento dos ternozeiros, através da inseminação artificial, para que a reprodução aconteça de acordo com as necessidades da entressafra.

tag, de Ijuí, Carlos Karlinski, o projeto, atualmente é uma prioridade, como já ficou demonstrado pelos estragos da última seca. "Não é a única prioridade, explica Karlinski, mas neste esquema em que se encontra o pequeno produtor, com um custo de produção elevadíssimo, os encargos financeiros mais ainda e um seguro que serve apenas para levar o agricultor ao banco, ele poderia amenizar a situação precária da agricultura.

Por causa desta situação difícil, o sindicalista acredita que a Comissão formada pelo governo deva lançar ainda este ano uma conclusão. Da parte de sua região os produtores continuam discutindo o seguro, principalmente em relação a gerência e ao controle, do qual eles esperam uma participação bastante significativa dos produtores. "Mais que uma participação municipal, queremos uma participação comunitária", afirma Karlinski salientando ainda que alguns produtores também estudam uma melhor forma de conseguir o valor pago como prêmio.

SEGURO AGRÍCOLA

Depois do veto, o estudo na comissão

Agricultura e Abastecimento. Da Comissão fazem parte representantes da Pasta Agrícola, das secretarias da Fazenda, e da Coordenação e Planejamento, Farsul, Banrisul, Companhia Estadual de Seguros Gerais, Procuradoria Geral do Estado, Fetas e Cooperativa Central de Crédito — Crocecer, as quais deverão fazer um estudo sobre a possibilidade de se instalar o seguro agrícola no Estado.

O PROJETO

Para o autor do projeto, deputado Adão Pretto, a criação da Comissão pode ser apenas uma forma de anular uma idéia. Mas, o que interessa, na

verdade, segundo o deputado, é que o governo implante ainda este ano o seguro agrícola. Projetado para segurar toda a propriedade e não apenas o financiamento do banco como faz o Proagro, o seguro agrícola seria gerenciado pela Companhia de Seguros Gerais do Estado, e teria a participação de várias entidades no levantamento do custo de produção. O levantamento seria feito em conjunto pela Secretaria de Agricultura, sindicatos rurais, cooperativas, Emater, Companhia de Seguros, e representantes do movimento popular como os sem terra e as trabalhadoras rurais.

Sem ser obrigatório, o seguro rural estipularia um prêmio pago pelo produtor no valor de 4,5 por cento do custo de produção, pago à vista à Companhia de Seguros através do Banrisul ou da Caixa Econômica Estadual. O levantamento dos prejuízos seria feito pelo técnico da Cia. de Seguros, mas o laudo final, ficaria a cargo de um fórum popular formado por sindicalistas e o técnico segurador local, prefeitura, cooperativas, sendo a indenização paga à vista, logo após o parecer final.

PRIORIDADE

Para os sindicalistas da região, como o presidente da Regional da Fe-

A evolução da soja na CEE

Prof. Argeiro Luís Brum
Montpellier — França

A PRIMEIRA ETAPA: O "BOOM" DO CONSUMO DA SOJA

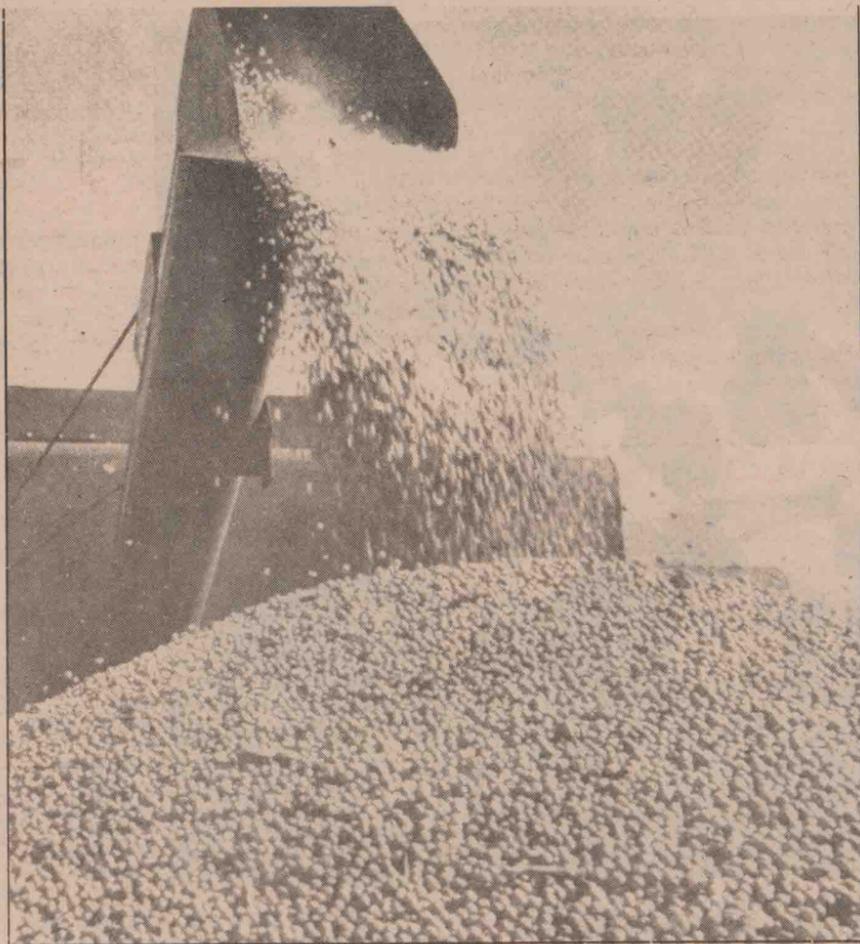
Entre 1958 e 1980 as importações da CEE, em grãos de soja, são multiplicadas por dez, passando de 1,2 milhões a 12,2 milhões de toneladas. Assim, a participação da CEE no total mundial destas importações aumenta de 34,1 por cento a 43,7 por cento. Em outras palavras, a CEE representava em 1980 quase a metade das importações mundiais em grãos de soja.

Estes grãos eram, naquele ano, triturados a 95 por cento na própria Comunidade. Esta cifra mostra claramente a forte evolução da capacidade instalada de trituração que se faz presente na Europa. A Tabela nº 1 nos mostra esta evolução, nos informando em acréscimo que em 1980 a CEE já exportava mais de 300 mil toneladas de grãos de soja, embora a inexistência de uma produção local desta oleaginosa na época.

Quanto ao farelo de soja (conforme a Tabela nº 2), no mesmo período, a CEE passa de uma importação de 317 mil a 9,4 milhões de toneladas. Isto tudo, apesar de uma forte produção interna deste farelo (a qual segue o mesmo ritmo das importações, passando de 981 mil a 9,4 milhões de toneladas) em função da forte trituração de grãos como vimos acima. Assim, em 1980 a CEE consumia em torno de 15 milhões de toneladas de farelos de soja e exportava 3,6 milhões. Em outras palavras, no início dos anos 80 a CEE não era apenas a mais importante região importadora de farelo de soja no mundo (54 por cento do total mundial) mas também ela era a terceira região exportadora deste produto (20 por cento do total mundial), após os Estados Unidos e o Brasil).

Paralelamente, em função da forte trituração, a oferta interna de óleo de soja aumenta significativamente. Ela passa de 300 mil toneladas em 1958 a 2,8 milhões de toneladas em 1980 (sendo que 69 por cento e 75 por cento são respectivamente originárias da produção interna). A CEE, em 1980, passa a ser o terceiro produtor de óleo de soja (16 por cento do total mundial), o segundo consumidor (13 por cento do total mundial) e mesmo o segundo exportador deste óleo no mercado mundial (26,5 por cento do total) com 876 mil toneladas (conforme a Tabela nº 3).

Entretanto, a soja é, para os europeus, sinônimo de fonte de proteínas, graças a seu farelo. Assim, apesar de um importante consumo interno, a CEE se obriga a exportar uma boa parte do óleo produzido localmente.



A evolução do mercado da soja na CEE deve ser dividida em duas etapas. A primeira, cuja característica foi o aumento constante das importações e do consumo da soja e de seus derivados, se situa entre 1958 — época da criação da Comunidade Econômica Européia — e em 1980. A segunda se caracteriza pela estagnação no consumo da soja, sobretudo do farelo de soja, que se situa entre 1980 e nossos dias.

Em resumo, a CEE chega no início da atual década não só como um forte importador e consumidor de soja, mas igualmente como um importante concorrente face aos tradicionais exportadores mundiais de soja e seus derivados (Estados Unidos, Brasil e Argentina).

A SEGUNDA ETAPA: A ESTAGNAÇÃO NO CONSUMO DO FARELO DE SOJA SE CONFIRMA

A década de 80 é menos posi-

va quanto as importações e o consumo de soja e seus derivados por parte da Comunidade. Os volumes globais continuam a aumentar, porém, de forma bem mais lenta e, em certos casos, a estagnação se faz presente.

O consumo de farelo de soja estagna a partir de 1982. Em valores absolutos, as importações de farelo de soja diminuem pela primeira vez em 1985, após 28 anos de crescimento constante.

A Tabela nº 4 nos oferece uma

melhor idéia da situação atual nesta área. Na medida que comparamos a evolução das compras de farelo de soja com o conjunto dos outros farelos importados, o quadro é claro. Assim, a partir de 1983 a participação da soja no conjunto dos farelos utilizados pela CEE patina e mesmo baixa de 9,1 por cento entre 1984 e 1986 (considerando a CEE ainda sem a Espanha e Portugal). Isto apesar de um aumento de 19,4 por cento, no mesmo período, no que tange a utilização de farelos em geral. Esta baixa se confirma igualmente quando consideramos a CEE com doze países (contando a Espanha e o Portugal). Segundo os profissionais franceses, ligados ao setor, e por nós contatados, em 1987 a utilização do farelo de soja diminuiu ainda de 10 por cento.

AS RAZÕES DESTA MUDANÇA SÃO DE NATUREZA ESTRUTURAL

As causas de tal comportamento no interior do mercado comum europeu são de natureza a criarem raízes. Isto é, as mudanças acontecidas no decorrer da atual década devem permanecer, pois o mercado europeu se transformou.

Na verdade, tudo parece ter começado em junho de 1973, quando os Estados Unidos aplicaram um embargo sobre as exportações de soja direcionadas à Europa. A CEE, pega de surpresa, se viu rapidamente sem farelo de soja para alimentar seus rebanhos. Imediatamente, passada a surpresa inicial, os europeus colocaram em prática um vasto programa na busca de uma maior independência com relação as importações de soja.

A reação da CEE se dá a três níveis!

Em primeiro lugar, a diversificação das fontes de fornecimento de soja. Assim, a Comunidade se dirige à América do Sul, e mais precisamente ao Brasil, pois nosso país, já naquela época, despontava como um importante produtor e exportador de soja. Esta estratégia se transforma em um sucesso, pois o Brasil em pouco tempo passa a ser o principal fornecedor de farelo de soja aos europeus. Um lugar que conservamos até hoje apesar da chegada dos argentinos sobre este mercado. As Tabelas nº 5 e nº 6 nos permitem de melhor avaliarmos aquilo que podemos chamar de reestruturação das importações européias de grãos e de farelo de soja.

Nós observamos que em grãos de soja os Estados Unidos são historicamente os principais fornecedores da CEE, apesar de uma queda significativa (da ordem de 3,2 milhões de toneladas) entre 1982 e 1985. Queda esta motivada pela forte presença da Argen-

TABELA Nº 1: OS GRÃOS DE SOJA NA CEE
1958 A 1987/88 — (em 1.000 toneladas)

ANOS	IMPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	TRITURAÇÕES
1958	1.239	1	1.213
1968	3.623	2	3.390
1978	11.202	237	10.847
1980	12.231	326	11.655
1982	12.286	205	11.695
1984/85 (*)	13.169	90	12.589
1985/86 .	13.236	131	13.093
1986/87 (**)	14.345	228	13.884
1987/88 (***)	13.465	319	13.473

(*) Ano outubro/setembro e depois desta data CEE com doze países.

(**) Estimativas

(***) Previsões

Fonte: Oil World

TABELA Nº 2: O FARELO DE SOJA NA CEE
1958 A 1987/88 — (em 1.000 toneladas)

ANOS	IMPORTAÇÕES	PRODUÇÃO	EXPORTAÇÕES
1958	317	981	218
1968	2.606	2.740	840
1978	7.841	8.704	2.790
1980	9.425	9.416	3.567
1982	11.461	9.408	4.490
1984/85 (*)	13.667	9.994	4.742
1985/86	13.942	10.415	4.961
1986/87 (**)	13.678	10.964	5.046
1987/88 (***)	13/089	10.742	4.978

(*) Ano outubro/setembro e depois desta data CEE com doze países.

(**) Estimativas

(***) Previsões

Fonte: Oil World

As mudanças são de natureza estrutural

tina desde 1984 e do Brasil depois de 1985.

Entretanto, em farelos de soja, o Brasil era, já em 1979, o principal fornecedor da CEE. Sua participação dobra em sete anos, atingindo 6,2 milhões de toneladas em 1985. Ao mesmo tempo, os Estados Unidos, após uma crescente participação até 1983 (4,2 milhões de toneladas), diminuem consideravelmente sua presença, vendendo somente 2,0 milhões de toneladas à CEE em 1985. Paralelamente, a Argentina avança a passos largos. Suas exportações em farelos de soja, direcionadas à CEE, aumentam em mais de sete vezes entre 1979 e 1986. Este avanço argentino começa a dificultar a posição brasileira de exportador pri-

vilegiado de farelo de soja para a Comunidade.

Esta situação se agrava na medida em que a qualidade do produto brasileiro; segundo os importadores franceses contatados, não está sempre conforme às exigências e necessidades da CEE.

Em todo o caso, a diversificação das compras européias em farelo de soja é uma realidade. A participação dos Estados Unidos tendo passado de 42 por cento a 25 por cento do total importado pela CEE entre 1979 e 1986.

A segunda reação da CEE foi o estímulo à produção interna de oleaginosas e proteaginosas. Após 1979 esta produção conheceu um verdadeiro

"boom" na CEE. Assim, esta produção, levando-se em conta os quatro principais produtos (colza, girassol, soja e ervilhaca proteaginosas), conforme a Tabela nº 7, é multiplicada por dez entre 1979 e 1987, atingindo mais de 14 milhões de toneladas no ano passado. O girassol, no mesmo período, tem sua produção multiplicada por quinze e a colza quintuplica em volume (respectivamente 3,5 e 6,1 milhões de toneladas em 1987). Por sua vez, a produção de soja, em quatro anos, se multiplica por oito, enquanto a de ervilhaca proteaginosas faz um "boom" chegando a 3,3 milhões de toneladas no ano passado contra apenas 225 mil toneladas há sete anos.

Enfim, a terceira reação da CEE foi de tentar dinamizar seu parque moageiro a fim de privilegiar a trituração interna de oleaginosas em detrimento das importações de farelos. Esta reação foi a única que não surtiu os resultados desejados. A trituração tendo estabilizado, em volumes absolutos, entre 1979 e 1984 (CEE sem a presença da Espanha e Portugal). De fato, se olharmos a Tabela nº 8, verificamos que esta trituração, levando em conta os três principais grãos em questão

(colza, soja e girassol), fica estacionária entre 14,8 e 16 milhões de toneladas entre 1979 e 1984.

Entretanto, a indústria de trituração na CEE diversificou de forma significativa a utilização de matérias-primas. Assim, a soja é menos triturada (uma baixa de 18 por cento em seis anos) enquanto que a colza e o girassol passam a ser privilegiados. A trituração destas duas oleaginosas cresce respectivamente de 75 por cento e de 86 por cento no mesmo período. Em outras palavras, o conjunto da trituração de colza e de girassol, que correspondia a 25 por cento do total triturado em soja em 1979, corresponde, já em 1984, a 54 por cento deste total. Este comportamento se confirma mesmo após a entrada da Espanha e de Portugal na CEE, pois a trituração de colza e de girassol fica a 49 por cento do total triturado em soja em 1986, apesar de um aumento no volume total triturado.

Em resumo, se a trituração de oleaginosas não aumentou em volume (o aumento registrado na Tabela nº 8, a partir de 1985, se deve unicamente a entrada da Espanha e de Portugal na CEE,

TABELA Nº 3: O ÓLEO DE SOJA NA CEE 1958 A 1987/88 - (em 1.000 toneladas)

ANOS	IMPORTAÇÕES	PRODUÇÃO	CONSUMO	EXPORTAÇÃO
1958	53	207	236	49
1968	73	594	543	140
1978	437	1.924	1.543	839
1980	477	2.076	1.648	876
1982	509	2.030	1.578	930
1984/85 (*)	511	2.274	1.460	1.269
1985/86	499	2.353	1.466	1.340
1986/87 (**)	520	2.470	1.575	1.448
1987/88 (***)	556	2.404	1.668	1.324

(*) Ano outubro/setembro e depois desta data CEE com doze países.

(**) Estimativas

(***) Previsões

Fonte: OIL World

TABELA Nº 4: EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DOS DIVERSOS FARELOS NO CONSUMO DA CEE (em milhares de toneladas)

	TOTAL	REPARTIÇÃO %							
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
CEE a 9									
1967	9.800	48,9	12,6	4,2	6,5	6,1	9,8	8,6	3,3
1969	10.800	49,9	9,7	5,1	5,6	6,5	8,4	9,2	5,6
1971	12.700	56,9	6,7	6,6	3,4	6,9	8,7	5,8	5,1
1973	13.580	56,7	7,6	6,9	3,2	3,8	9,0	7,5	5,6
1975	14.260	66,5	5,0	3,9	2,6	3,3	8,5	5,1	5,2
1977	17.280	62,3	6,1	5,5	3,4	3,7	7,5	3,3	8,1
1978	20.270	67,0	3,6	4,2	4,6	3,7	6,6	3,2	7,3
1979	22.350	64,0	4,4	5,4	4,9	3,1	6,1	3,6	8,5
1980	23.160	64,7	3,3	5,8	6,2	3,3	6,1	2,6	8,0
CEE a 10									
1981	22.613	65,6	1,5	6,8	5,5	3,0	6,3	3,1	8,2
1982	24.398	67,1	1,6	6,3	4,7	2,3	6,4	2,9	8,7
1983	25.001	61,0	1,6	7,9	7,4	2,9	6,4	3,0	9,8
1984	23.004	63,7	0,8	9,2	6,2	2,9	5,5	2,5	9,2
1985	25.692	62,3	0,6	9,5	8,3	2,5	7,0	2,9	6,9
1986	27.458	57,9	0,7	10,9	9,0	2,4	8,4	3,3	7,4
CEE a 12									
1985	29.292	64,7	0,6	8,4	9,0	2,2	6,2	2,8	6,1
1986	31.585	61,3	0,7	9,5	9,4	2,1	7,4	3,1	6,5

(1) SOJA

(2) AMENDOIM

(3) COLZA

(4) GIRASSOL

(5) LINHO

(6) COPRAHPALMISTE

(7) ALGODÃO

(8) Outros

Fonte: CHARLES ROBERT/INRA/SIDO

TABELA Nº 5: CEE - IMPORTAÇÕES DE GRÃOS DE SOJA POR ORIGEM (1979/1986 (em milhões de toneladas)

ANOS	ESTADOS UNIDOS	BRASIL	ARGENTINA
1979	9,10	0,40	2,00
1980 (*)	9,80	0,50	1,20
1981	9,60	0,20	0,60
1982	11,40	0,05	0,50
1983	9,20	0,30	0,60
1984	6,50	0,70	2,10
1985	6,00	2,20	1,60
1986 (**)	9,60	1,10	1,90

(*) CEE com nove países

(**) CEE com doze países

Fonte: Eurostat

TABELA Nº 6: CEE - IMPORTAÇÕES DE FARELOS DE SOJA POR ORIGEM - 1979/1986 (em milhões de toneladas)

ANOS	ESTADOS UNIDOS	BRASIL	ARGENTINA
1979	2,60	3,20	0,30
1980 (*)	3,60	3,20	0,20
1981	3,20	4,40	0,30
1982	3,80	4,20	0,60
1983	4,20	4,20	0,80
1984	2,20	5,00	1,20
1985	2,00	6,20	1,80
1986 (**)	2,70	5,60	2,10

(*) CEE com nove países

(**) CEE com doze países

Fonte: Eurostat

TABELA Nº 7: EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DE OLEOPROTEAGINOSAS NA CEE - 1970 A 1987 (em 1.000 toneladas)

ANOS	GIRASSOL	COLZA	SOJA	ERVILHA PROTEAGINOSA	TOTAL (*)
1970	59	829	-	-	888
1975	148	915	-	-	1.063
1979	225	1.205	25	-	1.455
1980	308	1.998	23	-	2.329
1981	513	2.000	24	255	2.792
1982	744	2.682	34	419	3.879
1983	1.760	2.504	91	567	4.922
1985	2.704	348	3.737	1.653	8.442
1986	3.150	3.685	915	1.997	9.747
1987 (**)	3.500	6.100	1.400	3.300	14.300

OBS: CEE com doze países a partir de 1983.

(*) Considerando apenas os quatro produtos indicados.

(**) Estimativas

Fontes: Eurostat e OIL World

TABELA Nº 8: CEE - TRITURAÇÃO DE GRÃOS OLEAGINOSOS SOJA/COLZA/GIRASSOL (1979 A 1986) (em 1.000 toneladas)

ANOS	SOJA	COLZA	GIRASSOL	TOTAL (*)
1979	11.865	1.800	1.130	14.795
1980	11.970	1.947	1.474	15.391
1981	10.288	2.535	1.391	14.214
1982	11.729	2.454	1.097	15.280
1983	11.685	2.866	1.376	15.927
1984	9.713	3.154	2.103	14.970
1985 (**)	13.132	3.862	2.455	19.449
1986 (***)	13.301	4.002	2.508	19.811

(*) Considerando apenas as três oleaginosas indicadas

(**) A partir desta data, CEE com doze países

(***) Calculado com base nos nove primeiros meses do ano

Fonte: CHARLES ROBERT / INRA / SIDO

A alternativa da entressafra

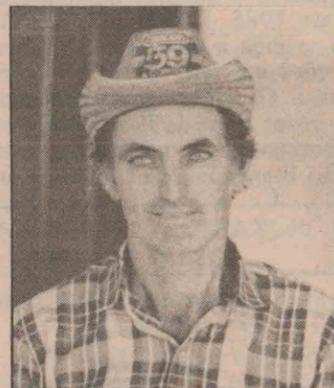
Depois de aprovado pela pesquisa, o girassol ganha a simpatia dos produtores, que vêm na cultura, uma alternativa econômica para entressafra.

Quando o Centro de Treinamento da Cotrijuf iniciou com o girassol, em 1981, ninguém imaginava que esta oleaginosa, que já atinge níveis de produção equivalente ao da soja, do amendoim, do algodão e da colza, em todo o mundo, pudesse se tornar uma alternativa econômica para a região. O pequeno interesse em relação ao girassol, naquele ano, existia, simplesmente não se conhecia a flexibilidade da sua época de semeadura em nossa região. Quer dizer, ninguém sabia que o girassol pode ser plantado não só no verão, mas sim a partir de agosto, podendo se estender a época de plantio até janeiro. Mais ainda, o girassol não tinha demonstrado ainda quanto o seu plantio em agosto pode ser favorável para que obtenha os seus maiores rendimentos.

Esta descoberta foi feita pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e logo os resultados das pesquisas foram avaliados com interesse pelo CTC, principalmente porque a oleaginosa que produz um óleo comestível de alto valor nutritivo, deixava de representar um concorrente para a soja. "A partir desta constatação passamos a estudar a possibilidade de cultivar o girassol na nossa região", fala o pesquisador do CTC, Luiz Volney Viau, que também passou a integrar o grupo de pesquisa do Sul, coordenado pelo Centro Nacional de Pesquisa da Soja, da unidade da Embrapa de Londrina.

PRIMEIROS RESULTADOS

Já no ano passado, o CTC se empenhou em conduzir três áreas experimentais, onde foram cultivadas 35 variedades de girassóis com plantio em agosto. "Nossas experiências, diz o Volney, reafirmaram a viabilidade do girassol semeado em agosto, assim como foi possível também verificar que tanto o milho, como o sorgo, podem ser perfeitamente cultivados após o girassol". Além disso, e mais importante que este aspecto, o girassol conseguiu provar ainda que é uma das culturas mais resistentes aos períodos prolongados de seca. A explicação para esta característica é, segundo o Volney, por causa do seu sistema radicular eficiente, que consegue buscar água nas camadas mais profundas do solo, numa quantidade superior a de



Vunibaldo: satisfeito com os resultados obtidos pelo girassol semeado em agosto

outras culturas. Prova desta resistência pode ser observada pelo próprio rendimento em grãos das principais variedades que foram cultivadas pelo CTC. (Ver a tabela abaixo).

Os bons resultados do girassol também foram avaliados por algumas propriedades, como a do seu Vunibaldo Arnold, na localidade de Rosário, em Augusto Pestana. Apesar de conhecer o girassol há muito tempo, como trato de aves, o produtor cultivou pela primeira vez, dois hectares no ano passado. "Eu deixei de plantar soja para dar um espaço ao girassol", diz seu Vunibaldo, mas pensando bem, no final das contas, ele deu mais que a soja — 30 sacos por hectare —, embora a seca tenha atingido a planta bem na época do seu florescimento, o que impediu, segundo o produtor, que alcançasse rendimentos de grãos mais elevados.

Mesmo com a queda provocada pela seca, o produtor gostou dos resultados obtidos e não chegou a registrar nenhum problema de doenças ou pragas. "Apenas atrasei a semeadura para o final de agosto por causa da chuva",

conta seu Vunibaldo, lembrando ainda do espetáculo realizado pelas inúmeras abelhas, criadas em sua propriedade de 73 hectares, ao buscar o néctar das flores do girassol. Este espetáculo, nada ao acaso, acontece sempre com o girassol, por ser ele uma planta melífera, ou seja, produz uma quantidade de néctar num hectare, suficiente para produzir até 40 quilos de mel.

"A planta veio muito bem", conclui seu Vunibaldo, que comercializou quase toda a produção, mas deixou uma parte para ser usada como trato de aves. A grande vantagem do girassol "é que ele traz ao produtor a possibilidade de colher duas vezes no mesmo verão". Além disso, explica o produtor, se o ano é normal, "a soja dá muito bem após o girassol". Na próxima safra, certamente, o produtor ocupará a mesma área com o girassol. Afinal a cultura não fica para trás nem no preço, que neste ano acompanhou de perto a soja.

MERCADO

A avaliação do produtor sobre o girassol é a mesma que o Volney faz da cultura. Pela sua grande resistência a seca e por apresentar um produto com boa perspectiva de comercialização no mercado, o girassol, afirma o pesquisador do CTC, "pode ser uma boa alternativa de renda, num pe-

ríodo de entressafra, uma vez que ele é colhido em novembro". As vantagens aumentam ainda mais, continua explicando o Volney, para quem não vai preencher toda a área de trigo, como é recomendado pela pesquisa e assistência técnica.

Aprovado técnica e economicamente, o girassol tem chance de aumentar a sua área de plantio no próximo agosto, principalmente em função do interesse do produtor pelo cultivo desta oleaginosa. Pensando nisso, o Volney faz questão de ressaltar a necessidade de formar a lavoura dentro do padrão técnico recomendado. Entre essas exigências, um dos alertas mais importantes é o da qualidade do solo, já que o girassol é uma das plantas mais exigentes em solos férteis, profundos, bem drenados e com acidez corrigida. Esta exigência também acontece em relação a adubação mineral da qual o girassol requer uma expressiva quantidade de Nitrogênio e Boro.

Contando com essas condições essenciais do solo, o produtor pode dar início ao plantio usando em torno de quatro quilos de semente por hectare, e obedecendo um espaçamento de 0,70 centímetros a um metro, entre as linhas, devendo ser colocado cinco a seis sementes por metro linear.



* Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.
* Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.

EM IJUÍ — Rua das Chácaras, 1513 — fones 332-2400 e 332-3765 — ramal 364
EM PORTO ALEGRE — Av. Júlio de castilhos, 342 — 5º andar — Fone 21.08.09

RENDIMENTO DE GRÃOS (KG/HA) DO ENSAIO NACIONAL DE GIRASSOL CONDUZIDO NO CENTRO DE TREINAMENTO COTRIJUF EM 1987

Cultivar	Rendimento de grão (kg/ha)
Conti 621	1.633
Conti 711	1.522
DK 180	1.450
ISSANKA F	1.449
Conti 112	1.438
IAC Anhandy	1.238
Ival — SB	1.171
Progress	1.157
Conti 422	1.133
Rumano P4	1.107
PB — SB	1.060
PIGB	933
Perucci	902
GBX Ilnissey	867
Contissol	774
Cargill 33	769

A força do capim elefante

O capim elefante é uma forrageira originária da África e introduzida no Brasil em 1920, através do Instituto de Biologia Animal, do Ministério da Agricultura de Deodoro, Rio de Janeiro. Neste mesmo ano ela chegou ao Rio Grande do Sul, onde espalhou-se por todos os lados. Na região — área de atuação da Cotrijuf —, onde predomina o clima sub-tropical, o capim elefante tem se adaptado muito bem, transformando-se em mais uma alternativa de alimentação para o gado de leite, inclusive nos períodos de escassez de outras forrageiras.

É uma forrageira de verão, perene, que suporta muito bem períodos de geadas. Ela sofre um pouco com a geadas, ficando com as folhas queimadas e o crescimento paralisado, mas mantendo-se viva. Assim que a temperatura começa a aumentar, ela volta a crescer.

Embora seja considerada uma forrageira de verão e dada a disponibilidade de mudas nesta época do ano, associada a capacidade de suportar relativamente bem a temperaturas baixas, o João Miguel de Souza, agrônomo e gerente da Área de Produção Vegetal da Cotrijuf na Pioneira, garante que é possível fazer o seu estabelecimento no período de outono — abril e maio. A sua implantação deve ser feita em linhas, distanciadas de um metro entre uma muda e outra, tomando o cuidado de usar colmos com no mínimo três gemas e que devem ser enterrados em sulcos com até 10 centímetros de profundidade.

JUNTO COM LEGUMINOSA

No estabelecimento do capim elefante, o João Miguel recomenda a semeadura de alguma outra forrageira leguminosa, como por exemplo, o trevo Yuchi. Ele vai crescer e produzir sementes bem antes do completo estabelecimento do capim elefante. No verão, quando o capim elefante estiver em pleno desenvolvimento, o trevo Yuchi vai estar chegando ao fim do ciclo, mas voltando a nascer no inverno seguinte, através da semeadura natural. "O trevo, explica o agrônomo, vai funcionar como uma planta fixadora de Nitrogênio para o próprio capim elefante". Após a sua morte, vai ficar uma camada de palha que protegerá o solo entre as linhas do capim elefante.

A adubação da área onde será estabelecido o capim elefante deve ser orientado por uma prévia análise do solo. Responde muito bem a uma adubação de manutenção anual, embora produza proporcionalmente numa condição de baixa fertilidade. Em condições de adubação normal, o capim elefante é a gramínea que mais produz matéria seca em nosso meio, — até 30 toneladas de matéria seca por hectare/ano e em torno de 150 toneladas de matéria verde.

MANEJO ADEQUADO

O capim elefante pode ser usado em corte ou sob pastejo. Quando usado em corte, aconselha o João Miguel, este deve ser feito na altura de 40 centímetros acima do solo e somente depois que a planta tiver atingido em torno de um metro e meio de altura. A orientação para o pastejo é semelhante. Os animais só podem iniciar o pastejo, quando a planta estiver com a mesma altura. E retirados do pastejo quando os resíduos estiverem a uma altura de no mínimo 40 centímetros. "O capim elefante, alerta o agrônomo,



Capim elefante no CTC

não tolera pastejos contínuos. Mas em pastejo rotativo, apresenta uma grande persistência. Também pode ser utilizado em silagem, desde que sofra um pré-murchamento — exposição ao sol — ou seja, misturado com farelo de milho — em torno de 15 por cento.

OS TRABALHOS NO CTC

A Cotrijuf, através do Centro de Treinamento, vem trabalhando com capim elefante já há vários anos, introduzindo, selecionando cultivares e distribuindo mudas aos seus associados. Atualmente estão sendo avaliados no CTC 56 cultivares e/ou eco-tipos de capim elefante, sendo que deste total, 20 já estão sendo colocados à disposição do quadro social.

O capim elefante é uma forrageira já consolidada na região. Só neste ano, estão sendo colocadas à disposição do quadro social mudas de 20 cultivares de um total de 56 em avaliação no CTC.

Rendimento de matéria seca (MS), Teor de proteína bruta (PB), Relação folha/colmo (RF/C) e resistência à geadas (valores de 1 (-) a 10 (+) de cultivares de capim-elefante com oito meses de crescimento (18/08/85 a 20/03/86).

Cultivar e/ou escotipo	MS kg/ha	PB* %	RF/C	Resistência geadas**
Taiwan A-144	36.450	8,87	1,12	6
IJ - 7138 EEI	32.992	12,43	0,85	5
CNPGL - 477	29.168	8,37	0,85	6
Porto Rico - 5348	25.664	8,62	1,08	6
Mineiro	24.055	9,12	0,82	6
Cameroon	22.901	10,12	1	7
JJ - 7136 EEI	22.562	9,87	0,82	9
Albano	22.326	10,37	0,54	3
Taiwan A - 148	16.504	9,31	0,82	6
Mercker Santa Rita	15.757	9,68	1,62	7
Híbrido 534 - A	15.668	8,68	0,54	8
Merckeron Pinda	13.461	8,43	1,022	4
Uruckwona	12.263	9,00	1,56	6
Taiwan A - 241	11.895	6,68	1,38	8
Mercker	11.136	7,37	0,40	3
Turialba	10.951	8,81	0,96	7
Celetia (anoão)	6.910	9,00	4,55	8
Gigante de Pinda	6.676	10,50	1,04	2
Gramafante	6.123	9,00	1,10	8

Cotrijuf, 1987

*Teores de Proteína bruta com 46 dias de crescimento.
**10 = muito resistente.

Pasto para as épocas de escassez de alimento

Proprietário de 1.200 hectares de terra localizados em Rosário, interior do município de Augusto Pestana, o agricultor Avelino Scarton divide suas atividades entre a lavoura e a pecuária. Com longa experiência na atividade pecuária — é proprietário de mais de 1.000 cabeças de gado de corte e de leite —, seu Avelino é taxativo quando fala em alimentação para o gado: nada é melhor do que uma boa área de capim elefante. Garante que não tem milheto, pensacola, aveia ou a zevém que substitua o capim elefante com a mesma eficiência.

Seu Avelino plantou capim elefante pela primeira vez há mais de 15 anos atrás, mas não se deu bem com a experiência. A pastagem era pouca e no primeiro pastejo, até por falta de manejo adequado, o capim se foi todo, "não deixando margem para qualquer avaliação, embora continuasse sempre com vontade de voltar a cultivá-lo", explica. Há quatro anos atrás repensou a sua antiga experiência e decidiu plantar, nesse primeiro ano, quatro hectares com capim elefante. No ano seguinte plantou mais 20 e hoje se orgulha dos 130 hectares com capim elefante que se espalham por todos os cantos da Fazenda Santo Antônio. Cultiva uma variedade conhecida como co-

lonial, "essa que existe pela região há muitos anos", uma roxa trazida de São Paulo, a Cameroon e a Gramafante.

O capim elefante é plantado em piquetes — num total de 15 — em áreas que variam entre cinco a 20 hectares. Mas a experiência de quatro anos na lida com a forrageira já mostrou ao seu Avelino que o piquete ideal não deve ter mais do que cinco hectares de área. O aproveitamento do pasto é melhor e é um espaço onde podem pastear até 70 animais ao mesmo tempo.

A SOLUÇÃO

O capim elefante, segundo seu Avelino, é a solução para quem trabalha com gado de corte e de leite e que todos os anos, no início do inverno ou do verão, se vê às voltas com a falta de pastagens. Ele mesmo conta que já teve muitos prejuízos com a falta de alimento para o gado nos períodos de escassez de pastagens, mas garante que esta situação se inverteu depois que passou a trabalhar com capim elefante. "É uma forrageira que preenche todos os espaços de escassez de alimento, sem deixar o agricultor na mão", conta.

Enumerando uma série de



Avelino Scarton: é melhor que outras forrageiras

vantagens que vão desde facilidade de manejo, rebrote rápido à boa palatabilidade, seu Avelino chega, inclusive, a sugerir uma redução na área de pastagens perenes de verão, "deixando-as para lavouras". E como pastagem perene, recomenda o capim elefante, "um pasto para quase todo o ano". Quem trabalha com gado de leite e de corte sabe que 30 dias de gado mal alimentado é certeza de prejuízo. Um novilho novo, em vez de engordar em 25/26 meses, só fica no peso ideal aos 30 meses. "O sucesso da atividade pecuária, insiste, depende da pastagem". Concorde que aveia e zevém no inverno e milheto e pensacola no verão, por exemplo, é muito importante, mas assegura que elas não resolvem o problema nos períodos críticos. "É aí que entra o capim elefante", enquanto a aveia, o zevém, a pensacola e o milheto estão se desenvolvendo, o capim elefante vai suprimindo a necessidade de falta de alimento. É uma forrageira que todo o agricultor deveria cultivar".

Nova praga ameaça a soja

É o tamanduá da soja. Produtores de Coronel Barros avaliam estragos.

Não bastassem os estragos que a seca andou espalhando entre os agricultores da região neste verão, ainda apareceu, para completar a desgraça, o tal de tamanduá da soja, que de tamanduá na verdade, não tem nada, a não ser as garras. Quem anda danado com o tamanduá da soja é o seu Oldemar Heberle, proprietário de 28 hectares na localidade de Coronel Barros, Ijuí.

O seu Oldemar viu o tal de tamanduá da soja pela primeira vez há cerca de cinco anos atrás, quando os primeiros bichinhos começaram a infestar suas lavouras, "mas sem nenhum risco". Só que nesta safra o ataque do tamanduá começou forte já quando as plantas pegaram as primeiras folhas, obrigando seu Oldemar a aplicar veneno na lavoura de safra. Utilizou, nesta primeira aplicação, um veneno forte que tinha escondido no meio do mato há mais de 15 anos. Em 10 dias teve de fazer nova aplicação, usando desta vez o Azodrin-40. "As primeiras camadas do cascudo consegui matar, mas depois perdi o controle da situação e desisti de aplicar veneno, tão violenta era a infestação".

Hoje, contando os estragos da seca e o ataque incontrolável do tamanduá da soja, os prejuízos do seu Oldemar, na lavoura de soja, chegam a 90 por cento. De uma colônia de terra, onde tirava 1.100 sacos de soja, não colheu mais de 100 este ano.

MEXER NA TERRA, ADIANTA?

Na visão do seu Oldemar, a safra para acabar com o tamanduá da soja, "já que os pesquisadores dizem que não existe veneno para o combate", tem muito a ver com o sistema de plantio adotado pelos agricultores. Ele sustenta esse argumento citando como exemplo prático a infestação que ocorreu nas lavouras de um vizinho, o seu Édio Romeu Krug. O seu Édio, segundo o seu Oldemar, faz plantio direto e não queima a palha já alguns anos, mas nesta safra, está levando um prejuízo grande com os estragos do tamanduá. O próprio seu Oldemar admite que tem feito plantio semi-direto, embora seja um ferrenho queimador de resteva.

Ele compara as duas lavouras — a sua e a do seu Édio —, com a de um outro vizinho, o seu Erbino Fengler, que há dois anos, vinha tendo problemas com o tamanduá, mas que neste ano, graças a virada que deu na terra antes do plantio do trigo e a queima da palha — feita entre 18 a 20 de novembro — conseguiu se livrar de qualquer ataque. "Concordo com a pesquisa quando ela diz que a queima da palha muito no cedo não resolve, pois as larvas ainda estão enterradas a uma profundidade de 20 centímetros no solo", diz ele, contando, no entanto, que o seu Erbino, mesmo com os problemas da estiagem, conseguiu colher neste ano, uma média de 35 sacos por hectare.

Diante destes dois exemplos contrastantes e mais a situação da sua própria lavoura, seu Oldemar já tomou a sua decisão: vai revolver toda a terra no inverno. Até um trator mais potente para fazer o serviço ele já comprou. "A meu ver, é por este caminho que o agricultor vai ter que sair", observa o agricultor que nesta safra só não enfrentou as investidas do tamanduá da soja em lavouras plantadas mais no tarde e que, estranhamente, estiveram infestadas no ano passado.



Carlos: o primeiro cascudo apareceu nesta curva

A PIOR SAFRA

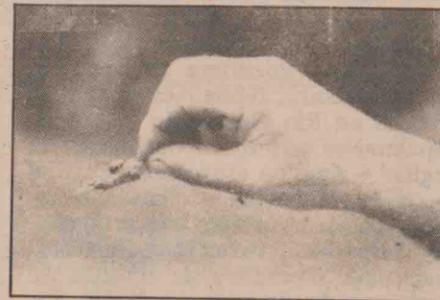
"É a pior praga que já passou pela lavoura de soja", reclama o seu Carlos Fengler, proprietário de 55 hectares de terra em Coronel Barros. No final de abril, ele era um dos tantos agricultores daquela região a colher as sobras da seca e do tamanduá. "Se não aparecer um inimigo natural que combata essa praga, não sei o que vai ser da soja na região", dizia em meio a colheita, prevendo dias muito ruins para a cultura. "Se a infestação continuar aumentando neste ritmo, daqui três anos vai ser impossível plantar soja no Rio Grande do Sul". A desconfiança do seu Carlos vai mais longe: acha que o tamanduá é uma praga importada e que veio na intenção de prejudicar o agricultor brasileiro. Quem é que explica essa praga? Nem a pesquisa, que já estuda há mais de

10 anos.

O seu Carlos plantou 37 hectares de soja e foi o agricultor que encontrou a primeira espécie de cascudinho na soja em Coronel Barros, isso há quase seis anos atrás. Conta que os primeiros tamanduás apareceram numa curva de nível, onde havia plantado, a bico de máquina, uma soja mais do cedo. Quando foi plantar o resto da lavoura, a soja da curva já tinha folhas e alguns cascudinhos, que o seu Carlos tratou de



Oldemar Heberle



De tamanduá, apenas as garras que abraçam o caule da planta

"Seca, garante o seu Carlos, é uma coisa que não deve preocupar o agricultor. Ela sempre existiu e sempre vai existir. A questão é o produtor aprender a conviver com ela". Mas não se conforma com os prejuízos do tamanduá. "A lagarta está sob controle. Até o ataque já vem diminuindo. O fede-fede também tiramos de letra, mas o tal de tamanduá está nos deixando meio sem ação".

caçar. De lá para cá, a infestação só aumentou, a tal ponto que, num hectare de lavoura, de perto do mato, não tirou nem um saco de produto. Numa área de 16 hectares, o tamanduá terminou com as plantas de seis hectares. Como o tamanduá só ataca a soja, livrando o milho, a idéia do seu Carlos é a de, em conjunto com a vizinhança, plantar soja em toda a lavoura mais este ano "como experiência". Se a infestação voltar, vamos ter que buscar uma outra safra. Para este inverno, ele está se programando para vitar toda a terra e encher a lavoura de ponta a ponta com trigo.

A palavra da pesquisa

Até pouco mais de 10 anos atrás, falar em tamanduá da soja, cascudo da soja ou bicudo da soja, era como falar em grego para quem não conhece a língua. Ainda hoje, passado todo esse tempo e diante de uma infestação da praga que já começa a alarmar não apenas os agricultores, mas também os pesquisadores, poucas informações existem a respeito deste bichinho, além de que cientificamente se chama *Sternuchus Subsignatus*.

"É uma praga que existe apenas no Brasil, contou a agrônoma e pesquisadora da Embrapa de Londrina, no Paraná, Beatriz Hoffmann, no dia que veio a Ijuí, acompanhada dos pesquisadores Gabriela Lesche Tonet, do Centro Nacional de Pesquisa do Trigo de Passo Fundo e Mauro da Silva, da Fecotriga, para visitar algumas lavouras e conversar com os produtores da região de Coronel Barros, onde se concentram os maiores focos de infestação. Entre as informações da pesquisa, Beatriz garantiu que ainda hoje não existe um inseticida capaz de fazer o controle do inseto e alertou quanto as práticas preventivas no combate à praga. "Nada ainda existe neste sentido", reforçou. Mas assegurou que na região de Ponta Grossa, no Paraná, onde os agricultores praticam sistematicamente a rotação de culturas e o plantio direto, ainda não foi detectado nenhum foco de infestação.

Como alternativa para manejo do inseto, a pesquisadora sugeriu cuidados na época do plantio, rotação de culturas e modificações nas práticas culturais. Mas faz um alerta: os inseticidas não atuam sobre as larvas que estão enterradas sob o solo.

As primeiras infestações, segundo Beatriz Hoffmann, começaram a aparecer em pequenos focos pela região de Passo Fundo, espalhando-se mais tarde por Carazinho, Santo Cristo, Tapera. Estas infestações, informa, foram aparecendo independente do sistema de plantio adotado. Além do Rio Grande do Sul, a praga já apareceu em lavouras no Mato Grosso do Sul, Paraná e Maranhão.

O ESTRAGO NO CAULE

O tamanduá da soja começa seus estragos raspando o caule da soja, sugando a seiva e tirando a

casca da planta. Esse dano é causado apenas pelo adulto macho. No caule raspado, a fêmea deposita seus ovos que, durante o verão se transformam em larvas e hibernam, enterrados sob o solo, durante todo o inverno, ressurgindo adulto no início da primavera. As plantas atacadas têm seu desenvolvimento interrompido, podendo até morrer, como aconteceu neste verão. Quando não morrem, ficam com o rendimento comprometido.

INFESTAÇÃO EM CORONEL BARROS

Na área de atuação da Cotrijul, a única região que vem apresentando sérios focos de infestação do tamanduá da soja é a de Coronel Barros. "O maior número de lavouras atingidas no Estado, esclarece Beatriz Hoffmann, está localizado em Passo Fundo, mas as lavouras com maior foco de infestação são as de Ijuí". O ataque do tamanduá da soja já deve ter atingido, neste verão, segundo o Pedro Pittol, técnico agrícola da Unidade de Ijuí e que atende a região, mais de 100 hectares de lavouras. "Alguns insetos esparsos foram encontrados em lavouras de outras regiões, mas sem qualquer perigo de infestação", explica o técnico agrícola.

Segundo Pittol, o tamanduá da soja começou a aparecer nestas lavouras há cerca de cinco anos atrás, mas foi justamente neste verão que a infestação se agravou causando danos acentuados nas lavouras e inclusive, em alguns casos, perdas totais. O Pittol reforça as recomendações da pesquisa quanto ao manejo do solo, mas desaconselha a queima da palha, como muitos agricultores estão planejando fazer depois da safra do trigo. "A safra, diz ele, é revolver profundamente o solo no inverno, na tentativa de expor a larva ao frio. Queimar a palha não vai resolver o problema, porque não vai atingir a larva que está enterrada a uma profundidade de 20 centímetros no solo. Ela só vai servir para tirar a cobertura do solo e acabar com a fertilidade", esclarece o técnico que vem acompanhando a evolução da infestação do tamanduá da soja na região de Coronel Barros, desde que se conseguiu detectar a primeira espécie.

Uma nova unidade no Estado



Situado no sul do Estado, o município de Caarapó, sedia atualmente uma das mais novas unidades da Cotrijuf no Mato Grosso do Sul. Criada em maio do ano passado, a unidade percorreu entretanto, uma trajetória curiosa, porque em 81, quando da instalação da Cooperativa em diversos municípios, Caarapó possuía status de unidade e passou alguns anos depois a Posto de Recebimento, subordinado administrativamente a Dourados.

O atual gerente, Jorge Novachinski, explica este fato com uma série de dados. No início da década a atividade agrícola no Estado era ainda bastante incipiente, não havia toda uma tradição de agricultura como nos Estados do Sul do Brasil. O recebimento de produção de grãos era, conseqüentemente, bastante baixo, o que onerava a manutenção de uma estrutura apta para receber produções agrícolas significativas. Com o grande êxodo ocorrido no início desta década para o MS, o panorama começou a mudar. Milhares de famílias gaúchas, catarinenses e paranaenses abandonaram seus estados de origem, dispostas a trabalhar no que conheciam bem — a agricultura — e confiantes no grande potencial que o Estado representava. Este talvez seja o principal motivo da expansão ocorrida e que tem dado grande contribuição ao desenvolvimento estadual.

Hoje, graças ao trabalho desenvolvido em pesquisas e uso de novas tecnologias postas a serviço do produtor, o crescimento agrícola vai de vento em popa. O município de Caarapó também navega neste barco e os dados estão aí para ser conferidos. Na safra de soja do ano passado a unidade da Cotrijuf recebeu 13.600 toneladas de grão. Neste ano espera-se receber 18.000 toneladas, o que equivale a 300.000 sacas de soja. Antes de 1985, lembra o gerente, a quantidade da oleaginosa entregue na Cooperativa não chegava a 10.000 sacas.

A área ocupada com o cultivo da soja atingiu 26.000 hectares neste ano em Caarapó, que deverá produzir 62.400 toneladas. Deste total 28 por cento será entregue na Cotrijuf. Quanto ao trigo, principal alternativa para o inverno, há ainda muita especulação e incerteza, mas espera-se manter a mesma área cultivada no ano passado, 25.000 hectares, e deverá representar 15.000 toneladas do produto entregue na Cooperativa.

A ESTRUTURA

A unidade de Caarapó possui hoje uma capacidade estática para 18.800 toneladas, sendo composta por um armazém graneleiro, do tipo convencional, com fundo chato e sistema de aeração para 15.700 toneladas, dois silos para 1.300 toneladas e um armazém recém construído, que poderá armazenar 1.800 toneladas de insumos e grãos já ensacados. Para receber a produção dos associados, existem duas moegas. E em breve entrará em funcionamento o Posto de Laguna-Caarapá, distrito de Ponta Porã, mas subordinado a Caarapó por causa da distância física. Agora com o término da obra, que possui duas moegas para recebimento, os agricultores da região (mais da metade, são associados na Cotrijuf) poderão entregar sua safra em Laguna-Caarapá.

A unidade de Caarapó está localizada numa área de 6 hectares, e tem 4.240m² construídos. Está previsto para breve o aumento do prédio ad-



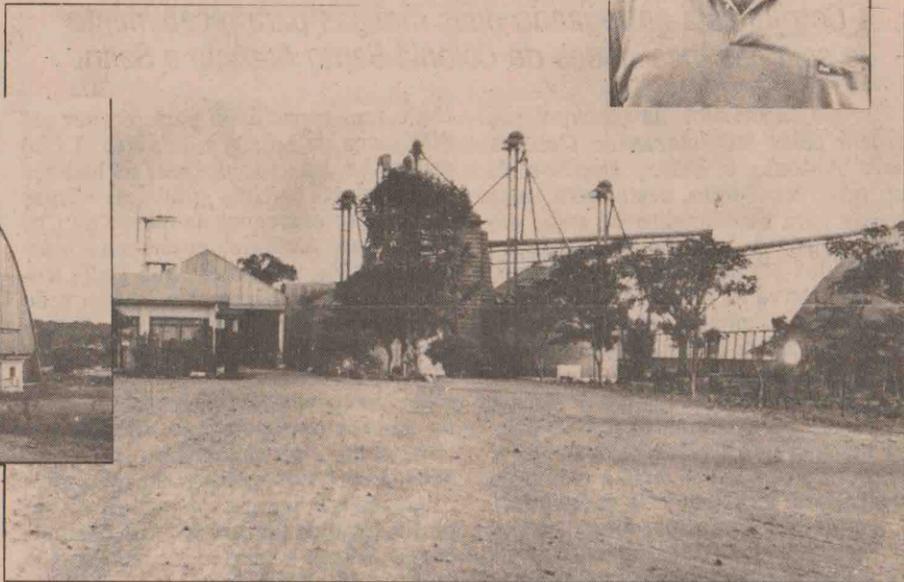
O armazém em Caarapó

ministrativo, conforme afirmação de Jorge Novachinski, pois o escritório está muito pequeno para comportar um volume de trabalho muito grande, principalmente nesta época de safra. Existem atualmente 43 funcionários efetivos, sendo que 24 na unidade e 19 no mercado, situado em prédio próprio no centro de Caarapó, ocupando uma área de 300m². O faturamento da loja atingiu no ano passado a cifra de 22 milhões e 548 mil cruzados.

E a participação do quadro social na cooperativa? Tem sido das melhores, de acordo com o gerente. Hoje a unidade conta com 207 associados e este número tende a crescer, pois a procura dos agricultores que pretendem se associar é muito grande. Jorge Novachinski está satisfeito com o desempenho obtido até agora, ressaltando a união do corpo funcional e o entrosamento entre a Cooperativa e associado, que tem sido atuante em reuniões, no debate dos problemas comuns e fazendo suas reivindicações sempre que necessário.

A OPINIÃO DO PRODUTOR

O gaúcho Antônio Augusto Rodrigues Rubim, ou simplesmente Rubim como é mais conhecido, está no Mato Grosso do Sul há cinco anos e é associado da Cotrijuf desde que chegou no Estado. Ele é proprietário de 220 hectares de terra no município de Ponta Porã, e arrenda outros 217 em Caarapó, onde é um dos representantes dos associados junto à Cooperativa. Toda a produção e a propriedade são divididas meio a meio com o pai, e os dois plantaram neste ano 350 hectares de soja. A estimativa da colheita fica em torno de 15 a 16 mil sacas, dando uma média de 45 sacas por hectare, o que é considerado uma produtividade excelente. Com a safra da soja, Rubim está bastante satisfeito, mas o mesmo não acontece com o trigo. E aí o produtor dispara uma série de críticas porque acha que o agricultor está



A sede da unidade. Acima, o associado Antônio Rubim

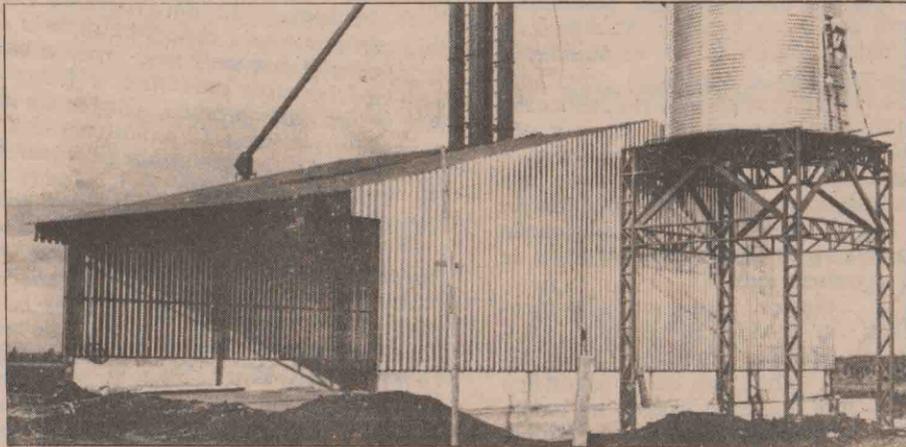
sendo desestimulado a plantar o cereal. O grande vilão é o governo e sua política agrícola.

Rubim vai plantar 350 hectares de trigo, por isso comprou em dezembro do ano passado o adubo e demais insumos necessários. Fez certamente um bom negócio, porque hoje os preços dispararam. Esta é uma das falhas que ele aponta no programa do governo. O valor do produto é definido praticamente na mesma época em que inicia o plantio e aí o preço de todos produtos necessários à plantação sobe astronômicamente. Para ele o governo deveria estipular o preço bem mais cedo a fim de que o agricultor pudesse avaliar a viabilidade da sua lavoura, e isto acabaria também com a total insegurança que o produtor enfrenta atualmente.

Para solucionar todos os problemas aos quais o homem do campo está sujeito, o associado tem uma receita certa: Cooperativismo. Rubim é um defensor entusiasta do sistema, na medida em que ele representa a união dos agricultores e pelas conseqüentes vantagens que oferece.

Hoje, por exemplo, o produtor considera-se satisfeito com a Cooperativa, uma vez que todas as reivindicações vêm sendo atendidas. Entre elas Rubim destaca a instalação de um secador feita no ano passado, a autonomia que Caarapó conquistou quando se transformou em unidade e a recente construção de um armazém de insumos.

“Agora vamos reivindicar a construção de um armazém sementeiro, para atender toda a região sul do Estado, porque hoje pagamos um preço muito alto pela semente que vem toda do Paraná. E estamos certos de que vamos ser atendidos”, conclui Rubim.



O novo posto de recebimento em Laguna-Caarapá

Entre os 10 municípios

O município de Caarapó começou como tantos outros do Estado. Originalmente habitado por índios Caiuás (que hoje moram numa área restrita), o local foi sendo ocupado por famílias matogrossenses, descendentes diretos de gaúchos.

Caarapó conseguiu sua emancipação política em 20 de dezembro de 1958 e nos últimos anos vem ocupando lugar entre os dez primeiros municípios do Mato Grosso do Sul, na produção de pecuária e agricultura. O Secretário Municipal de Administração, Adélcio Fernandes Menegatte, estima em 37.596 a atual população de Caarapó, sendo que 20.538 moram na zona urbana e 17.058 na rural.

Caarapó, que em tupi-guarani quer dizer raiz de erva, fica distante 280 km da capital estadual e tem uma área de 3.881 km². Hoje a principal atividade econômica é a agricultura, seguida pela pecuária, algumas indústrias e pelo setor moveleiro. Menegatte salienta que ainda 60 por cento da área municipal é destinada à pecuária, e mesmo com um espaço menor dedicado à agricultura, esta é a principal fonte de renda para o município. No ano passado foram produzidas 102 mil toneladas de soja, 61 mil de trigo e 10 mil toneladas de milho. A receita líquida do município ficou em torno de 84 milhões de cruzados, tendo sido gerada pela arrecadação de impostos e também através de transferências da União e do Estado, conforme resalta o Secretário de Administração.

O COOPERATIVISMO EM CAARAPÓ

Se hoje a agricultura ocupa este destaque na região, pode-se dizer que tem sido graças ao trabalho de cooperativismo iniciado pela Cotrijuf em 1981. Como na maioria dos municípios, a atividade principal sempre foi a pecuária, e Caarapó não fugia à regra. Com a instalação de armazéns e de toda uma estrutura voltada à área agrícola foi dado o impulso inicial para a atividade. E nestes anos todos a Cotrijuf tem desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento da cidade, finaliza o Secretário de Administração, Adélcio Menegatte.

Mais perto da lavoura

A Cotrijuí está entregando duas moegas para recebimento de soja nas localidades de Colônia Santo Antônio e Salto.

Os associados da Cotrijuí que residem pelas redondezas de Colônia Santo Antônio e Salto, distritos de Ijuí, estão recebendo, nesta safra, duas moegas para recebimento de soja, somando agora um total de cinco moegas distribuídos em postos de recebimento da Cooperativa na Pioneira. A construção destas duas moegas, segundo o diretor de Operações e Comercialização da Cotrijuí na Pioneira, Clóvis Rorato de Jesus, é o resultado da soma de esforços destas duas comunidades. A própria distância de Colônia Santo Antônio e Salto até Ijuí e mais a mudança na estrutura econômica do meio rural, de acordo com o diretor, foram razões que pesaram fundamentalmente para que a Cotrijuí se decidisse pela construção destas duas moegas. "Grande parte dos produtores, observa Clóvis de Jesus, diante do alto custo do frete, estão optando por fazer o transporte da produção através de carretas agrícolas, o que praticamente se torna inviável numa distância muito grande". Com a construção destas moegas no interior do município e mais perto das lavouras, os associados vão poder reduzir custos e economizar tempo.

A moega de Colônia Santo An-

tônio tem capacidade para receber até 800 sacos de soja e a de Salto, 1.000 sacos. As duas são dotadas de balança e elevador. As três primeiras cargas de produto entregues na moega da Colônia Santo Antônio pertenciam aos associados Valdir Ferrari, Ildo Dalla Rosa e Valdir Lôndero. Na inauguração da moega, a presença do superintendente da Cotrijuí na região, Valter Frantz, do diretor de Operações e Comercialização, Clóvis Rorato de Jesus; do gerente de Operações, Alberto Parenti Filho, do supervisor de Operações, Rui Thorstemberg, do subprefeito Genésio Domingos Agostini, do representante da Cooperativa na comunidade, Valdir Ferrari e de um grande número de associados.

ECONOMIA DE FRETE

Não restam dúvidas que entre os benefícios que as duas moegas estão trazendo tanto para Colônia Santo Antônio como para Salto, a economia de frete salta em primeiro lugar. "A redução nos custos do transporte da nossa produção vai ser considerável", destaca o subprefeito de Colônia Santo Antônio, Genésio Domingos Agostini, produtor e proprietário de 12 hectares de terra na localidade. Satisfeito pela

DOM PEDRITO

A boa água do frigorífico

A legislação brasileira é bastante rígida em relação à higiene num frigorífico. E o fator principal para que se cumpra com a referida legislação, é a qualidade da água usada nas diversas fases de trabalho num matadouro frigorífico, desde a matança até o preparo final das carcaças e demais frutos animais.

O matadouro-frigorífico Cotrijuí, que funciona junto à Regional de Dom Pedrito, enquadra-se no que há de mais moderno e tecnicamente avançado no que se refere à qualidade da água usada. O projeto é tão avançado que a Secretaria do Meio Ambiente (Sema), autorizou o monitoramento de qualidade, pela própria Cooperativa.

Os laudos técnicos, apresentados a cada trimestre, são levantados pelo engenheiro químico Carlos Alberto Saft Hehn. Foi ele mesmo que estudou a planta e implantou a estação de tratamento de efluentes.

COMO FUNCIONA O SISTEMA

O engenheiro Carlos Alberto, disse que o desenvolvimento operacional em qualquer indústria gera sempre algum tipo de poluição. Sendo a poluição responsável por vários efeitos nocivos sobre os seres vivos, bem como pelo desequilíbrio do ecossistema como um todo, deve ser evitada.

Para minimizar todos esses problemas, as águas residuárias do frigorífico da Cotrijuí recebem tratamento na estação de efluentes, que se constitui das seguintes etapas: Pré-tratamento: consta de um gradeamento anterior ao tratamento biológico, cuja função é a retenção de sólidos com diâmetro maior que dois centímetros.

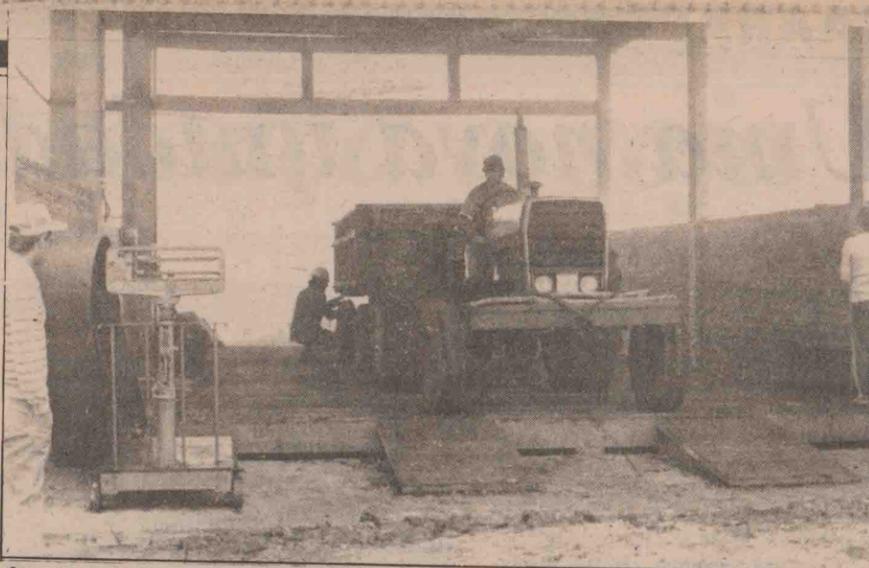
Como parte desse item, consta também a utilização de uma rosca transportadora, que tem por finalidade a retirada dos dejetos e resíduos animais resultantes da matança.

O tratamento biológico da água e sua total recuperação potável, é processado através de duas instalações. Uma é a "lagoa de sedimentação anaeróbica", local onde as bactérias são decompostas, transformando a matéria orgânica em elementos gasosos, dentre eles, a metana e o dióxido de carbono. São também eliminados produtos intermediários, como odores fétidos, resultantes dos resíduos orgânicos e gás sulfídrico.

Diz o engenheiro Carlos Alberto que as principais vantagens do tratamento anaeróbico são a baixa acumulação de lodo biológico e o fato de não exigir equipamento de aeração, sendo que as características mais importantes para que um esgoto seja tratado anaerobicamente, são: ter alto teor orgânico, particularmente em proteínas e gorduras, temperatura relativamente elevada, ser livre de matérias tóxicas e possuir suficientes nutrientes biológicos. O sistema de tratamento do frigorífico Cotrijuí está perfeitamente enquadrado nesse sistema, afirma o engenheiro.

E a instalação seguinte, denominada de maturação ou polimento, serve como um processo adicional do efluente anaeróbico. A estabilização pela retenção e a aeração superficial reduz os dejetos sólidos em suspensão - DBO, microrganismos fecais e gás amônio. A profundidade, no geral, é limitada entre 1 e 1,8m, para que haja boa mistura e adequada penetração de luz solar. Os períodos de retenção são relativamente curtos, variando de dez a quinze dias.

Esses critérios e cuidados científicos são seguidos rigidamente, assegura o engenheiro químico Carlos Alberto Saft Hehn, para que o frigorífico da Cotrijuí continue usando na indústria a água de qualidade que já se tornou tradição, conforme reconhece a própria Secretaria do Meio Ambiente.



As primeiras cargas de produto entregues na moega de Colônia Santo Antônio



Genésio Agostini



Valdir Ferrari



Armando Boniatti

construção da moega, seu Genésio não se cansava de dizer no dia da inauguração que ela representava a concretização de um antigo sonho "pelo qual a comunidade muito lutou".

Para o Valdir José Ferrari, representante eleito pela comunidade e proprietário de 15 hectares, a moega não significa apenas uma vitória da comunidade. Ela é o resultado da soma de esforços de todos os associados com o apoio da direção da Cotrijuí, e que certamente vai contribuir para o aumento de entrega de produto na Co-

operativa. "Por causa da distância e do custo do frete, 60 por cento da produção da região vinha sendo desviada para Catufpe", diz Ferrari, com a certeza de que já nesta safra, 95 por cento da produção vai ficar na Cooperativa.

"A moega representa um grande alívio para o nosso bolso, desabafa o produtor Armando Francisco Boniatti, proprietário de 20 hectares, convidando a todos os agricultores, inclusive os de Santa Tereza, interior do município de Catufpe, a entregar a produção em Colônia Santo Antônio.



A moega de Salto, em construção, tem capacidade para receber até um mil sacos de soja

Piscicultura: bons resultados

Eloy Petteon

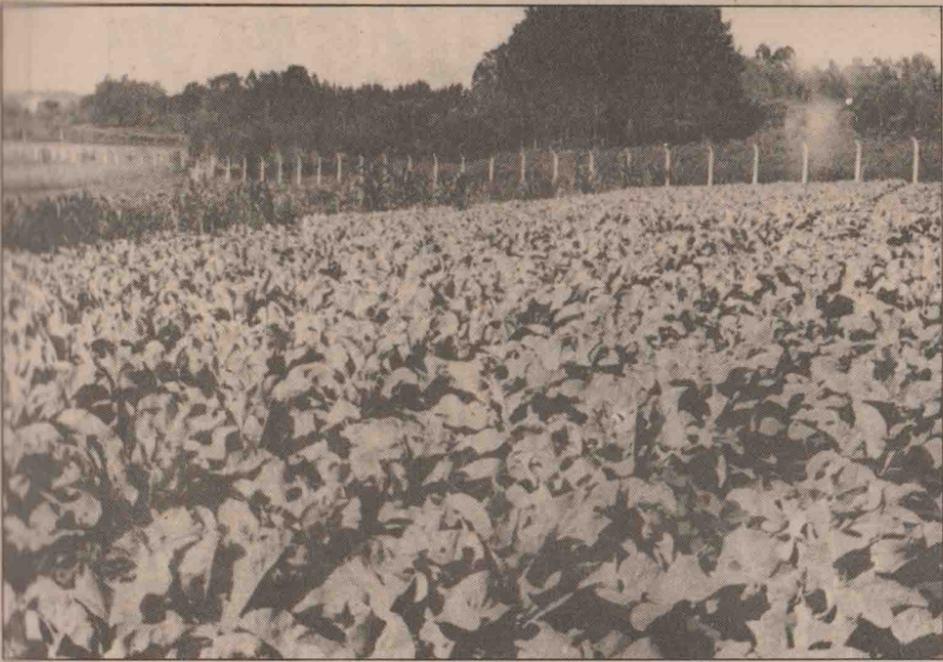
A piscicultura vem se desenvolvendo há muito tempo na região, porém, os resultados obtidos até dois anos atrás, na unidade de Ajuricaba, atingiam índices pouco animadores. Esta situação propiciou uma dependência cada vez maior na aquisição de peixe de rio.

A introdução do Programa Cooperado de Peixe trouxe rapidamente uma série de novos conceitos sobre a atividade, fazendo com que na unidade de Ajuricaba houvesse uma procura muito acentuada pelo produtor em busca das espécies mais produtivas e todas as orientações relacionadas ao manejo dos peixes (alimentação, formas de consórcio com suínos e aves, etc). Até o momento existem 18 produtores no Cooperado, totalizando 33.000 alevinos entregues. Se considerarmos os meses de março/87 até abril/88, o recebimento na Unidade ultrapassa 7 toneladas de carne de peixe, sendo que 50 por cento desse volume foi comercializado na própria Unidade.

Observa-se uma procura muito grande, por parte dos produtores, de informações técnicas para construção de açudes e por alevinos das carpas chinesas, (carpa capim, carpa cabeça grande e carpa prateada) em função dos excelentes resultados obtidos na última despesca. Isso mostra o espaço que a atividade está obtendo em cada propriedade, e nos próximos anos possibilitará um recebimento de volumes bem superiores aos recebidos até agora.

Constatou-se que a comercialização de peixe na forma viva agrada ao consumidor e isto levará a uma efetivação da feira do peixe de forma periódica na própria Unidade.

Eloy Petteon, engenheiro-agrônomo da unidade de Ajuricaba



A nova variedade de couve-flor é mais resistente às altas temperaturas

Novas cultivares de pepino, couve-flor e repolho

Produtores plantam pela primeira vez algumas cultivares de hortaliças de verão e avaliam os resultados

Novas cultivares de hortaliças estão sendo introduzidas na região através de trabalhos de experimentação e avaliação realizados pelo Centro de Treinamento da Cotrijuf, mas que já vêm sendo desenvolvidas pelo Centro Nacional de Pesquisa em Hortaliças da Embrapa, em Brasília. A seleção de cultivares de hortaliças para semeadura nos meses de verão, segundo Francisco Salla, agrônomo e supervisor da área de olericultura da Cotrijuf na Pioneira, vem atender aos anseios dos produtores da região. "Nesse período da entressafra o abastecimento de hortaliças fica prejudicado devido as dificuldades de produção", explica. Todas as cultivares em teste neste verão apresentaram um bom desenvolvimento e já para a próxima safra estarão à disposição, em quantidades maiores, dos associados interessados em cultivá-las.

Os novos materiais — duas cultivares de pepino para conserva, uma cultivar de repolho e outra de couve-flor — foram distribuídos aos produtores Shiro Oba, da Linha 4 Leste e Italo Seibert, de Arroio das Antas.

BOA PRODUÇÃO

O produtor Shiro Oba realizou a semeadura das cultivares de pepino Guafra e Colônia no dia 5 de novembro, utilizando como testemunha a cultivar híbrida Ginga AG, a mais cultivada na região. O início da colheita aconteceu aproximadamente de 70 a 80 dias após a semeadura. O atraso no início da colheita aconteceu em função das baixas temperaturas registradas em setembro e que retardaram o desenvolvimento vegetativo das plantas.

O Shiro só tem elogios para as cultivares Guafra e Colônia, "muito mais resistentes às doenças e ao frio do que a Ginga AG". Ele plantou 100 pés das duas cultivares e fez em torno de oito a 10 colheitas durante o ciclo de produção, obtendo excelentes resultados. Mas a cultivar Guafra mostrou-se mais precoce e produtiva, chegando a superar a Colônia e a Ginga AG, que mantiveram ciclo de produção semelhante. Para o próximo verão ele quer continuar plantando estas duas cultivares, "mas utilizando um espaçamento maior entre as plantas".

Com a couve-flor, o Shiro não foi tão bem como esperava. Ele acha

que faltou adubo na planta, mas do mesmo jeito ele gostou da cultivar Vitória, semeada no final de setembro e que teve como comparativo a cultivar híbrida Rami. As plantas apresentaram boa resistência às temperaturas elevadas. Ele plantou uns 300 pés de couve-flor e pretende repetir a dose nos próximos anos. "O aspecto da flor é muito bom, pois ela não amarela com o sol como acontece com as híbridas que são normalmente cultivadas nesta época". Observou que ela gosta de uma boa adubação e muita água.

Gostou de lidar com o repolho União, mas achou a aparência do pé meio estranha. "Ele é grande, com muitas folhas nas laterais, mas a cabeça é miúda", explica. Mas conta que é uma cultivar mais resistente às doenças do que as testemunhas, as cultivares Matsukase e Fuyutoyo.

PLANTA DE EXPERIÊNCIA

O seu Ítalo Seibert, de Arroio das Antas, Ijuí, plantou 70 pés da couve-flor Vitória de Verão e ficou encantado com os resultados. "Pela experiência que fiz, conta, pude observar que ela é bem melhor que as demais cultivares recomendadas. A semeadura foi feita em novembro e a colheita em fevereiro, com as plantas apresentando menor desenvolvimento vegetativo em decorrência da falta de chuvas. "As vantagens de lidar com estas va-



Shiro Oba



Ítalo Seibert

PEIXES I

Consortiação com outros animais

A utilização de resíduos de chiqueiros e de aviários em açudes de peixes não é um assunto novo dentro da Cotrijuf, Regional Pioneira, onde alguns produtores mais dedicados já dominam este sistema de produção e têm obtidos ótimos resultados. O melhor destes resultados, no entanto, é o de que a proposta de diversificação assume um caráter perene na propriedade, isto é, a administração de duas atividades conjuntamente, consegue trazer mais retorno para esta propriedade. Este é o caso da consortiação de peixe com suínos ou com aves, que tem por objetivo o aproveitamento direto e indireto dos resíduos alimentares a eles administrados. Para saber como são conseguidos estes resultados é necessário, antes, compreender como acontece a reciclagem de proteínas dentro dos açudes.

De acordo com o supervisor do setor de piscicultura da Cotrijuf, Altamir Antonini, tanto os suínos como as aves são animais que desperdiçam grande parte dos alimentos, especialmente as rações fareladas, que acabam caindo no piso dos chiqueiros e dos aviários, e se misturam com as fezes, a urina, a cama e outros resíduos. Por outro lado, explica Altamir, grande quantidade da ração ingerida pelos suínos e pelas aves (os quais possuem apenas um estômago), não é aproveitada pelo seu organismo, sendo eliminada praticamente com as mesmas características naturais. A perda é tão volumosa, diz Altamir, que um suíno, por exemplo, pode perder de 30 a 40 por cento (dependendo da sua idade) do alimento que consome. O que fazer com este resíduo, que é na verdade, alimento, e por sua vez dinheiro investido pelo produtor?

CONSORCIAÇÃO

A melhor forma de aproveitar estes resíduos se dá pela consortiação do suíno com o peixe, pois os excrementos, quando adequadamente introduzidos num açude, são imediatamente decompostos por bactérias. Desta rápida decomposição resultam os nutrientes que serão utilizados pelas algas, através de um processo chamado fotossíntese e que somente acontece na luz do dia. Mas, para que isso se realize, salienta Altamir, é importante que o esterco entre na água de forma dissolvida ou dispersa, e durante o dia (de preferência entre as sete e às 14 horas), para que o equilíbrio de oxigênio da água não seja abalado. Cuidando destes dois aspectos — do esterco dissolvido e do horário — o produtor terá reunido todas as condições para obter um maior aproveitamento daqueles elementos que estão presentes na ração. Mas, por que o esterco é tão importante neste processo econômico?

Antes de mais nada é preciso lembrar que o esterco possui dois componentes básicos misturados: a matéria sólida e a matéria líquida. E tanto uma como a outra reúne os resíduos da ração. A grande vantagem, então, do esterco de chiqueiro, está no fato de que das pequenas pocilgas, o esterco é carregado manualmente e levado imediatamente para a água. Quer dizer, nenhum dos componentes (líquido e sólido) é perdido, e todos os resíduos são utilizados. Nos grandes chiqueiros comerciais, ao contrário, os detritos passam por um sistema de drenagem e em seguida são recolhidos em tanques, de onde, geralmente, somente o componente líquido será utilizado para a fertilização da água. Portanto, é através dos esterco de chiqueiro, colocados junto ao açude que o produtor tem condições de conseguir maior eficiência no processo de aproveitamento de resíduos.

OS RESÍDUOS NA ÁGUA

Logo que caem na água, todos estes materiais que fazem parte do esterco, são imediatamente atacados por várias espécies de microrganismos que fazem parte da cadeia alimentar. No entanto, há algumas espécies de peixe, como é o caso da carpa que se alimentam diretamente da ração do esterco. A outra parte, a orgânica, é consumida pela fauna bacteriana (microbiana), que decompõe esta matéria e a transforma em nutrientes, que por sua vez alimentarão outros seres vivos. Estes ainda servirão como alimento do peixe, em outra fase de cadeia alimentar.

Para melhor avaliar os resultados da produção consortiada entre suínos e peixes, Altamir cita como exemplo um trabalho realizado pelo CTC, que demonstrou o seguinte: para cada 100 quilos de esterco produzido e disperso no açude, consegue-se de quatro a seis quilos de peixe. O que leva o técnico a afirmar que, para se produzir de 2 a 2,7 toneladas de peixe por hectare, são necessários mais de 50 suínos por hectare, produzidos em pocilgas sobre o açude, ou ainda, que o esterco destes suínos sejam colocados diariamente na água.

riedades apropriadas para suportar altas temperaturas são grandes. O produtor pode fazer uma boa colheita e bons negócios comercializando toda a produção numa época de escassez do produto", conta ele. Toda a produção do seu Ítalo foi vendida, "pois a aparência do produto facilita o negócio". Ele gostou de ver a planta produzir firme no relento do sol, "sem amarelar". Conta que ficou até surpreso com a couve-flor, embora já tivesse ouvido

falar em cultivares híbridas que produziam no verão, mas pensou que isso era hortaliça para São Paulo.

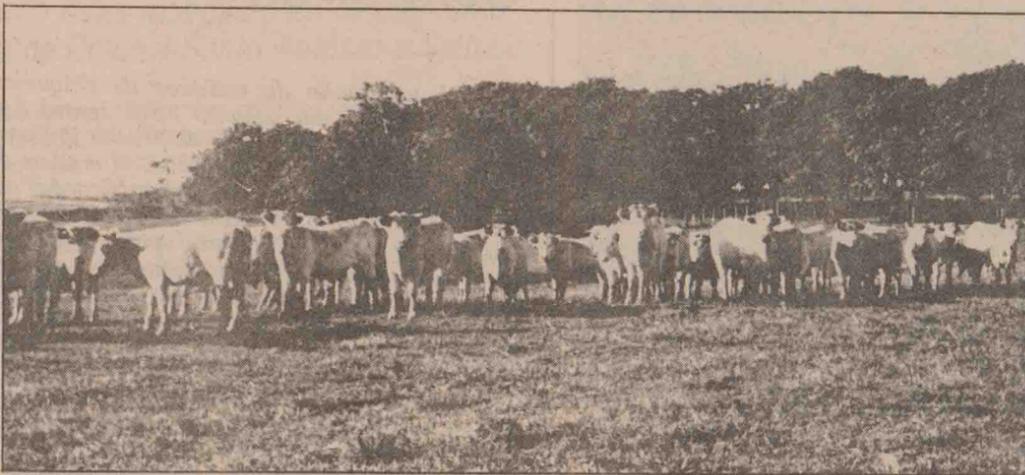
Mas se a couve-flor rendeu bons lucros para o seu Ítalo, o repolho não deixou boas recordações. Ele não gostou da cultivar e acha que é de cabeça muito pequena, difícil de negociar. "Esse não me rendeu muito", diz garantindo que para o ano quer ver se planta, durante os três meses cinco mil pés de couve-flor.

Melhoramento e progênie bovina em Dom Pedrito

Quanto maior o valor genético do animal, melhor será sua descendência. E a certeza para atingir um padrão crescente de qualidade se alcança pelo teste de progênie. É isso que está buscando a Estação Experimental Zootécnica de Dom Pedrito (EEZDP), através de trabalho do médico veterinário Noé Conde Costa, desenvolvendo um programa de melhoramento genético em bovinos de corte, que foi programado pela Secretaria da Agricultura e Abastecimento.

Segundo o veterinário Noé, em declarações feitas ao "Cotrijornal", em Dom Pedrito, o programa teve início em 1970, quando a SAA lançou o Teste de Avaliação em Bovinos de Corte, que mede a capacidade individual de ganho de peso. Como decorrência desse trabalho, diz o técnico, criou-se, três anos depois, em 1973, o teste de progênie, cuja finalidade é identificar, através da descendência, os animais mais aptos para a procriação. "O que se procura são aquelas características de real valor econômico como ganho de peso, fertilidade procriativa e qualidade de carcaças, pois o que o programa quer é a maior produção e difusão do sêmen de touros nacionais, eliminando a importação".

O teste de progênie começa com a escolha entre os destaques feitos na avaliação dos bezerras, ao nascerem. A partir daí — diz o veterinário



Este lote charolês foi descartado no teste

Noé — tudo passa a ser convenientemente analisado. As condições sanitárias, o desenvolvimento corporal, padrão zootécnico e as características raciais. Esses animais selecionados, ao alcançarem a idade ideal, são considerados aptos para reprodução. O sêmen congelado é armazenado em nitrogênio líquido, para posterior distribuição entre os criadores associados ao programa.

O trabalho inicial é feito nas estações experimentais da Secretaria da Agricultura, em diversos pontos do estado, até o desmame dos terneiros. Após esse período, os terneiros machos são levados à Estação Experimental Zootécnica de Dom Pedrito, onde são testados a campo, em pastagens melhoradas. É quando os técnicos verificam a velocidade de ganho de peso em dois períodos distintos: inverno meia-primavera e meia-primavera verão.

Durante os primeiros doze meses de vida dos animais, as observações dos técnicos se concentram na busca de defeitos hereditários. Caso sejam detectados defeitos, os animais são eliminados como futuros reprodutores.

VALOR GENÉTICO COMPROVADO

Os reprodutores que obtiverem valores somados acima de 90% na relação com a média e valores genéticos com expressivo destaque de fatores positivos, são considerados "touro provado em teste de progênie". Até o momento, 81 reprodutores das raças charolesa, hereford e aberdeen angus, testados em nove lotes, concluíram o teste, tendo sido aprovados 13 animais, que já se encontram em trabalho para a coleta de sêmen.

Atualmente, encontram-se em andamento três lotes em teste, sendo oito novinhos hereford e 15 charoleses.

A Caderneta Verde do BNCC no MS

A nova Caderneta de poupança foi lançada em Dourados e Campo Grande.

O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) lançou oficialmente sua Caderneta de Poupança Rural (a Caderneta Verde) durante a realização do X Congresso Brasileiro de Cooperativismo, que aconteceu em março na capital Federal. No Mato Grosso do Sul, o lançamento aconteceu nas duas cidades que o banco possui agências: em Dourados, no dia 19 de abril e em Campo Grande, dia 20, no auditório da administração regional da Cotrijul.

A nova caderneta (só o Banco do Brasil possui similar) é idêntica a uma poupança normal, pagando os mesmos juros e sendo garantida pelo Governo Federal. Qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá abrir uma conta, afirma o gerente do BNCC de Campo Grande, Norberto Mendes, mas como é dirigida ao sistema cooperativista, somente seus integrantes — associados e cooperativas — poderão se beneficiar de empréstimos captados de aplicações da Caderneta Verde.

Para o produtor rural é o melhor negócio, continua Norberto Mendes, porque ele vai receber um rendimento integral de uma poupança comum e poderá obter empréstimos pagando juros bem abaixo dos praticados pelo mercado financeiro. O gerente do BNCC considera ainda, que o sistema cooperativista terá um grande incremento, devendo aumentar o número de produtores associados às cooperativas,



Lançamento oficial da nova poupança rural

principalmente no Mato Grosso do Sul, onde não há uma tradição de cooperativismo tão marcante e histórica como em outros estados, principalmente no Rio Grande do Sul.

Inúmeras autoridades estiveram presentes no lançamento oficial da Caderneta, entre elas o Secretário Estadual da Agricultura e Pecuária Flávio Derzi, o diretor administrativo do BNCC, Cândido da Silva, o presidente da Organização das Cooperativas do Mato Grosso do Sul, Ruy Bar-

bosa Ferreira, vários representantes de cooperativas do Estado, além de toda a diretoria da Cotrijul.

Em entrevista à imprensa o diretor do BNCC destacou a importância da criação da Caderneta Verde, ressaltando o empenho do Ministro Íris Rezende em concretizá-la. Cândido da Silva comentou também os benefícios que resultarão ao produtor rural, pois os recursos captados serão canalizados para um setor produtivo, e que a atividade agrícola é o caminho mais rápido para o crescimento do Brasil.

O arroz em plantio direto

Os bons resultados alcançados em Dom Pedrito no combate ao arroz vermelho pelo processo do plantio direto, vai fazer com que um elevado número de orizicultores passem a adotar esse tipo de plantio. O presidente da Associação dos Agricultores, Ruy Adelino Raguzzoni, um dos maiores entusiastas do plantio direto, vai ampliar a área, pois está seguro que é a solução para acabar com o inçamento das lavouras. Na safra que está sendo colhida ele fez experiência com meia quadra, e a produtividade seguramente não baixará da média de 200 sacos. Ele afirma que isso é duplamente vantajoso: boa rentabilidade e produto com pureza garantida, por estar isento do vermelho.

Apesar do arroz vermelho nunca ter se constituído em problema para Raguzzoni, pois suas lavouras são praticamente limpas de inço, ele está se precavendo para o futuro. Ele diz que quer cortar o mal pela raiz. Muito caprichoso, e apesar de cultivar grandes extensões, colhe arroz totalmente isento de impurezas.

Ruy Raguzzoni tem como sócio e administrador, Moisés Aires Teixeira, que é quem vive o dia-a-dia da lavoura. A reportagem do Cotrijornal acompanhou visita de inspeção feita à lavoura pelo agrônomo Saul Figueiredo, quando foi constatado um bom estágio da planta, já em ponto de colheita.

Apesar do frio ocorrido em fevereiro, que prejudicou a granação do arroz, ainda assim a produção deverá superar os 200 sacos por quadra, o equivalente a 17.774 metros quadrados.

São muitas as vantagens do plantio direto. Mas três delas são preponderantes e devem ser destacadas à parte. Em primeiro lugar a vantagem do plantio em época certa, conforme é recomendado pela pesquisa. Outra grande vantagem é a economia de combustível pela redução de horalmáquina. E em terceiro lugar, o controle do arroz vermelho, que é um inço persistente e dominador da lavoura, se não for combatido.

Há ainda uma maior vantagem para o orizicultor, se também for pecuarista. Logo após a colheita do "direto", em março ou início de abril, pode ser semeado azevém sobre a resteva do arroz. Um mês depois o azevém já deve estar em ponto de pastoreio, soltando-se o gado em cima. Conforme o remanejamento dos animais, eles podem ficar até o mês de outubro, quando atingem a melhor fase de engorde.

Retirado o gado, que tanto pode ser para outro campo ou para o abate, caso esteja em tempo de desfrute, se volta a fazer o plantio direto sobre o azevém decadente, perfazendo o ciclo. O solo nunca fica a descoberto, o que revela outra grande vantagem, que é a de não ocorrer a erosão do solo e nem a sua exposição ao sol e às chuvas.



Moisés Teixeira: arroz em plantio direto

CALENDÁRIO

O tomate em discussão

Quem lida com tomate pode ir se preparando para, no dia 24 de maio, tirar o dia de folga da lavoura e debater com pesquisadores da Embrapa e Emater, sobre a cultura do tomate. O encontro está sendo organizado pela diretoria agrotécnica da Cotrijuf na Pioneira com a supervisão da área de Olericultura. "O encontro, reunindo produtores e técnicos, esclarece o agrônomo e supervisor da área de Olericultura, Francisco Salla, vai tratar especificamente do assunto tecnologia de produção do tomate".

O encontro começa de manhã,



A tecnologia de produção em debate

Lentilha

Mais um cooperado começa a chegar aos associados da Cotrijuf na Pioneira neste inverno: é o de produção de sementes de lentilha. Através deste novo programa, segundo o agrônomo Francisco Salla, a Cotrijuf pretende melhorar a qualidade das sementes produzidas na região, "buscando o aperfeiçoamento da produção".

Aos associados que participarem do programa, a Cooperativa vai fornecer 50 quilos de sementes e 200 quilos de adubo, quantidades estas suficientes para a formação de um hectare de lavoura. O associado, pelo seu lado, compromete-se em entregar, até o dia 31 de dezembro, 150 quilos de semente como forma de pagamento. As áreas a serem contratadas deverão ser pequenas, de no máximo 3 hectares para cada produtor. "O programa, insiste Francisco Salla, destina-se exclusivamente para as lavouras de produção de sementes". A purificação da lavoura deverá ser feita manualmente, no período de floração das plantas. A implantação das lavouras, condução, purificação e colheita deverão obedecer as recomendações técnicas.

O programa está à disposição do quadro social da Cotrijuf em todas as unidades da Pioneira. Os associados interessados, devem buscar maiores informações junto aos departamentos técnicos.

COMÉRCIO

Na última safra os preços pagos ao produtor de lentilha variaram de acordo com a qualidade do produto. A variação entre o padrão I - Cz\$ 35,00 por quilo - e o III - Cz\$ 20,00 por quilo - foi de Cz\$ 15,00, representando uma expressiva diferença de Cz\$ 900,00, por cada saco comercializado. Para esta próxima safra de lentilha, as normas serão mantidas, "pois o objetivo da Cooperativa, esclarece Salla, é receber um produto de acordo com os padrões comerciais exigidos pelo consumidor". Para o consumidor exigente, o que vale é uma boa uniformidade do grão, ausência de impurezas e coloração natural.

A Cooperativa está colocando à disposição dos associados, em todas as suas unidades, sementes de lentilha para a formação de lavouras nesta safra.

com a palestra do agrônomo Jandir Vicentini Esteves, extensionista da Emater de Porto Alegre, que vai falar sobre tecnologia de produção do tomate em ambiente natural. Jandir tem longa vivência na orientação técnica e na produção de tomate. Ele ainda vai abordar aspectos relacionados com as melhores épocas de cultivo, cultivares recomendadas, adubação, formação de mudas, transplante, irrigação, condição da lavoura, aspectos fitossanitários, coleta e embalagens. A parte da tarde, está reservada para os agrônomos Arione da Silva Pereira e Carlos Reissler, do CNPFT-Embrapa de Pelotas. Eles vão falar sobre tecnologia de produção do tomate em estufas, abordando aspectos como viabilidade econômica, construção de estufas, condução de plantio e evolução deste processo de produção no Estado.

Os produtores e técnicos interessados em participar do Encontro poderão fazer sua inscrição junto ao departamento técnico da Unidade de Ijuí e através do telefone (055)332-2400, ramal 250.

A atividade leiteira em nossa região representa importante papel de suporte econômico, sendo uma renda mensal garantida. Esta idéia ganha força no momento atual, tendo em vista a quebra da safra de soja.

Por outro lado, ela é viável como qualquer outra atividade desenvolvida pelos associados da Cooperativa, e como tal, merece o seu lugar na propriedade. Em nosso trabalho diário, sentimos o produtor desestimulado, queixando-se principalmente do preço pago pelo produto e da aplicação da cota-excesso. É importante lembrar porém, que a atual situação da atividade leiteira no estado e em todo o país é devida a falta de uniformidade da produção durante o ano (alta no verão com queda brusca no inverno), o que por sua vez resulta na falta da quantidade exigida para o consumo. Por isto as importações feitas pelo governo e o excesso do produto no verão e a aplicação da cota-excesso, que é Lei Federal, e portanto, atinge produtores de todo o Brasil.

Para mudar este quadro, é preciso tomar medidas que levem a

ALHO As recomendações do plantio

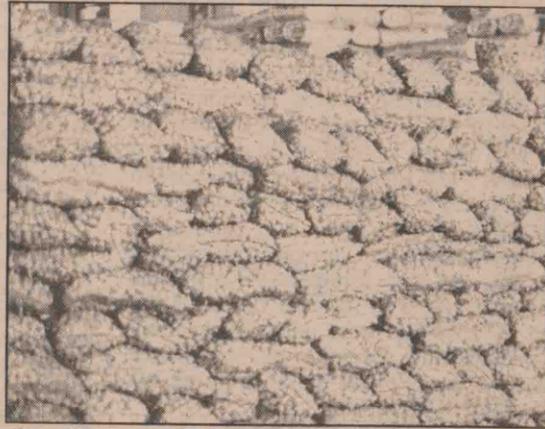
Ao iniciar o plantio de uma lavoura, o produtor deve ter como meta a obtenção de uma boa produtividade, associada a produtos de qualidade comercial. Com o alho não é diferente. Por esta razão e em função da qualidade do produto colhido na safra passada, que fez com que muito produtor deixasse de ganhar uma melhor remuneração, o Departamento Técnico da Cotrijuf, através da supervisão de Olericultura, formulou algumas recomendações técnicas básicas.

Solo - Bem drenado e com textura mediana, sem qualquer compactação. Deve ser corrigido, pois o alho exige pH 6,0 a 6,5. Recomenda a incorporação de palha de soja e esterco animal - suínos, aves -. Os adubos orgânicos são importantes no aumento da produtividade e qualidade do produto.

Adubação química - Utilizar 600 quilos por hectare de adubo formulado - 5-20-20 ou similar -, associado a 40 quilos por hectare de bórax. O boro influi no crescimento vegetativo, na qualidade dos bulbos e nas perdas no armazenamento. O adubo químico tanto pode ser utilizado a lanço como em linha.

Espaçamento e época de plantio - O espaçamento mais indicado é de 10 centímetros entre plantas na linha por 30 centímetros entre linhas. Para bulbilhos menores é possível aumentar a densidade. As cultivares precoces - Gaúcho, Lavínia, Centenário - devem ser semeadas em abril. As tardias - Portela - em maio. A seleção dos bulbilhos deve acontecer no momento da debulha da semente. O plantio deve começar pelos bulbilhos menores, concluindo pelos maiores. Isto permite maior uniformidade da lavoura no momento da colheita.

Tratamento da semente - O tratamento da semente é necessário para proteger a cultura contra a ocorrência de ácaros, nematóides e podridão branca. Informações sobre o tratamento das sementes e uso de produtos, o associado deve buscar junto aos departamentos técnicos de todas as unidades da Cotrijuf. Na próxima edição vamos falar sobre adubação de cobertura, utilização de herbicidas, capina, entre outros.



A qualidade do produto depende de cuidados técnicos

Morango e cebola

A Cotrijuf informa aos seus associados que está colocando à disposição dos interessados - na área de atuação da Pioneira - mudas de morango e cebola. Os associados interessados, devem procurar os departamentos técnicos das Unidades.

As mudas de morango, que estão sendo distribuídas, são das cultivares Secóia e Campinas, ambas de fruto graúdo e excelentes para o consumo "in natura". São mudas de muito boa qualidade, provenientes de plantas matrizes adquiridas junto a Embrapa de Pelotas.

Leite: como superar a crise

Isabel Cristina Mello da Silva

uma produção uniforme o ano todo, ou seja, que cada produtor mantenha uma litragem média mensal, atacando o mais importante problema que é a garantia de alimentação também durante todo o ano. Há inúmeras opções, como o capim elefante e suas propriedades, que podem ser utilizados para corte ou pastejo direto; implantação de pastagens como a alfafa, de conhecido valor no aumento da produção de leite; silagem de aveia ou milho, ambas em pleno uso na região e que constitui importante forma de garantir alimento para períodos difíceis e de muito boa aceitação pelos animais. Não podemos esquecer o próprio grão de soja que sempre pode ser conseguido na propriedade sem gasto extra para o produtor. Há muitas outras formas, que cada um deve adotar conforme suas condições e a realidade de sua propriedade.

Além disto, uma organização geral na propriedade, o que não implica altos custos, pode significar um aumento na produção por si só, como por exemplo, manter na propriedade apenas os animais realmente produtivos

(eliminar as vacas velhas e as de baixa produção), criar bem as ternas, programar os nascimentos planejando a reprodução das vacas e mantendo um programa mínimo de sanidade do rebanho (controle de doenças infecciosas, verminoses e carrapatos) e também uma boa higiene de ordenha e um bom manejo do leite, resultando num produto de melhor qualidade.

Tudo o que acima foi colocado deve servir para uma reflexão que leve os produtores a agirem efetivamente para superar a crise da atividade. Nós, como técnicos, também sentimos esta crise, e é nossa função, junto ao produtor, buscar soluções. O leite é um produto de consumo certo, sempre teve e sempre terá colocação no mercado, e por isto é viável. É preciso então organizar a produção como é feito com qualquer outra atividade agropecuária, para desta forma, exigir e conquistar o preço justo.

Isabel Cristina Mello da Silva é veterinária na Unidade de Ajuricaba.

A volta da Sucam

Em 1984, quando a Sucam — Superintendência de Campanhas do Ministério da Saúde — decidiu aplicar o BHC, também conhecido como pó-de-gafanhoto, no combate ao barbeiro, inseto transmissor da Doença-de-Chagas, em residências da cidade e interior de Ijuí e Ajuricaba, o pessoal abriu fogo contra a idéia. Resultado: a Sucam foi obrigada a bater em retirada. Agora, passados quatro anos, ela volta acompanhada de um novo produto, o Deltrametrina, que garante ser menos tóxico que o BHC. Nem isso, no entanto, está convencendo os agricultores de Ajuricaba que já articulam nova resistência à aplicação do novo produto.

A Campanha de combate ao barbeiro foi lançada na região com a presença do superintendente regional da Sucam, Mário Bernd, que organizou reuniões com lideranças sindicais, e órgãos da saúde, para debater o assunto e pegar o aval da comunidade. Em Ijuí, foram realizadas várias reuniões e a aplicação do Deltrametrina no interior já vem sendo feita. Em Ajuricaba, no entanto, tão logo se falou em reunião da Sucam, o Salão Paroquial da Igreja Católica ficou lotado e o pessoal já foi chegando com um pé atrás. Cerca de 300 pessoas foram ouvir o que os representantes da Sucam tinham a dizer e voltaram para suas casas com a mesma idéia formada: veneno dentro de casa para matar meia dúzia de bichos infectados, não.

ATÉ NORMAL

"Para o colono, tudo que mata bicho é veneno", diz Luiz Ottonelli, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba e que em 1984 esteve à frente do movimento de resistência dos colonos contra a aplicação do BHC. Diz que a resistência que

Agricultores de Ajuricaba se movimentam no sentido de impedir a aplicação do Deltrametrina em suas casas, a exemplo do que aconteceu com o BHC em 84.



Luiz Ottonelli



Antônio Bandeira

os agricultores já começaram a articular contra aplicação do Deltrametrina no combate ao barbeiro deve ser encarada como normal, considerando que eles já estão "bastante resabiados da lida com veneno". A comprovação deste temor e até do grau de conscientização do agricultor de Ajuricaba, segundo o presidente do Sindicato, tem como base o fato de que hoje poucos deles se arriscam a tocar veneno nas suas lavouras. "Tem todo um trabalho de educação, alertando o pessoal contra os danos causados à saúde pelo uso exagerado de venenos, que eles até estão optando por métodos naturais de controle das pragas". Diz que já vai longe o tempo em que por qualquer praga, se tocava veneno. É justamente por esta situação que o agricultor de Ajuricaba não está vendo razão para deixar passar veneno dentro da sua casa.

O movimento de resistência à aplicação de veneno contra o barbeiro em Ajuricaba recém está no começo, mas promete ganhar força de toda a comunidade, a exemplo do que ocorreu em 1984, "quando o pessoal pegou parrelho. "A desconfiança que existia em 1984, ainda existe hoje. O pessoal continua desconfiado da seriedade do governo e diz que o produto ainda pode ser o mesmo, tendo apenas trocado de nome".

A posição a ser tomada pelo Sindicato em relação ao caso do combate ao barbeiro, segundo Ottonelli, deverá ser a mesma dos agricultores. "Não vamos sair por aí dizendo que os agricultores não deixem a Sucam passar o veneno, mas se eles decidirem que a campanha não sai, vamos pegar juntos, diz ele sugerindo que a Comissão Interinstitucional de Saúde e a Sucam, em conjunto, desencadeiem uma

rodada de reuniões pelo interior, para discutir o assunto com os agricultores. "Sempre que se fala em barbeiro, a primeira idéia é passar veneno, diz ele, defendendo um programa educativo e preventivo, alertando os agricultores para algumas questões de higiene que são fundamentais. "Não se pode desconhecer a existência do barbeiro em algumas propriedades, principalmente em galinheiros velhos", finaliza.

CONSCIENTIZAR

A posição da Comissão Interinstitucional da Saúde do município de Ajuricaba é o de procurar conscientizar a população em geral para a necessidade de passar o veneno. A afirmação é do vice-presidente da Comissão, Antônio Bandeira, também secretário de Saúde, Agricultura, Meio Ambiente, Assistência Social e Trabalho do município. A Comissão de Saúde em conjunto com a Sucam e mais algumas entidades do município pretende ultrapassar a barreira de resistência através de uma rodada de reuniões, "onde o assunto será debatido". "Sabemos que o Deltrametrina é um veneno, mas não se pode comparar com os danos que o barbeiro pode causar nas pessoas", adverte Bandeira. Garante que a Campanha é uma necessidade urgente, já que foram constatados vários focos de barbeiro no interior do município. "O agricultor precisa acreditar que o produto que está sendo usado é de menor risco".

Um pouco menos tóxico

O Deltrametrina, o novo produto que a Sucam está empregando na sua campanha de combate ao barbeiro em toda a região, é um piretróide sintético de terceira geração, bem menos tóxico que os organoclorados e fosforados, inseticidas de primeira e segunda geração. Mas mesmo com baixa toxicidade, segundo o professor do Departamento de Genética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Flávio Lewgoy, ele não deixa de apresentar uma certa toxicidade, "menos aguda que a do BHC e do DDT", mas passível de causar problemas de hipersensibilidade e algumas mutações genéticas.

Para o professor, que também foi presidente da Associação Gaúcha de Proteção ao Meio Ambiente durante cinco anos, a aplicação do Deltame-

trina, em situações onde realmente está comprovada a existência do barbeiro contaminado pela doença, é, em verdade, um mal menor. "Neste caso, observa, realmente não existe outra alternativa. Garante, no entanto, que passar o veneno nas casas sem a comprovação real da existência do Mal-de-Chagas, não é uma decisão racional.

O barbeiro, segundo Flávio Lewgoy, é apenas um dos elementos de toda a cadeia e para que ele esteja infectado, é preciso que tenha picado alguma pessoa doente. "Só a presença do barbeiro, alerta, não justifica a aplicação do veneno". Se não existir pessoas doentes na região, o barbeiro vai continuar sugando o sangue, pois é um inseto hematófago, mas não vai transmitir a Doença-de-Chagas.



Orlando Rubert

Trabalho educativo

Em Barro Preto, interior do município de Ajuricaba, o pessoal está decidido a sentar o pé contra a aplicação de veneno contra o barbeiro. "Basta falar em veneno que a comunidade se revolta", adverte Orlando Rubert, professor e diretor da Escola Estadual de 1º Grau Dr. Roberto Löw, um dos líderes do movimento de resistência e que, juntamente com o restante da comunidade, aguarda a visita da Sucam para conversar sobre o assunto. Mas ele admite que será muito difícil a Sucam receber licença para passar veneno em alguma casa das redondezas. "O medo dos agricultores é que ela chegue ameaçando, que nem fez em 84", ressalta.

O professor Orlando, que também é vice-presidente do Centro Rural de Atendimento à Saúde de Barro Preto, recorda o movimento de 84, "quando todo o pessoal pegou junto", mas lamenta que de lá para cá, nada mais tenha sido feito no sentido de conscientizar a população contra a proliferação do barbeiro. Sugere que a Comissão de Saúde de Ajuricaba, através dos médicos e enfermeiras, comece um trabalho no meio rural, mostrando a necessidade de se manter a higiene na propriedade, através da eliminação dos antigos pombais e galinheiros, que considera responsáveis pela proliferação do barbeiro. "A própria Prefeitura Municipal poderia ceder cal para que os agricultores pintem as paredes de galpões e galinheiros, na intenção de controlar a infestação do barbeiro".

Assim como não acredita que os barbeiros estejam infectados, o que até considera uma piada, o professor Orlando também não leva fé nessa campanha ao inseto. "Se o governo está pensando que vai erradicar o barbeiro e resolver o problema, está muito enganado. O que pode resolver é a educação do povo com higiene nas suas casas". E para matar o barbeiro, ele garante que não precisa de veneno, "pois até com água quente é possível matar o bichinho. Não prejudica a saúde de ninguém".

Para o seu Aquiles Sangiogo, líder sindical em Linha 30, a notícia de que a Sucam vai fazer nova campanha de combate ao barbeiro recém está chegando na sua comunidade, mas garante que antes de qualquer iniciativa, ela vai ter que provar que o veneno não é perigoso.



Aquiles Sangiogo

O barbeiro

O barbeiro das tantas controvérsias, é também conhecido entre os agricultores, como fincão, chupão, percevejo ou pai da barata. É um inseto que se alimenta com sangue de animais e pessoas — dito sangue quente — e costuma se alojar nas frestas existentes nas casas em más condições, especialmente casas de madeira, barro ou alvenaria com rachaduras nas paredes, coberturas de palha ou capim. Ele também costuma se alojar em galinheiros e currais.

Quando portador do parasita causador da doença — trypanosoma cruzi —, ao picar o homem, ele transmite a Doença-de-Chagas. Como é que a doença aparece nas pessoas? Os primeiros sinais começam com inchaço e vermelhidão no local da picada, inchaço nos olhos. Estes sinais permanecem por um ou dois meses, acompanhado de febres altas, mal-estar, dor de cabeça, entre outros sintomas. A evolução da doença pode comprometer outros órgãos, como coração, esôfago, intestino, cérebro. Como a doença é de difícil tratamento, a solução é combater o barbeiro e evitar a sua presença dentro das casas de moradias, galinheiros, chiqueiros e pombais. Casas de moradias bem arejadas e limpas, com bastante entrada de luz natural, é suficiente para que não haja infestação de barbeiro.



SUPLEMENTO INFANTIL

ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Elaboração: Mariluz dos Santos da Silva
Datilografia: Derci Fátima Marioni

A gotinha d'água

Gotinha d'água nasceu numa fonte cristalina. Nasceu lá no alto da montanha, circundada por árvores majestosas. Assim que saltou da rocha, ficou deslumbrada com tudo que viu. O sol brilhava alegre, refletindo-se em seus olhos claros, enchendo-se das cores do arco-íris. Gotinha d'água agarrou-se a uma pedra, para gozar melhor toda aquela beleza. As flores, ao pé da fonte, acenavam-lhe alegremente, dando-lhe as boas vindas. Tudo era paz ao seu redor.

Aos poucos, largou-se da pedra e seguiu seu caminho na crista de uma pequena onda. Viagou, viajou. . .

Quando chegou a noite, abrigou-se no fundo de uma concha. Queria gozar por mais tempo a pureza d'água, pois não sabia por quantos dias teria de viajar até chegar ao mar. Pensou: - Todos os rios correm para o mar! E o mar. . . Como será o mar? . . .

No outro dia, continuou cedo sua viagem. Nadou. . . nadou. . . De repente, terminou o rio, acabava de se lançar num outro. Grande foi o susto da Gotinha. Estas águas não eram limpas, eram escuras. Sua carinha perdeu o esplendor, tornou-se opaca, sem graça. Ficou muito triste. Os peixinhos aqui, também não tinham o mesmo brilho. As plantas pareciam sem vida. Gotinha perguntou a um velho peixe o que havia. Ele explicou-lhe que a poluição deixava a água feia e escura!



- Quanto tempo tenho de viajar na poluição? perguntou Gotinha.

- Por muito tempo. Respondeu o velho peixe. Gotinha não gostou, mas sua curiosidade era maior. Continuou sua viagem.

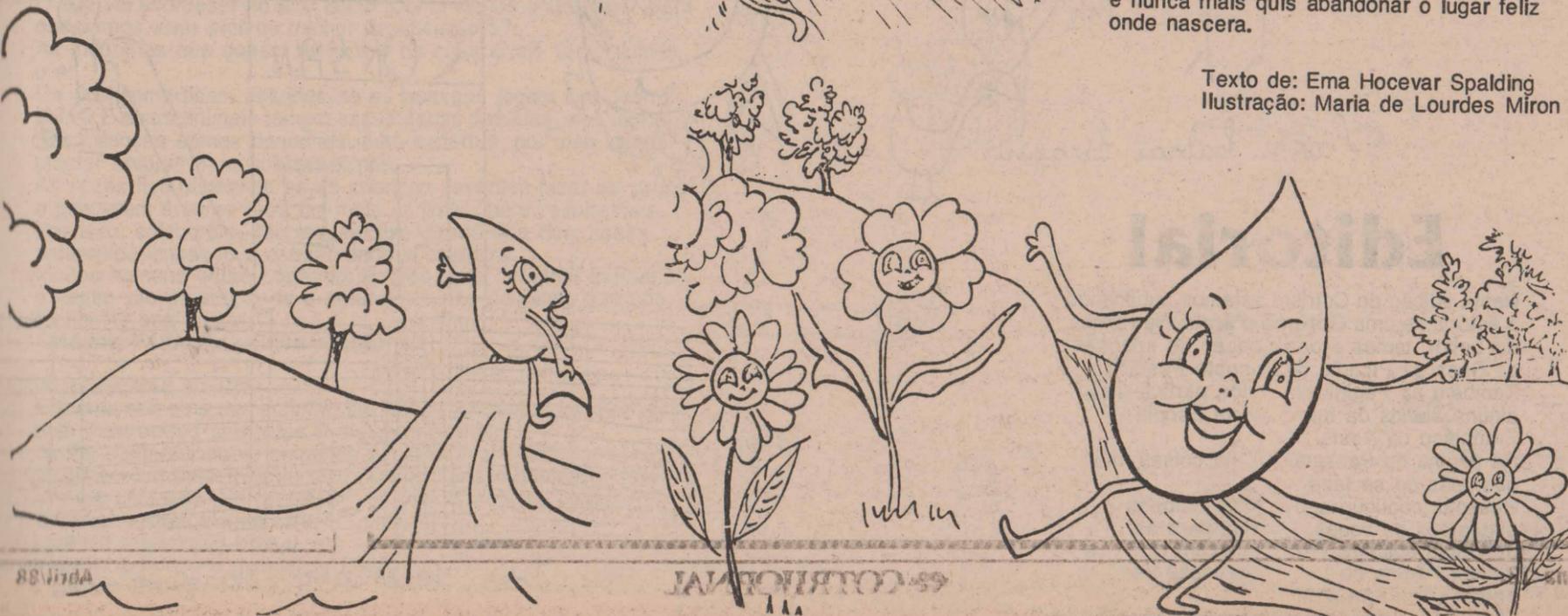
Enfim, chegou ao mar. Atirou-se nele com toda sua força. De início, a imensidão a assustava, mas Gotinha era corajosa. Viu as grandes ondas, encontrou-se com peixes de todos os tamanhos e cores, conheceu dona tartaruga com sua casinha nas costas, viu o peixe voador, o siri, tão engraçadinho, e a baleia que parecia uma criança brincando numa grande banheira. Tudo era novidade. Só uma coisa a intrigava. Era o gosto salgado da água do mar. Passada a curiosidade, após alguns dias, estava ficando triste, sentiu-se doente e teve imenso desejo de voltar pro seu ambiente. Reuniu todas as forças e, após muitos sacrifícios, lutando sempre contra a correnteza, conseguiu voltar para o leito de seu rio, onde chegou cansada.

Abrigo-se embaixo de uma pedra, onde procurou se purificar. Não queria que a vissem de carinha suja.

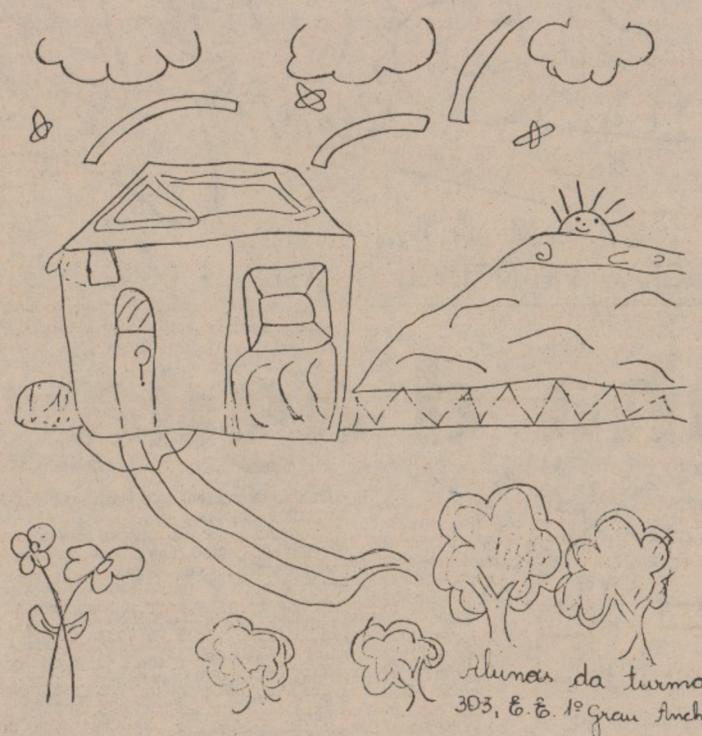
Depois de alguns dias, Gotinha estava de novo brilhante como o orvalho.

Como era bom chegar em casa, rever as velhas árvores, ouvir o murmúrio das águas. Gotinha aprendeu a valorizar o que possuía e nunca mais quis abandonar o lugar feliz onde nascera.

Texto de: Ema Hocevar Spalding
Ilustração: Maria de Lourdes Miron



Página do leitor



A POLUIÇÃO

A poluição é o ar sujo. Por isso devemos plantar bastante árvores. Tem muita poluição em São Paulo porque é uma das maiores cidades do Brasil e tem muitas indústrias que fazem fumaça. Além disso, derrubam muitas árvores deixando uma aqui e outra lá em outro bairro. Isso só pode provocar a poluição e a falta de ar puro.

Fico pensando: como as pessoas conseguem viver com essa poluição?

As mulheres, donas de casa atiram detergentes nos rios, nos lagos, nos mares. E isso também dá a poluição das águas. Estas mulheres não pensam no futuro e na vida. Como será se continuarem a fazer isto?

Renate Cristina Goergen - 11 anos

FALANDO NA POLUIÇÃO

Lá em São Paulo tem muita fumaça porque eles não sabem cuidar o mundo onde vivem.

Aqui nós moramos e é um lugar que não tem tanta fumaça.

Mas lá em São Paulo, sai fumaça das fábricas e polui o ar, assim as pessoas não conseguem quase respirar de tanta fumaça.

Vamos acabar com o ar poluído, plantando mais árvores e assim terminaremos com o ar sujo.

Juraci Soares dos Santos

SOBRE A POLUIÇÃO

Homens, não façam esse pecado de destruir a natureza. Por que poluir a natureza? Por que destruir a natureza?

Se não cuidarmos da natureza e colocarmos fumaça, como nós vamos viver com essa fumaça?

Vamos acabar com o ar poluído, plantando mais árvores e assim terminaremos com o ar sujo.

Jocenara Górgen

A SEMENTINHA

Era uma vez uma semente que estava plantada.

Ela queria nascer logo e nunca nascia.

Um dia uma guriuzinha pisou na semente e a sementinha disse: ai, uii! - Quem pisou em cima de mim? - disse a semente de abóbora.

Depois que a semente se criou, a menina colheu ela e a semente pensou:

Finalmente eu fui colhida.

Ivy de Souza Dias - 9 anos



André Cabral Serafini

Editorial

Nesta edição do Cotrisol estamos publicando a estória de uma **Gotinha d'água**. Na Página do Leitor, temos a participação de crianças de Boca da Picada, de Augusto Pestana.

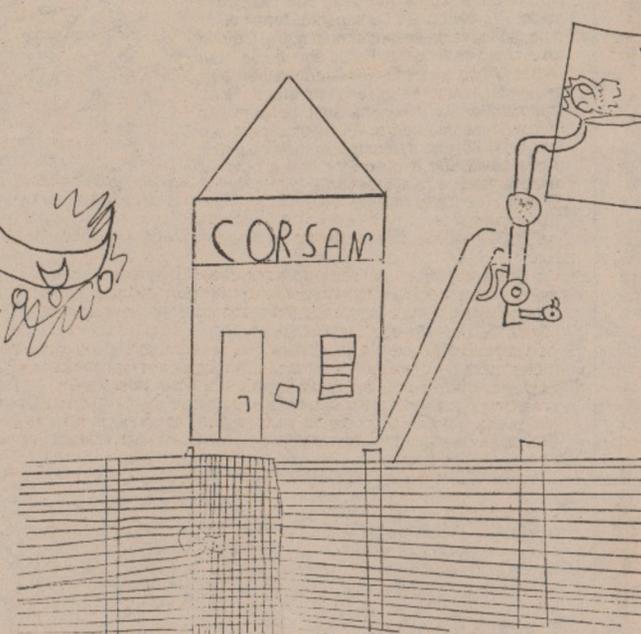
Também na Página do Leitor, participam alguns alunos da turma da Escola Francisco de Assis.

Na página do Passatempo, há coisas muito gostosas de se fazer.

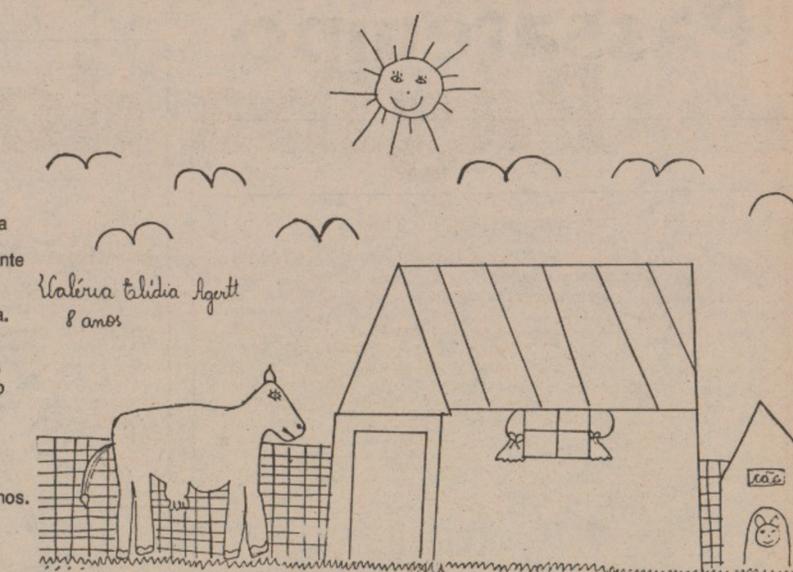
Pessoal, continuo aguardando estórias e sugestões de vocês, leitores, para as próximas edições. Não esqueçam que não

haverá Página do Leitor se vocês não participarem. Um abraço

Mariluz



Três, Jocemara, Maria e Antônio



Valéria Telida Agertt
8 anos

A SEMENTE

Era uma semente que vivia bem no fundinho da terra, e lá ela ficava bem quentinha.

E um dia veio uma chuva bem gelada. A sementinha tomou bastante água e inchou.

No dia seguinte já estava crescendo uma raiz.

No outro dia choveu bastante e a sementinha criou uma folha. Aquela folhinha foi crescendo cada dia mais.

Daf que o dono viu que a sementinha era um pé de feijão.

A sementinha cresceu tanto que parecia a estória do João, o Pé de Feijão, porque o dono tinha que subir todos os dias no pé de feijão. E nunca mais faltou feijão naquela casa.

Fabiane Maggione Fonseca - 8 anos

EU, O FEIJÃO

Um dia um homem me plantou. Ele cuidava muito de mim.

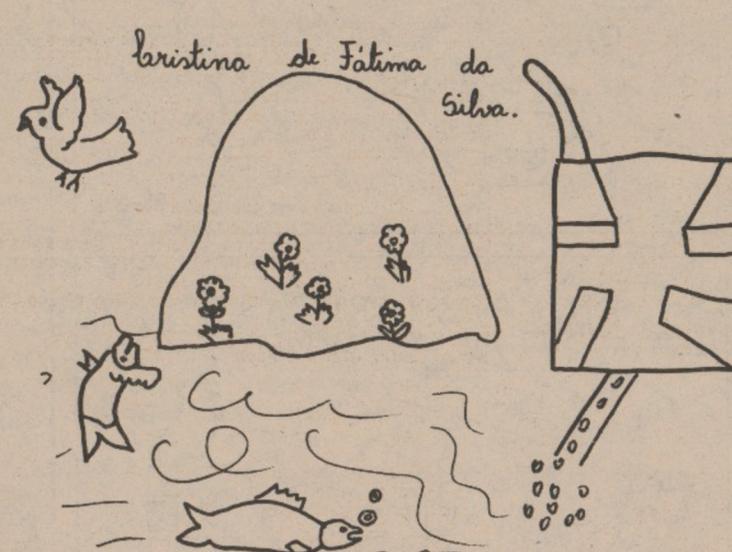
Eu olhava as minhocas, os tatus, e nós às vezes conversávamos.

Até que eu fui inchando cada vez mais.

Eu estava muito alegre e os amigos meus também.

Até que eu estorei e de dentro de mim, saiu um lindo pé de feijão e todos nós ficamos muito orgulhosos.

Cristiano Machado Kaminski - 8 anos



Cristina de Fátima da Silva

A POLUIÇÃO

A poluição é um ar muito sujo e a gente não pode cheirar este ar, se a gente não tivesse as árvores, o ar ia ficar muito mais poluído.

Lá em São Paulo, o ar é poluído, pois tem fumaça e poeira. Lá é muito triste porque o ar é sujo.

As árvores não crescem porque o ar é muito poluído e os animais estão morrendo. As pessoas estão ficando doentes.

Nós que somos crianças devemos cuidar muito da natureza; devemos plantar bastante árvores para ter ar mais puro.

Os homens estão cortando bastante árvores para fazer indústrias, casas e armazéns.

As mulheres, donas de casa atiram detergentes na água dos rios, lagos e mares. E isso causa a poluição das águas. Estas mulheres não pensam no futuro, na vida como será se continuarem a fazer isso. Vai acontecer as mortes de quem tem vida.

Em São Paulo e nas cidades maiores, tem muitas indústrias com muita fumaça e as pessoas botam lixo na beira do mar.

Nós devemos plantar mais árvores e não derrubar muitas árvores, porque são elas que nos dão o ar limpo.

Maria Madalena Brito da Silva - 11 anos

A POLUIÇÃO

A poluição é o ar sujo. Temos que plantar árvores no mundo para a gente viver mais.

Antigamente tinha mais matos do que hoje em dia.

Em São Paulo tem muitas indústrias e quando elas fabricam coisas dá muita fumaça. Lá as plantas não nascem porque o ar é muito poluído.

A vida deles é muito triste e quando os nenês nascem, eles podem ficar anos por respirarem aquela fumaça.

Antônio Fabrício Götz

A POLUIÇÃO

A poluição é o ar sujo que prejudica nossa saúde e as árvores. O que vai acontecer no ano 2000? Como vamos sobreviver? Será que vamos viver pior ou melhor do que agora?

As indústrias que soltam fumaça e os automóveis vão poluindo o ar.

Os rios como ficam poluídos se as pessoas jogam lixo dentro deles. E se os animais tomam essas águas poluídas, eles morrem.

Nós crianças somos pequenos, mas espertas, por isso vamos plantar árvores para sobrevivermos.

Às vezes fico pensando se as crianças deveriam fazer um grupo e plantarem árvores para ter mais ar limpo, para respirarmos.

Por isso, colaborem, não joguem lixo dentro dos rios, assim estaremos limpando e conservando a natureza.

Muitos homens estão cortando árvores para construir indústrias e assim vão prejudicando a natureza e não deixando que nós tenhamos boa saúde.

Cristina Fátima da Silva - 10 anos

A SEMENTE FELIZ

Era uma vez uma sementinha. Ela tinha muitos amigos e amigas, que eram outras sementes e algumas minhocas.

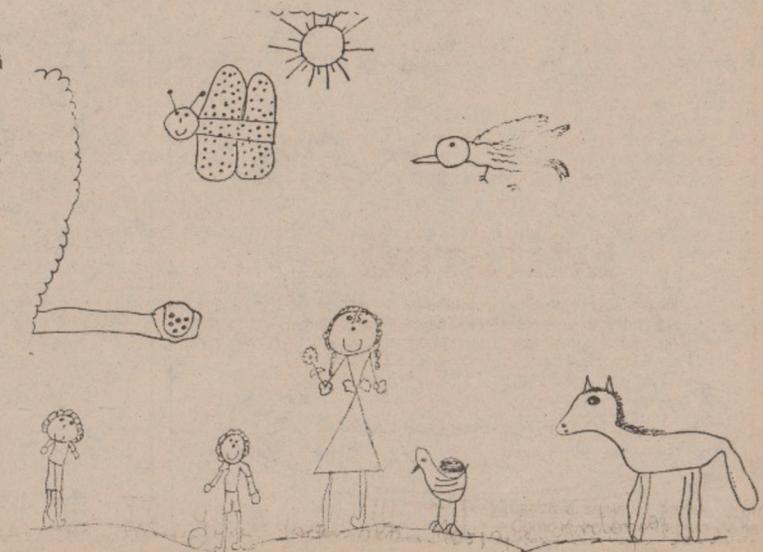
Já lhe contaram sobre o mundo aqui de fora. Muitas sementes já tinham ido para fora da terra. Como seria o mundo de fora?

Um dia caiu uma chuva. Depois de alguns dias se passaram, a semente brotou para fora da terra.

Quando a semente brotou, fez novos amigos e disse:

- Como é bonito o mundo de fora!

Cristina Drügg

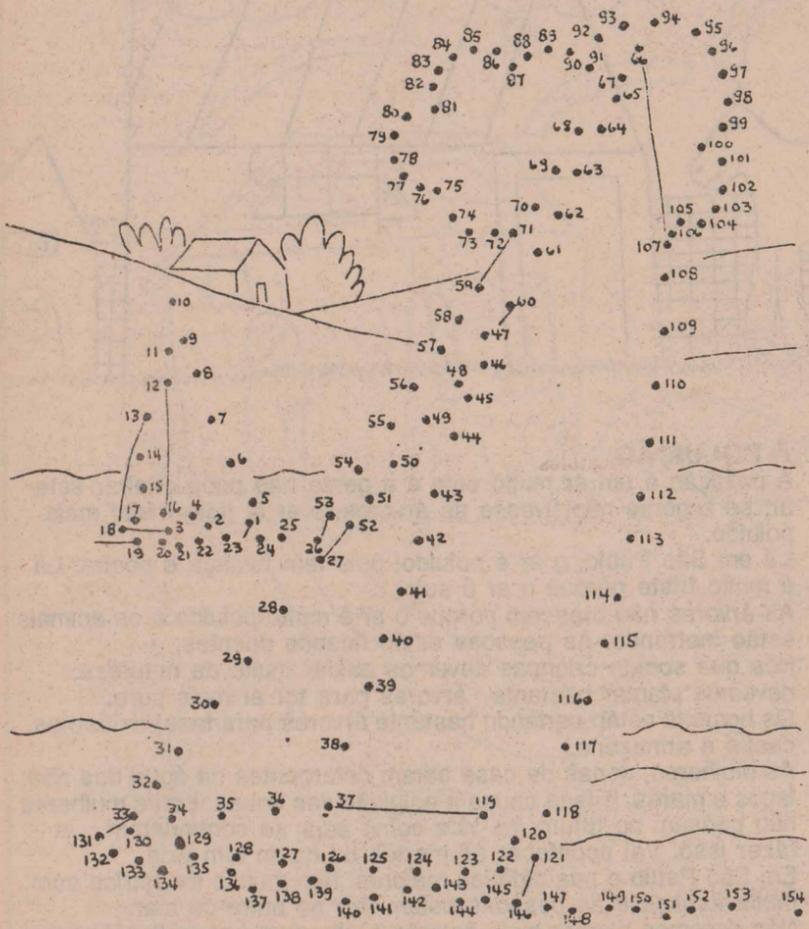


Passatempo

LIGA-PONTO

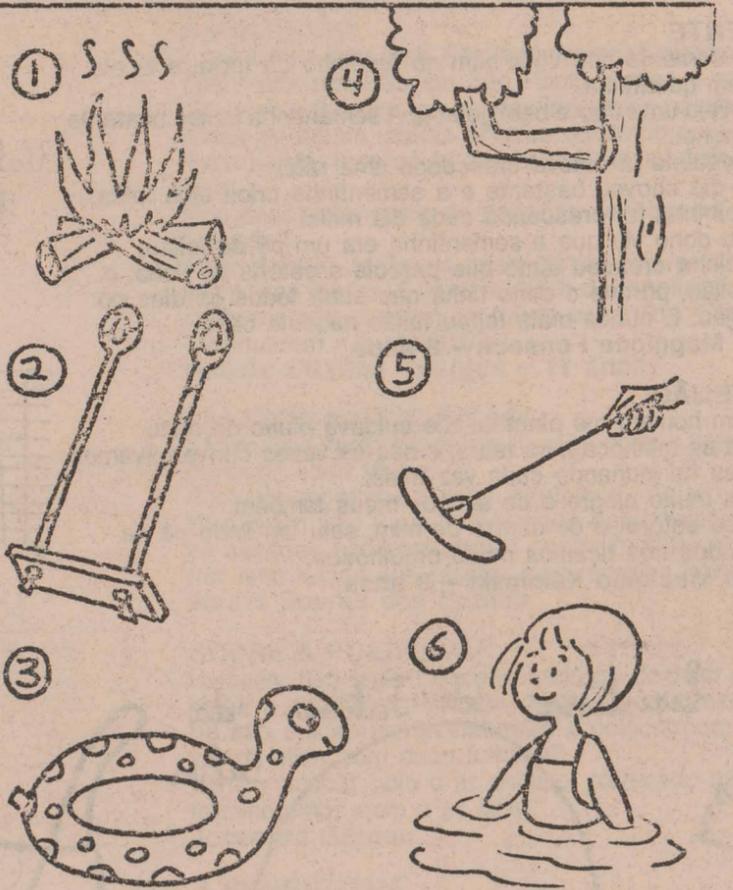
Navegando...

Descubra o que aparecerá no mar, ligando os números de 1 a 154.



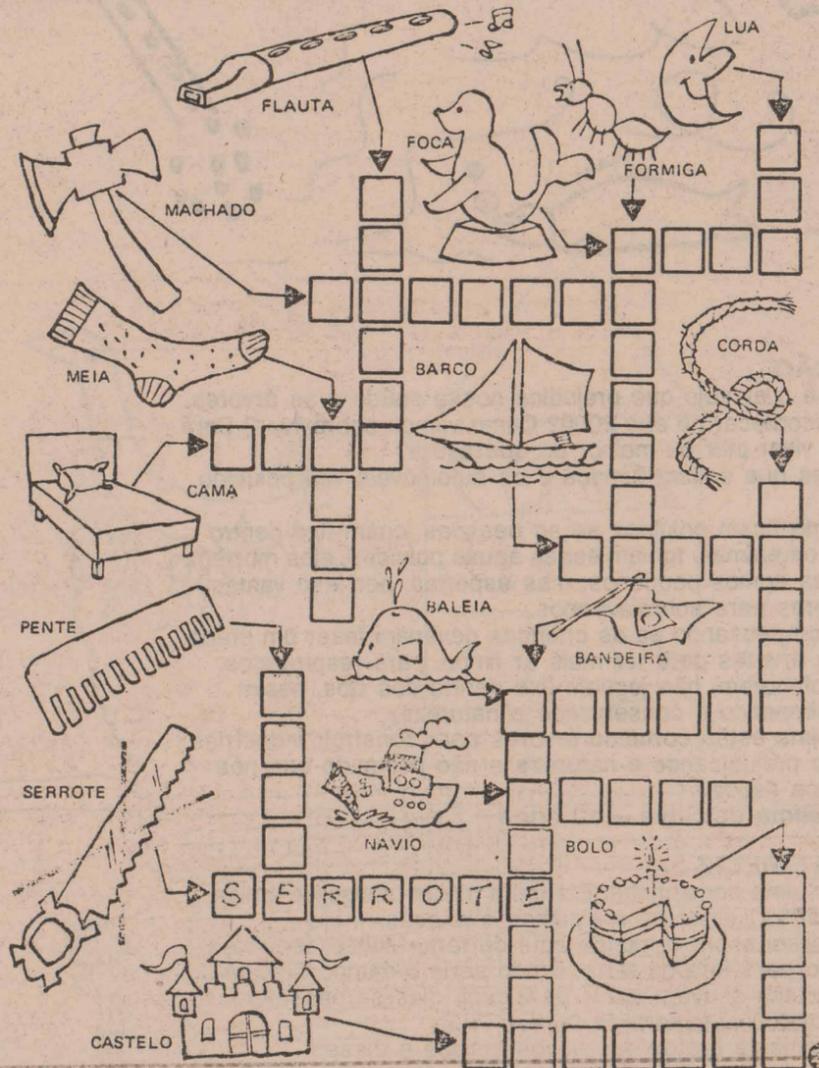
VOCÊ CONSEGUE?

Ligue as figuras 1, 2 e 3 às de n.º 4, 5 e 6, com uma linha, para mostrar o que você faria se tivesse uma fogueira, um balanço e uma bóia.



FIGURAS DIRETAS

Escreva o nome de cada figura na direção indicada pela seta. Um nome já está escrito como exemplo.



Assim e Assado!



Procure e marque no diagrama de letras todos os nomes da relação abaixo. Um deles já foi encontrado e marcado pra você como exemplo.

- | | |
|---------------|--------|
| CABRITO | LEBRE |
| COELHO | PATO |
| FAISÃO | PEIXE |
| <u>FRANGO</u> | PERDIZ |
| GALINHA | PERU |
| GALO | PORCO |
| GANSO | |

